

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CARMEN JANAINA BATISTA MACHADO

**“AQUI ATÉ O ARADO É DIFERENTE”:
TRANSFORMAÇÕES NO FAZER AGRICULTURA E EM HÁBITOS
ALIMENTARES ENTRE FAMÍLIAS ASSENTADAS - UM ESTUDO REALIZADO
NO ASSENTAMENTO UNIÃO, RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2014

CARMEN JANAINA BATISTA MACHADO

**“AQUI ATÉ O ARADO É DIFERENTE”:
TRANSFORMAÇÕES NO FAZER AGRICULTURA E EM HÁBITOS
ALIMENTARES ENTRE FAMÍLIAS ASSENTADAS - UM ESTUDO REALIZADO
NO ASSENTAMENTO UNIÃO, RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Renata Menasche

Série PGDR – Dissertação n° 176

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Machado, Carmen Janaina Batista

"Aqui até o arado é diferente": transformações no fazer agricultura e em hábitos alimentares entre famílias assentadas - um estudo realizado no assentamento União, Rio Grande do Sul / Carmen Janaina Batista Machado. -- 2014.
153 f.

Orientadora: Renata Menasche.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Assentamento de Reforma Agrária. 2. Campesinato. 3. Fazer Agricultura. 4. Hábitos Alimentares. I. Menasche, Renata, orient. II. Título.

CARMEN JANAINA BATISTA MACHADO

“AQUI ATÉ O ARADO É DIFERENTE”:

**TRANSFORMAÇÕES NO FAZER AGRICULTURA E EM HÁBITOS
ALIMENTARES ENTRE FAMÍLIAS ASSENTADAS - UM ESTUDO REALIZADO
NO ASSENTAMENTO UNIÃO, RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 26 de maio de 2014.

Banca Examinadora:

Profª Drª Renata Menasche – Orientadora
UFPel, UFRGS

Profª Drª Catia Grisa
UFPel

Profª Drª Giancarla Salamoni
UFPel

Profª Drª Maria Catarina Chitolina Zanini
UFSM

Profª Drª Rumi Regina Kubo
UFRGS

Às famílias do assentamento União.

AGRADECIMENTOS

Assim como compreendo a luta e conquista da terra empreendida pelas famílias assentadas como uma trajetória, a construção desta dissertação também é uma trajetória, na qual contei com o apoio e carinho de inúmeras pessoas. Deixo aqui registrado meus sinceros agradecimentos:

Ao casal de camponeses, Veni e João, que não mediram esforços para seus filhos estudarem. Com vocês, meus pais, iniciei minha trajetória! Em especial ao meu pai que, mesmo nos deslocando para morar na cidade, manteve em mim a esperança de um dia voltar ao rural. Aos meus irmãos Jaqueline e Jackson pelo carinho. Em especial a minha irmã Jaqueline e o cunhado Deive, por presentear a nossa família com o lindo e inspirador João Eduardo, que com seu 1 ano de vida me inspira e torna tudo mais leve.

Ao Samuel, companheiro que me acompanha há dez anos e sempre me incentivou a estudar e seguir a caminhada. Obrigada pelo carinho!

À professora Renata, amiga e orientadora que sempre me motivou a estudar o que me realiza e torna feliz, mesmo que seja pelo caminho mais difícil. E que nossa trajetória na pesquisa e na vida seja longa. Obrigada pelo carinho e dedicação.

Aos amigos de longa data e aos que estão chegando. Não vou citar nomes, mas todos sabem o significado e o carinho que nutro por cada um.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural pelos momentos de aprendizado, discussões, reflexões sobre o mundo rural. Em especial aos colegas de turma Bianca, Carla, Cláudia, Cecília, Janine, Lauren, Letícia, Lucas, Marcelo e Mateus pelas prosas e boas risadas. Também aos funcionários do PGDR.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura – GEPAC pelos momentos de discussão e sociabilidade que contribuíram para muitas das reflexões aqui desenvolvidas. Em especial ao Maurício e a Fabiana pelos encontros e conversas inspiradoras. A Fabiana pelo apoio e hospedagem em sua casa na seleção do mestrado.

Aos colegas e professores do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA, em especial a professora Giancarla que orientou meus “primeiros passos” na pesquisa. Obrigada pelo carinho e amizade.

Às professoras Catia Grisa, Giancarla Salamoni, Catarina Zanini e Rumi Kubo por aceitarem compor a banca de avaliação desta dissertação.

À Miriam Goldschmidt, que acompanhou o trabalho desde suas primeiras linhas e com competência, paciência e carinho fez a revisão de português. Com certeza as sugestões e correções contribuíram muito para o resultado final deste trabalho.

Aos funcionários do escritório municipal da EMATER de Canguçu pelo apoio com informações e nas idas e vindas ao assentamento. Pela receptividade sempre calorosa de todos. Em especial a Iara e a Andreia M. pelas caronas, conversas e parceria em atividades realizadas na escola.

À prefeitura municipal de Três Palmeiras pelo apoio na realização da pesquisa no município. Em especial ao Ênio de Saiba que me apresentou o município e suas histórias. Assim como a Adriana Friedrich e sua família que me acolheram em sua casa, obrigada pelo carinho.

Às professoras Nara, Cristiane, Sirlei e a funcionária Leda da Escola Orestes Paiva Coutinho por me proporcionarem momentos ricos de aprendizado com vocês e seus alunos. Aos alunos desta escolha que a partir de seus desenhos e carinho conquistaram meu coração.

E, de forma muito especial, às famílias do assentamento União. Em especial a Carmen e Nestor, Eva e Jair, Valaci e Raul, Alessandra e Valdemir e Cristiane e Amarildo por me acolherem em suas casas e suas vidas. Deixo aqui registrado meu carinho e respeito pela trajetória de cada família, que para além de informantes desta pesquisa são amigos que levo para a vida.

Ao CNPq pela bolsa de estudos que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Inserido no contexto de assentamentos de reforma agrária, o estudo pretende analisar transformações no fazer agricultura e nos hábitos alimentares entre famílias rurais assentadas. Primeiramente são analisados os espaços de trabalho que conformam o lote, tendo presentes as relações de gênero. As trajetórias das famílias estudadas, desde seu local de origem até o assentamento, também constituem objeto de investigação, com especial atenção às relações entre pessoas e objetos. Na sequência, o olhar se volta para a lavoura, especificamente para o fazer agricultura tal como praticado no local de origem e no assentamento, atentando para as continuidades e discontinuidades. Das transformações na lavoura, referentes aos modos de produzir e ao que é produzido, a observação é conduzida para a mesa, mais precisamente às transformações nos hábitos alimentares das famílias assentadas. Ao mesmo tempo em que é notada a permanência de saberes e práticas alimentares, evidencia-se que tais transformações são operadas a partir da inviabilidade produtiva, no contexto do assentamento, de determinados alimentos habitualmente consumidos no local de origem – a exemplo da cana-de-açúcar e seus derivados –, mas também da incorporação ao consumo de novos alimentos, especialmente produtos industrializados. A construção deste trabalho se deu a partir de pesquisa etnográfica realizada no período compreendido entre novembro de 2012 e dezembro de 2013 junto a famílias rurais do assentamento União, localizado no município de Canguçu, Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Assentamento de reforma agrária. Campesinato. Agricultura. Alimentação.

ABSTRACT

Placed into the context of agrarian reform settlements, this study aims to analyze changes in agriculture and in eating habits of settled rural households. First of all, workspaces that constitute the land are analyzed, taking gender relations into account. The trajectories of the studied families, from its place of origin to the settlement, are also subject to investigation, paying special attention to relations between people and objects. After that, the focus turns to farming, more specifically to agriculture as it is practiced in the place of origin and in the settlement, paying attention to continuities and discontinuities. From transformations in the field, covering production methods and what is produced, the observation is conducted to the dining table, more precisely to changes in eating habits of settled households. Despite the permanency of eating practices and knowledge, it is clear that such transformations happen from within the productive infeasibility, in the context of settling, of certain foods commonly consumed in the place of origin – such as sugar cane and foods derived from it –, but they also happen through the incorporation of the consumption of novel foods, especially manufactured products. This paper was based on ethnographic research conducted in the period between November 2012 and December 2013, along with rural households in the União settlement, located in the city of Canguçu, Rio Grande do Sul.

Keywords: Land Reform Settlement. Peasantry. Agriculture. Food.

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1: Imagens da pesquisa de campo.....	19
Figura 2: Localização do Assentamento União, no município de Canguçu.....	39
Figura 3: Local de origem das famílias do assentamento União.....	39
Figura 4: Paisagem do assentamento União.....	41
Figura 5: Imagens da pesquisa de campo.....	46
Figura 6: Desenho do lote e espaços de trabalho da família.....	48
Figura 7: Desenho do lote, o pai trabalhando na lavoura.....	49
Figura 8: Desenho do lote, mãe tirando leite.....	51
Figura 9: Preparo e plantio da lavoura.....	56
Figura 10: Capina e colheita da lavoura.....	57
Figura 11: Colheita da lavoura.....	57
Figura 12: Pai e filho trabalhando na lavoura.....	58
Figura 13: Imagens da pesquisa de campo.....	60
Figura 14: Representação do acampamento.....	67
Figura 15: Mapa ilustrativo da trajetória da família de Raul e Valaci.....	69
Figura 16: A primeira casa de Raul e Valaci no assentamento.....	70
Figura 17: Mapa ilustrativo da trajetória das famílias de Jair, Maria, Rosino e Valdemir.....	71
Figura 18: Família de Jair e Eva reunida à porta do barraco no acampamento.....	72
Figura 19: Primeira casa da família de Rosino no assentamento.....	74
Figura 20: O arado pula toco.....	78
Figura 21: Carroça construída por Raul: a materialidade do saber herdado.....	79
Figura 22: Filho de Raul lavrando com o arado virador.....	80
Figura 23: Imagens da pesquisa de campo.....	86
Figura 24: Calendário agrícola nos municípios de origem das famílias.....	90
Figura 25: Consorciamento cana-de-açúcar e feijão.....	91
Figura 26: Lavoura de trigo em terra plana.....	93
Figura 27: Lavoura em terra dobrada.....	94
Figura 28: Fila de carroças para entrega de soja em um comércio na linha Progresso, Três Palmeiras.....	95
Figura 29: Calendário agrícola das famílias no assentamento União.....	99
Figura 30: Representação do lugar onde morava a família antes de ser assentada.....	100

Figura 31: Representação primeiros anos do assentamento: a lavoura da família.....	101
Figura 32: Formas de obtenção de sementes entre as famílias do assentamento União.....	106
Figura 33: Imagens da pesquisa de campo.....	112
Figura 34: Processo de fabrico do melado.....	115
Figura 35: O alambique da família Friedrich.....	117
Figura 36: Eva e os netos preparando a polenta.....	127
Figura 37: Refeição: polenta e carne.....	128
Figura 38: Processo de carneada da galinha e consumo da carne.....	132
Figura 39: Processo de carneada do boi e consumo da carne.....	135
Figura 40: Circulação de alimentos na família de Carmen e Nestor.....	137

SUMÁRIO

1 Introdução	12
2 Olhar, ouvir, sentir, escrever: metodologia da pesquisa	19
2.1 A escola: o lugar da criança através do desenho.....	22
2.2 Do desconfiado aperto de mão ao abraço afetuoso: vivenciando o cotidiano.....	25
2.3. O lugar da pesquisa.....	34
2.3.1. Município de Canguçu.....	34
2.3.2. Assentamento União.....	38
2.3.3. As famílias que compõem a pesquisa.....	41
2.3.3.1. Família Schuler.....	41
2.3.3.2. Família Oliveira.....	42
2.3.3.3. Família Santos.....	43
2.3.3.4. Família Rubner.....	44
2.3.3.5. Família Silva.....	44
2.3.4 Escola Estadual de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho.....	45
3 Trabalho de homem, trabalho de mulher: olhares sobre a família e espaços de trabalho	46
3.1. Do desenho ao lote: olhares sobre os espaços de trabalho.....	47
3.2 Os espaços de trabalho da família no lote	49
3.3 O trabalho das crianças: espaços de aprendizagem.....	54
4 “Se esse fogão falasse”: trajetórias de pessoas e objetos	60
4.1. Do lugar de origem ao acampamento.....	63
4.2. Do acampamento ao assentamento.....	66
4.3. Objetos e pessoas em contexto.....	75
4.3.1. Objetos e pessoas em movimento.....	76
4.3.2. Objetos da lavoura e da casa.....	82

5 O fazer agricultura <i>de lá e daqui</i>: transformações na lavoura camponesa.....	86
5.1. O fazer agricultura <i>de lá</i> : a terra que tudo dá.....	89
5.2. O fazer agricultura <i>daqui</i> : permanências e rupturas.....	96
5.3. A lavoura <i>daqui</i> : um olhar sobre a produção atual.....	105
6 Transformações na lavoura e à mesa.....	111
6.1. Lavoura e comida <i>de lá</i>	113
6.1.1. Comida: de mãe, de trabalho, de festa.....	117
6.2. Lavoura e comida <i>daqui</i>	121
6.2.1. A comida que está à mesa hoje.....	129
6.2.2. A carne: alimentando o corpo e as relações sociais.....	130
6.2.3. O cardápio híbrido: consumo de alimentos industrializados.....	137
Considerações finais.....	140
Referências.....	144
Apêndice A – Roteiro de entrevista.....	152

1 INTRODUÇÃO

[...] a terra não significa somente a sustentabilidade física da vida humana, portanto, não tem apenas um significado real de cunho político, econômico e social, mas tem também um sentido simbólico. Terra é vida, portanto, lugar e meio de produção e reprodução social. (SAUER, 2003, p. 22).

O presente estudo trata de transformações no fazer agricultura e nos hábitos alimentares entre famílias rurais assentadas. Meu interesse pelo tema surge da trajetória pessoal e acadêmica no mundo rural. Nasci e vivi até meus nove anos na zona rural do município de Encruzilhada do Sul. O deslocamento para a cidade se deu pelo fato de meus pais possuírem terra em quantidade insuficiente para manter a família. Após alguns anos, já adulta, voltei para o rural, agora na colônia¹ do município de Pelotas. A dinâmica das famílias da colônia em que vivo agora, composta predominantemente por descendentes de imigrantes alemães, causou-me estranhamento, pois diferia bastante do vivenciado na minha cidade de origem. As relações cotidianas destes colonos se tornariam meu objeto de estudo ao ingressar na universidade.

Na graduação em Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, passei a integrar o Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais - LEAA, coordenado pela professora Giancarla Salamoni, por meio do qual ingressei em pesquisas relacionadas às dinâmicas produtivas nas colônias de Pelotas. Mais tarde, ainda na graduação, ao começar a trabalhar com a professora Renata Menasche, tive a oportunidade de voltar o olhar para a colônia a partir da antropologia. E sob sua orientação e da professora Giancarla, tomando como ponto de observação as práticas alimentares, aí inclusa a organização do trabalho em torno da produção para autoconsumo², desenvolvi a pesquisa de conclusão de curso, relacionada à constituição da italianidade em duas localidades rurais de Pelotas.

Ao optar por realizar o mestrado em um programa multidisciplinar e participando do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura - GEPAC, coordenado pela

¹ Para Roche (1969), as palavras colônia e colono têm origem no idioma alemão: *kolonie* refere-se a um lote ou propriedade rural e *kolonist* refere-se ao homem que desbrava e cultiva a terra. Para Seyferth (1992, p. 80), o termo colono tem sua origem na administração colonial, sendo que “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização”. Segundo a autora, “colono é a categoria designativa do camponês [...] e sua marca registrada é a posse de uma colônia [...] a pequena propriedade familiar” (SEYFERTH, 1992, p.80). Assim, no sul do Brasil, reconhecem-se e são conhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus - aí excetuados os portugueses - que vivem e trabalham na terra em unidade de produção familiar.

² Trabalho de conclusão de curso intitulado “Comida, Simbolismo e Identidade: um olhar sobre a constituição da italianidade nas colônias Maciel e São Manoel – Pelotas (RS)” (ver Machado, 2011).

professora Renata, decidi trabalhar com o tema da alimentação e cultura em assentamentos de reforma agrária. Esse tema me instiga desde os primeiros contatos com os assentamentos, em função da diversidade de pessoas que conforma esses espaços.

Quando ainda morava em Encruzilhada do Sul, em virtude de minha participação em movimentos sociais, pude acompanhar e conhecer assentamentos de reforma agrária. Nesse período, estabeleci relações de amizade e realizei algumas viagens para os lugares de origem dos assentados, no norte do estado. Nessas viagens, chamava-me a atenção a quantidade de produtos derivados de cana-de-açúcar que as famílias compravam. Como a cana-de-açúcar, matéria-prima para a fabricação dos produtos, não se desenvolvia no assentamento, a cada ida ao lugar de origem eles traziam consigo produtos suficientes para consumir nos meses seguintes. Ao iniciar a aproximação junto a assentamentos do município de Canguçu, buscando recortar o universo empírico para a pesquisa de mestrado, ouvi relatos de que no assentamento não conseguiam produzir cana-de-açúcar, soja, trigo, entre outros. Percebi, assim, que as observações realizadas há quase dez anos junto a famílias assentadas de Encruzilhada do Sul estavam presentes também em assentamentos de Canguçu.

Nas primeiras visitas a assentamentos do município de Canguçu, visualizei como possibilidade de estudo o processo de organização de um moinho colonial em um assentamento e sua relação com as famílias do local. Mas o contato com uma escola rural, na qual desenvolvi algumas atividades com crianças assentadas, redirecionou minhas inquietações de pesquisa para as transformações na lavoura e à mesa das famílias assentadas.

Os assentamentos de reforma agrária se constituem a partir de pessoas de diferentes regiões, que trabalham a terra a partir de sua própria cultura, dos saberes e práticas trazidos consigo. Como destacam Medeiros e Beledelli (2009), são camponeses oriundos de diferentes categorias sociais: pequenos proprietários rurais, filhos de pequenos proprietários rurais, arrendatários, parceiros, moradores agregados etc. São essas pessoas, com hábitos e costumes distintos, os “assentados que expressarão de forma distinta sua relação com a terra” (MEDEIROS; BELEDELLI, 2009, p. 4).

A constituição de assentamentos de reforma agrária, na maior parte das vezes, ocorre em espaços estranhos e distantes do local de origem das famílias, onde são enfrentadas dificuldades de ordem econômica, pessoal e emocional. Para Medeiros (2012), a terra conquistada possibilita a construção da identidade dessas famílias, para quem a terra representa um símbolo que projetará o novo por meio do seu vivido, do seu contexto histórico e do seu imaginário social (MEDEIROS, 2012). Na busca pela terra, as famílias assentadas

perdem a roça, as águas, as matas, a casa, os vizinhos, as festas e sua maneira de louvar a Deus. Porém, a partir de sua cultura, constroem e reconstróem suas referências, tanto para si como para o outro, na constituição de sua identidade com o novo território³ (MEDEIROS, 2007). Buth e Côrrea (2006) destacam que o acesso à terra materializa a recriação do lugar⁴, com a inserção de novos elementos e perspectivas no espaço rural; dessa forma, o lugar incorpora o novo, como as técnicas que modificam as práticas sociais. Assim, “os assentados constroem um novo território a partir da mudança das relações estabelecidas neste espaço, promovendo um rearranjo no processo produtivo, diversificando a produção e introduzindo novas atividades” (BUTH; CORRÊA, 2006, p. 155).

Nesse contexto, o presente estudo busca entender as transformações no fazer agricultura e nos hábitos alimentares entre famílias rurais assentadas. A pesquisa, realizada no município gaúcho de Canguçu, tem como universo empírico as famílias do assentamento União e como primeira aproximação a esse campo a Escola Estadual de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho. A construção do trabalho se deu a partir de pesquisa etnográfica, em que me utilizei de diário de campo, entrevistas, desenhos realizados por alunos assentados em atividades realizadas na Escola e registro fotográfico.

A proposta de pesquisa parte do entendimento de que estudos na escala do local, não entendidos como desvinculados do contexto mais amplo, são importantes para a compreensão do que e como as pessoas pensam, produzem, comem, bem como as relações que conformam o grupo ou comunidade. Entendemos que, ao dar visibilidade à lavoura e à mesa de famílias rurais assentadas, apresentamos subsídios para pensar projetos, políticas públicas que contemplam, mesmo que em parte, a diversidade e as especificidades presentes nos assentamentos de reforma agrária.

³ Cabe mencionar que não nos debruçamos sobre a discussão da abordagem territorial, mesmo reconhecendo sua importância e contribuição. Contudo, quando mencionado o conceito de território, partimos da compreensão de território como resultado da apropriação do espaço por determinado grupo social, delimitado pelas relações de poder. Como Santos (1999, p. 7) destaca, é no território que a história do homem se realiza, “é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas”. Segundo Haesbaert e Limonad (2007, p. 42), o território se configura como “construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza)”. Assim, de acordo com os autores, todo território é funcional e simbólico, tendo em vista que exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar funções quanto para produzir significados.

⁴ Quando nos referimos a lugar, ao lugar de viver ou, ainda, ao lugar de origem, falamos do vínculo afetivo com o espaço. Segundo Tuan (1980), são as relações afetivas dos seres humanos com o meio ambiente material, ao que ele denominou de Topofilia, que transformam o espaço em lugar. Para o autor, o lugar é “o lar, o *locus* de reminiscência e o meio de se ganhar a vida” (TUAN, 1980, p. 107), no qual o indivíduo sente-se inserido, com vínculos de pertencimento.

Nesse sentido, cabe mencionar o estudo de Mirasse (2010), que fornece elementos para refletir sobre projetos de segurança alimentar a partir das categorias classificatórias de agricultores, em comunidades rurais de Moçambique. Segundo o autor, em meados de 2000, após graves inundações que afetaram Moçambique, procedeu-se, via programa governamental, à massificação da produção e consumo de batata-doce de polpa alaranjada, rica em beta caroteno e indicada por nutricionistas como eficaz no combate à desnutrição. Por questões históricas⁵, ligadas a invasões de território, escravização, guerra e escassez de alimento, a batata-doce remete a um período de opressão, de modo que se acredita que seu consumo traz azar. Ainda assim, a maioria das famílias aderiu ao plantio de batata-doce de polpa alaranjada, com receio de exclusão de outros programas governamentais, mas o plantio do novo tubérculo, assim como da batata-doce de polpa branca, foi relegado a áreas menos importantes, a cargo de crianças. No entanto, a província de Nampula, na região norte do país, tem como base alimentar a mandioca, enquanto que a batata-doce não está presente à mesa das famílias nas refeições diárias, seu consumo se restringindo a refeições públicas, como a visita de técnicos e nutricionistas vinculados ao referido programa. O estudo de Mirase (2010) evidencia a importância da dimensão cultural para a formulação de políticas públicas, levando em consideração a história e escolhas dos indivíduos.

Outro estudo emblemático nesta perspectiva é o de Viviane Martins (2009) referente à constituição do lugar de viver em assentamentos de reforma agrária, que tem como contexto o Assentamento São Virgílio, localizado no município de Herval, na região sul do Rio Grande do Sul. Para a autora, a constituição do lugar da morada parte do planejamento do lote, fundamentado no saber-fazer camponês, por meio do qual se dá a apropriação do espaço, em que o lugar da morada inclui a casa e o entorno próximo, o pátio, o jardim, a horta e o “arvoredo”. A casa é compreendida como núcleo simbólico da família e seus arranjos espaciais internos evidenciam relações simbólicas no interior do grupo doméstico. Os projetos habitacionais destinados aos assentamentos rurais possuem uma planta padrão que deve ser seguida, mas que não condiz com a percepção e o planejamento do espaço pensado pelas famílias. Segundo a autora, embora tenha sido lançada uma política nacional de habitação rural, nos programas propostos se mantém uma concepção urbana. A autora aponta para a

⁵ No século XIX, a batata-doce de polpa branca havia sido introduzida pelos portugueses, para alimentar o gado, tornando-se uma alternativa de produção e consumo negativa, na medida em que era relacionada à alimentação de animais, à invasão portuguesa e à guerra civil, além de estar associada a trabalho de criança, pois os homens e, por vezes, as mulheres, eram levados para a guerra enquanto as crianças plantavam e consumiam batata-doce branca.

necessidade de mediação sociocultural entre a família assentada (“beneficiário”) e os demais atores envolvidos.

Os dois trabalhos aqui lembrados são trazidos como exemplo de estudos na escala do local que apontam para resultados que podem vir a subsidiar o repensar de programas e políticas públicas. É nesse quadro que este estudo pretende inserir-se ao buscar apreender as transformações na lavoura e à mesa de famílias rurais assentadas.

Assim é que a presente proposta de pesquisa se inscreve na perspectiva do desenvolvimento rural como discutida por Kageyama (2008), para quem o desenvolvimento rural deve ser compreendido como um processo que abrange múltiplas dimensões: econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental⁶. De acordo com a autora, entre as diversas interpretações referentes ao desenvolvimento rural, a ideia central consiste em “combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar), o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e o ambiental e que uma de suas trajetórias principais reside na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade)” (KAGEYAMA, 2008, p. 71).

Vale ainda mencionar que, neste trabalho, o campesinato é abordado à luz da contribuição de K. Woortmann (1990a), que aponta para a perspectiva de uma ética camponesa, constitutiva de uma ordem moral. Para o autor, a terra tem a expressão de uma moralidade, algo pensado e representado no contexto de valorizações éticas. Segundo ele: “como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria” (WOORTMANN, K., 1990a, p. 12). Dessa forma, ao pensar sobre a terra, falamos de valores sociais, não do valor trabalho, mas do trabalho enquanto valor ético. Pela ótica do autor, não devemos pensar a produção a partir de uma coisificação e sim como uma ordem moral, de modo que a campesinidade seja um adjetivo que possa estar presente, em maior ou menor grau, em diferentes grupos específicos⁷. Em sua concepção, “não encontramos, então,

⁶ Segundo Kageyama (2008), o debate sobre o desenvolvimento rural no contexto brasileiro ganhou força a partir da década de 1990. Para a autora, ancorada em Schneider (2007), vários fatores contribuíram para reorientar os estudos referentes ao desenvolvimento rural, dentre os quais estão o fortalecimento das discussões em torno da agricultura familiar e sua consolidação como categoria política, a crescente influência do Estado no meio rural através da implementação de políticas públicas para a agricultura familiar (PRONAF), reforma agrária, segurança alimentar, entre outras, assim como as políticas sociais e compensatórias para o rural, no âmbito da reforma agrária, dos assentamentos e do apoio à agricultura familiar, além da importância que passa a ter o tema da sustentabilidade ambiental (KAGEYAMA, 2008).

⁷ Para o autor, a integração no mercado não significa necessariamente uma baixa campesinidade, pois sua ordem social é “[...] de caráter mais holista do que individualista; para eles a terra não é mercadoria, e sim, patrimônio da família [...]” (WOORTMANN, K., 1990a, p. 15). Nesse sentido, é interessante mencionar, como evidenciado pelo autor, que o mesmo sitiante que calcula a melhor forma de investir os recursos obtidos através do empréstimo no banco, investindo o dinheiro na compra do gado ou aplicando na poupança, é o que

camponeses puros, mas uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade” (WOORTMANN, K., 1990a, p. 14, grifos do autor). Assim, no decorrer deste trabalho, faremos referência ora a camponeses, ora a agricultores, ora a assentados, utilizando essas expressões para referirmo-nos a um grupo social que entendemos como camponês. Do mesmo modo, no decorrer do texto, ao mencionar famílias estudadas (e não a indivíduos), referimo-nos ao grupo doméstico, que conforma o lote, pois como menciona K. Woortmann, “nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, K., 1990a, p. 23).

Cabe, ainda, registrar que, ao longo do trabalho, são empregadas aspas para remeter a conceitos trazidos da bibliografia consultada ou para destacar termos, grafando-se em itálico expressões de interlocutores da pesquisa. Por último, ressalta-se que, no decorrer deste trabalho, não se adotou um único padrão na redação do texto. Em alguns momentos é empregada a primeira pessoa do singular e, em outros, a primeira pessoa do plural. Tal fato decorre do processo de construção do trabalho, resultado de experiências da autora e/ou do diálogo entre a autora e a professora orientadora, uma vez que muitas das reflexões aqui desenvolvidas foram construídas em conjunto.

*

Além do capítulo introdutório, o texto será composto por mais cinco capítulos. No capítulo 2, é apresentado o percurso metodológico da pesquisa. Inicialmente é realizada uma reflexão sobre o método etnográfico, seguida da descrição da entrada a campo, tanto a inserção via escola como junto às famílias assentadas. Ainda nesse capítulo, é apresentado o campo de estudo, com a contextualização do município de Canguçu e da conformação dos assentamentos de reforma agrária no município, assim como do assentamento União, das famílias estudadas e da escola Orestes Paiva Coutinho.

No capítulo 3, tem-se o cotidiano das famílias estudadas revelado a partir dos espaços de trabalho que conformam o lote, destacando-se as relações de gênero. A análise toma por base desenhos resultantes de atividades desenvolvidas junto a alunos da escola Orestes Paiva Coutinho.

vai mandar benzer o seu gado para o sucesso de sua estratégia de investimento. De acordo com a perspectiva de K. Woortmann, é possível argumentar que o camponês não se metamorfoseia em outra categoria por estar em contato com relações econômicas externas à sua propriedade, pois “vender a própria produção e realizar o valor monetário do trabalho é expressão da autonomia camponesa” (WOORTMANN, K., 1990a, p. 39).

No capítulo 4 são examinadas as trajetórias das famílias estudadas, desde seu local de origem até o assentamento, com especial atenção às relações entre pessoas e objetos. Em um primeiro momento, têm-se como foco da análise narrativas e objetos, especialmente fotografias, das famílias envolvidas na pesquisa; na sequência, atentamos para outros objetos que contam a trajetória e o cotidiano das famílias no assentamento.

O capítulo 5 traz a lavoura, especificamente o fazer agricultura tal como praticado no local de origem e no assentamento, com vistas a compreender as continuidades e descontinuidades no fazer agricultura das famílias, considerando a relação estabelecida com a natureza.

O capítulo 6 direciona o olhar para a mesa, mais precisamente às transformações nos hábitos alimentares das famílias assentadas, tendo a comida como fio condutor.

Por fim são retomadas sinteticamente as principais reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho.

2 OLHAR, OUVIR, SENTIR, ESCREVER: METODOLOGIA DA PESQUISA⁸

Figura 1 - Imagens da pesquisa de campo



Fonte: autora, 2013.

Nota: A escola Orestes Paiva Coutinho, participação com alunos e professores na IV Feira Estadual de Sementes Crioulas, participação no III Encontro de Mulheres. No cotidiano das famílias: o trabalho na horta, almoço comemorativo de aniversário e entrega do álbum de fotos para a família de Carmen e Nestor.

⁸ O título faz referência a artigo de Roberto Cardoso de Oliveira (2006), intitulado “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”.

O trabalho de campo, a pesquisa antropológica, para mim, é uma vivência, ou seja, é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem, realizam, por exemplo, antropólogo, educador e pessoas moradoras de uma comunidade rural, lavradores, mulheres de lavradores, pequenos artesãos, professoras das escolas e assim por diante. (BRANDÃO, 2007, p. 12).

Ao propor compreender transformações no fazer agricultura e nos hábitos alimentares de famílias rurais assentadas, optei pelo que Brandão (2007) chama de viver o tempo da pesquisa, “contaminar-se” do lugar, processo que se tornou possível pela pesquisa antropológica, que permitiu vivenciar o cotidiano das famílias pesquisadas. A antropologia, tradicionalmente, identifica-se com os métodos de pesquisa ditos qualitativos, em que a observação participante, a entrevista aberta, o contato direto e pessoal com o universo investigado constituem marca registrada (VELHO, 1987).

Na pesquisa antropológica, como é indicado por Cardoso de Oliveira (2006), o trabalho do antropólogo consiste em olhar, ouvir e escrever. Segundo o autor, a primeira experiência do pesquisador no campo é a domesticação teórica de seu olhar: ele deve ter presente que, ao entrar a campo, o objeto a ser pesquisado já foi previamente alterado pelo modo como o visualizamos, pois “seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 19). Para esse autor, a teoria social pré-estrutura o olhar e sofisticada nossa capacidade de observação. Existe, portanto, a necessidade permanente de o pesquisador exercitar seu olhar para não “encaixar” o que vê a campo em suas teorias pré-estabelecidas. Nesse sentido, o olhar e o ouvir não podem ser tomados como processos independentes no exercício da investigação, ambos se complementam e servem como duas muletas para o pesquisador caminhar na estrada do conhecimento (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006).

Neste exercício de olhar, ouvir e escrever, devemos atentar para as diferenças entre o mundo do pesquisador e o mundo da pessoa, grupo, comunidade que está sendo estudado, pois é no confronto entre esses dois universos que ocorrem as entrevistas. Assim, devemos estabelecer uma relação dialógica, transformando o “confronto” em um “encontro etnográfico” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006), em que a habilidade do pesquisador em ouvir e ser ouvido é crucial. E, para estabelecer essa interação, destaca-se a observação participante, “o que significa dizer que o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável de modo que não impeça a necessária

observação” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 24). Como referido por Brandão (2007), a observação participante proporciona conviver, envolver-se e participar:

Outra coisa é isso que eu chamo a observação participante, que é esse conviver mais livre, mais pessoal, com a situação que implica um envolvimento pessoal e implica um participar de momentos, de uma discussão com as pessoas que conversam no sindicato; ou participar de uma dança; ou participar de um ritual religioso; ou participar de um trabalho. (BRANDÃO, 2007, p. 20).

Com o propósito de conviver, envolver-me e participar, desenvolvi a pesquisa ancorada nos pressupostos da pesquisa etnográfica. O primeiro contato com o tema de pesquisa se deu no segundo semestre de 2011, durante a participação em uma feira, no município de Canguçu. No espaço da V Feira Estadual de Sementes Crioulas, foi realizada uma reunião com agricultores que estavam à frente da instalação de moinhos coloniais em assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul. No relato de um agricultor assentado no município de Canguçu, foram destacadas as dificuldades na instalação do moinho, as discrepâncias entre o planejamento e a realização do projeto, a legislação e a realidade das famílias assentadas. Esse relato despertou meu interesse e gerou questionamentos, os quais nortearam a construção do projeto de pesquisa, no decorrer do primeiro ano do mestrado: quem são essas pessoas? Quais são seus locais de origem e o que produzem neles? Como chegaram a Canguçu? Qual a realidade encontrada? O que produzem no assentamento? Quais saberes e práticas trazidas de seus locais de origem foram mantidos? Quais suas percepções em relação ao projeto do moinho colonial?

No segundo semestre de 2012, iniciei os contatos para a viabilização da pesquisa. No primeiro momento, a proposta era realizar a pesquisa no assentamento Pitangueiras, onde havia sido instalado o moinho colonial. Em busca de informações, foi estabelecido contato com o escritório municipal da EMATER, que presta assistência técnica aos assentamentos. A partir desse contato, passei a deslocar-me, de carona com extensionistas, até o assentamento, para participar de reuniões relacionadas à produção e planejamento do moinho colonial. Na primeira incursão, juntamente com algumas mulheres do assentamento, coloquei-me na condição de ajudante da extensionista responsável pelo preparo do almoço para os participantes da reunião, que ocorreu na sede do assentamento Pitangueiras. O almoço foi preparado na cozinha do local, espaço que proporcionou conhecer e conversar com as mulheres e, também, com seus esposos e filhos.

No decorrer de outras reuniões, percebi que não seria viável partir da perspectiva da temática do moinho e da produção de matéria-prima a ele relacionada, devido a divergência entre a visão dos grupos envolvidos na implementação do moinho e a proposta de pesquisa.

Foi assim que iniciei a aproximação com a Escola Estadual de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho, que atende crianças membros de famílias dos assentamentos do entorno. Assim como, o contato com as famílias de alguns alunos da escola, residentes no assentamento União.

2.1 A escola: o lugar da criança através do desenho

A inserção na escola como campo de pesquisa se deu a partir de experiência anterior em pesquisa junto a crianças⁹ e do entendimento de que também a criança deva ser ouvida.

Ao discutir o método utilizado em estudos realizados em assentamentos de reforma agrária, Whitaker e Fiamengue (2002) destacam a relevância da criança e de seus desenhos no desenvolver de suas pesquisas. Elis Fiamengue relata que, em sua pesquisa de mestrado, optou pela técnica do desenho com crianças “pelo fato de que o ser humano se expressa através do desenho com menos censuras do que quando fala. Pretendia captar as representações das crianças acerca da sua realidade e da sua história, e os desenhos surgiram como a técnica mais adequada”. (WHITAKER; FIAMENGUE, 2002, p. 111).

Na primeira visita à escola, acompanhando uma equipe de assistência técnica que ali realizava um dia de campo, percebi que, ao desenvolver a atividade proposta pela equipe, as crianças se envolveram bastante ao confeccionar o mapa da escola. Desenhar parecia ser uma tarefa apreciada por todos. As professoras solicitaram minha ajuda nesta tarefa e as crianças, ao representarem as professoras no pátio, incluíram-me entre elas, denominando-me *professora Janaina*, o que interpretei como demonstração de sua aceitação. Apresentada a proposta de pesquisa à diretora e professoras, fui inserida na escola como professora colaboradora no projeto *Mais Educação*. Entendo que o fato de também ser professora, pois minha formação é em Licenciatura em Geografia, foi mais um fator que auxiliou na aproximação e aceitação na escola.

A partir do observado nessa primeira visita, foram concebidas atividades com desenhos. No primeiro encontro em que estive na condição de sua professora, as crianças da

⁹ A referência é ao trabalho conduzido nas *Oficinas sobre hábitos alimentares* (realizadas no âmbito do projeto de pesquisa Cultura, Patrimônio e Segurança Alimentar entre Famílias Rurais: etnografias de casos significativos, coordenado por Renata Menasche), em uma escola rural no município de Pelotas, no segundo semestre de 2011. O trabalho mesclou práticas de cozinha, atividades de desenho, registro de receitas de família e conversas sobre hábitos alimentares. A equipe que desenvolveu essas atividades foi composta por alunos e professores dos cursos de Antropologia, Ciências Sociais, Gastronomia, Geografia e Nutrição da Universidade Federal de Pelotas.

2ª a 4ª séries foram convidadas a representar seu lugar de viver, de modo a possibilitar perceber como visualizam o assentamento e o lote (sua família, casa, hortas, lavouras, animais). No encontro seguinte, a atividade foi elaborada com o objetivo de aproximação às famílias das crianças. Cada um dos alunos, da 3ª e 4ª séries, levava para casa um dos temas sorteados na aula anterior (lugar onde a família morava antes do assentamento, período de acampamento, assentamento nos primeiros anos e assentamento hoje), para que conversassem a respeito com seus pais, irmãos mais velhos e avós. A conversa com os familiares seria fundamental para essa atividade, tendo em vista que a maioria das crianças nasceu no assentamento, não tendo convivido no lugar de origem dos pais, no acampamento e, ainda não eram nascidos nos primeiros anos do assentamento¹⁰. Posteriormente, foram convidadas a representar em desenhos a organização desses espaços, com destaque para a produção, mas também considerando outros elementos eleitos por eles como importantes. Com os alunos da 1ª e 2ª séries, a atividade esteve voltada para a produção atual no lote, sendo-lhes solicitado que representassem o que a família produz na lavoura e na horta e, também, os animais criados.

Dentre as demais atividades trabalhadas em sala de aula, destaca-se a desenvolvida com alunos da 1ª e 2ª séries, que propunha a representação, em forma de desenho, de: *O que você comeu ontem? O que você comeu hoje? E o que você gostaria de comer amanhã?* A atividade¹¹ objetivou conhecer um pouco mais sobre a alimentação das crianças e de suas famílias e, ao mesmo tempo, suas preferências, quando há opção de escolha. Em outro momento, foi realizada, com a 3ª e 4ª séries, uma atividade que proporcionou visualizar como as crianças planejavam a propriedade. Foi então proposto aos alunos que imaginassem o lote da família como seu e que descrevessem o modo como o organizariam, pensando no que produziriam neste local para o consumo familiar e para a comercialização, se construiriam casa, galpões, se adquiririam ferramentas, enfim, como seria o lote se fosse administrado por eles. Com as crianças dessas mesmas turmas, foi também desenvolvida uma dinâmica que buscou demonstrar a rotina do aluno e de sua família: a partir de um relógio, os alunos foram convidados a descrever as atividades que eles e seus pais realizam durante um dia, desde a

¹⁰ Tendo em vista que a chegada das famílias foi em novembro de 1998, com implementação do assentamento no início de 1999, e a faixa etária das crianças é entre seis e dez anos.

¹¹ Essa atividade, assim como a dinâmica “eu sou o dono da propriedade”, foi elaborada pela nutricionista Raquel Rau, em sua pesquisa de mestrado, também em pesquisa realizada junto a crianças, em escola. Raquel é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura – GEPAC.

hora que levantam até a hora de dormir¹². A proposta objetivou conhecer as atividades que as crianças desenvolvem com a família.

Os mesmos alunos, da 3ª e 4ª séries participaram, ainda, de uma atividade, desenvolvida em dois encontros, que consistiu na construção conjunta de uma lavoura. As crianças deviam planejar todas as etapas de implantação de uma lavoura: desde o local reservado para a lavoura, o tamanho da área, a escolha dos cultivos e das ferramentas a serem utilizadas, a procedência das sementes (se guardadas da safra anterior ou compradas), quem iria trabalhar a terra, plantar, capinar, colher, até o destino do alimento produzido (para o consumo ou para a comercialização). A turma foi dividida em três grupos, cada um representando uma fase do ciclo da lavoura: preparo da terra e plantio; capina e cuidados com a lavoura; colheita. A dinâmica visava evidenciar os saberes e práticas em agricultura que as crianças detêm.

Os desenhos conduziram a elementos que até então haviam passado despercebidos, apresentando-se como importante material de pesquisa, tal como comentado por Pires (2007), em estudo sobre religião realizado no interior da Paraíba.

Ao desenhar sobre um tema proposto, as crianças colocam no papel o que lhes é mais evidente. Nesse sentido, o desenho é um material de pesquisa interessante para captar justamente aquilo que primeiro vem à cabeça, aquilo que é mais óbvio para a criança. Porém, quando combinado com a observação participante, é que os dois instrumentos potencializam a sua utilidade. Os desenhos podem funcionar como um guia para a observação participante. Com os desenhos à mão, é possível direcionar o olhar para a realidade de acordo com os tópicos levantados pela população estudada. De outro lado, a observação participante dá corpo ou refuta as sugestões que os desenhos engendram. (PIRES, 2007, p. 236).

No desenvolver das atividades, os desenhos por vezes indicaram a direção que a observação deveria seguir, dirigindo o olhar para elementos a serem pensados no período de permanência nas famílias.

A inserção na escola compreendeu os meses de novembro de 2012 a outubro de 2013, com menor frequência de participação no segundo semestre de 2013, quando o tempo destinado à pesquisa de campo foi prioritariamente à permanência nas casas das famílias. Durante o período de inserção na escola, criou-se um laço de confiança entre pesquisadora, professoras e alunos, em que as atividades extrapolaram as dinâmicas em sala de aula. Fui convidada a, junto com outra professora, representar a escola em reuniões no assentamento e a participar de reuniões da organização da VI Feira Estadual de Sementes Crioulas, na cidade

¹²A dinâmica foi pensada a partir da proposta “rotina diária das atividades mulher e homem”, do livro Diagnóstico Rural Participativo, de Miguel Expósito Verdejo (2006).

de Canguçu, cuja mística de abertura esteve sob a responsabilidade da escola. Estive envolvida nas reuniões de planejamento escolar, elaborei material para apresentações na escola, no assentamento e na feira supracitada (*banner*, murais de fotografias, apresentações de *slides*). Desde o primeiro contato com os alunos, surgiu um encanto mútuo, gerando um carinho revelado em desenhos, cartinhas e na troca de beijos e abraços na chegada e saída da escola. A receptividade e a aceitação, por parte dos alunos e das professoras, foram fundamentais tanto para o desenvolvimento das atividades em sala de aula, como para a inserção nas famílias, pois de algum modo os pais já me conheciam, através de seus filhos.

2.2 Do desconfiado aperto de mão ao abraço afetuoso: vivenciando o cotidiano

Na próxima casa que chegamos, a senhora veio nos receber com dois netos pequenos, a filha e a nora. Na cozinha estavam mais três meninos e uma menina lavando a louça e o marido estava deitado na rede no espaço da rua. (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

O trecho acima faz parte da descrição da primeira visita que realizei, em janeiro de 2013, a uma das famílias junto às quais desenvolvi a pesquisa de campo. Nesse dia, estava acompanhando uma extensionista da EMATER em suas visitas para conhecer o assentamento União. Enquanto a profissional conversava com a senhora, eu fiquei apenas escutando e observando, sendo que só mais tarde, já em casa, escreveria as impressões da primeira entrada no assentamento. Ao reler o diário de campo, após ter encerrado a pesquisa a campo, em dezembro de 2013, chamou-me a atenção a forma um tanto fria com que descrevi a chegada à casa da família. Em março de 2013, seus dois filhos menores, uma menina e um menino, passariam a estudar na escola. E a família aceitaria a proposta de minha permanência em sua casa, para acompanhar um dia de trabalho e, também, depois, a estadia por um período maior. Essa família, como as demais que participaram da pesquisa, passaram a ter um significado muito importante na pesquisa e em minha vida. Daí o estranhamento ao reler no diário, mais tarde, o registro daquele primeiro contato, marcado pela falta de emoção. Logo pensei que, com a convivência, passamos do desconfiado aperto de mão aos abraços afetuosos, com os quais passei a ser recebida a cada chegada a suas casas.

Com o propósito de acompanhar e vivenciar o cotidiano de algumas famílias, foi realizada uma primeira visita a cinco famílias de alunos do assentamento União. A escolha dessas famílias se deu da seguinte forma: a primeira família em que realizei a visita foi a de uma das professoras da escola, em cuja casa já pernoitava no desenvolver das atividades na

escola. A segunda foi a família de uma mãe colaboradora da escola, que me fez o convite para conhecer seu lote. As outras três famílias resultaram de indicação das professoras e também do contato próximo com suas crianças, na escola.

No dia da visita a cada família, fui recepcionada como a professora da escola para quem as famílias tiraram o dia para receber. Os homens se dedicaram a alguns afazeres, mas, ainda assim, permaneceram grande parte do dia em casa, para conversar, mostrar as lavouras, galpões, animais. As mulheres me conduziram até suas hortas, mostraram as flores e as fotografias de família. Sendo o primeiro contato, alguns estavam receosos, outros dispostos a conversar, contar suas histórias e, também, curiosos para saber sobre a vida da professora. As crianças, sempre contentes por terem a professora em suas casas, queriam mostrar seus brinquedos, o gato, o cachorro, a vaca que ganharam dos pais e, claro, queriam contar suas histórias.

A partir dessa experiência, foi proposta às cinco famílias a permanência em suas casas por um período maior, de modo a acompanhar as atividades desenvolvidas cotidianamente. O período de estadia nas famílias variou entre três e cinco dias, sendo que retornaria às casas de três famílias, permanecendo junto a elas por mais alguns dias. Em uma família, o tempo de permanência foi maior, dado tratar-se da professora da escola que me hospedava enquanto desenvolvia as atividades na escola. Essa era também a residência onde eu pernoitava quando realizava pesquisa de campo junto a duas famílias em cujas casas optei por não dormir¹³. Estar junto a essas famílias possibilitou participar do trabalho diário, compartilhando especialmente as atividades de responsabilidade da esposa, mãe de família.

Na condição de ajudante da mulher, as tarefas consistiram em cozinhar, varrer a casa e o pátio, capinar a horta, arrancar batata-doce e mandioca, cuidar de crianças pequenas, acompanhar a criança até a parada do ônibus escolar, entre outros afazeres. Ao assumir as tarefas a mim designadas, lembrava-me do texto de Da Matta (1978), em que o autor relata que o ofício do antropólogo inclui lançar mão de inúmeros papéis para realizar a pesquisa, atuando como médico, cozinheiro, contador de histórias, etc. Dessa forma, assumi variados papéis, que possibilitaram estar junto às famílias, observar, conversar e aprender. No espaço da lavoura e da leitaria, era apenas convidada a conhecer e, como disse um senhor, *tirar fotos para o trabalho do colégio*. Neste período de permanências nas famílias, participei também de

¹³ Em uma dessas casas, optei por não pernoitar por a família ser numerosa e, assim, iria desalojar alguém de sua cama. Na outra, a filha pequena encontrava-se doente nos dias em que estive com eles.

uma festa de aniversário, os acompanhei em visitas a vizinhos e viajei à cidade de Canguçu, para realizar as compras do mês, *fazer o rancho*.

O fato de ser conhecida como professora da escolinha – ou como *professora do desenho*, como dito por algumas crianças – foi essencial na aproximação com as famílias. Participar como voluntária na escola, conhecer um pouco da vida das quarenta crianças que ali estudam, de suas relações de parentesco, e ser capaz de identificar seu pertencimento a um dos assentamentos da região possibilitou adentrar em sua teia de relações. O deslocamento no ônibus escolar para o assentamento União permitiu conhecer a parada de cada aluno, podendo, inclusive, visualizar a casa daqueles que moram na estrada principal, com a mãe ou irmão esperando à porta. Enfim, foram realizadas aproximações que demandam tempo e observação, mas que se mostrariam fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, do mesmo modo que foi a participação em reuniões do assentamento ou dos grupos de mulheres e em confraternizações da escola, nas quais estavam presentes alunos e familiares.

Outro elemento a ser comentado em referência à aproximação e permanência junto às famílias é o fato de ser casada com um extensionista da EMATER que as atende. Ao estabelecer contato com as famílias, apresentava-me como professora da escola e explicava o motivo da visita, contando da pesquisa, sem mencionar minha relação com o extensionista que as atendia. No entanto, quando me deslocava de carona com colegas de meu marido, pertencentes à mesma instituição, esses faziam questão de comentar esse meu vínculo. Devido à boa relação existente entre as famílias e meu marido, essa foi uma informação que também aproximou, pois os agricultores sabiam que aquela estranha era professora na escola de seus filhos e esposa do extensionista da EMATER. Por outro lado, entendo que ser casada com o agrônomo responsável pelas questões ambientais no assentamento pode ter ocasionado a omissão de certas informações ou seu relato ter sido de acordo com aquilo que entendiam ser considerado correto ao olhar da esposa de um agrônomo. Pode-se citar como exemplo a situação em que um senhor estava me explicando a influência das fases da lua na agricultura e comentou que meu marido devia não acreditar e recomendou-me que não comentasse com ele, pois ficaria constrangido. Muitas vezes, também, os produtores me perguntavam o que deveriam fazer para ter um bom resultado em uma lavoura. Em seu entendimento, se eu era casada com o agrônomo, residia na colônia e estava estudando, deveria saber. No decorrer da pesquisa, percebi uma maior intimidade das famílias ao perguntar por meu esposo, ao contar de sua visita a sua casa. Da mesma forma, inúmeras foram as vezes que, ao pernoitar na casa

de alguma família, telefonava para minha casa e o agricultor pedia para falar com meu esposo, a fim de tirar alguma dúvida ou contar que algo ocorrera.

Ainda no contexto do processo de aproximação ao cotidiano das famílias, percebi que, na maior parte das vezes, foi nas cozinhas que se estreitaram os laços, pois quando a pesquisadora cozinhava, invertiam-se os papéis: a dona da casa sentava-se ao lado do fogão a lenha, servindo o mate¹⁴, enquanto a visita preparava a refeição para a família. Ao preparar uma refeição que fosse apreciada, a visitante passava pela prova, sendo reconhecida como boa dona de casa, elemento de identificação que se mostraria importante na relação com as famílias. Ao analisar, em seu estudo, a inversão de papéis, na qual a pesquisadora é observada e entrevistada, Salem (1978) afirma que, na tentativa de situar o pesquisador em seu mundo e, assim, amenizar sua posição de “invasão”, o informante busca pontos de afinidade entre ele e o pesquisador. No contexto das famílias assentadas, pode-se compreender que a pesquisadora, após ser submetida à prova de cozinhar para as famílias e responder a perguntas sobre sua vida, deixava de ser apenas uma pesquisadora, passando a ser também vista como mulher, moradora do meio rural e dona de casa. Residir na colônia, ter uma horta e cozinhar foram elementos importantes para a convivência no dia a dia com as famílias. São pontos em comum, que geram curiosidade em saber como faço tal receita, em que época planto tal semente. Um senhor, ao explicar o plantio de um legume em determinado mês, orientou que eu plantasse em minha horta e depois lhe contasse o resultado. Ou seja, seria mais fácil compreender o que me explicava se eu plantasse e observasse em minha horta.

No decorrer da pesquisa, utilizei-me do diário de campo e, para escrevê-lo, particularmente nos períodos de permanência junto às famílias, aproveitava-me de horários de descanso da família, como após o almoço – nas famílias que tinham o hábito de sestar –, e à noite, depois que as famílias se retiravam para dormir. Durante o dia, apenas fazia rápidas anotações, para que, posteriormente, guiassem a escrita. No diário, além da descrição minuciosa do cotidiano das famílias, do cotidiano da escola, da dinâmica de organização e das discussões das reuniões, descrevi as impressões, as primeiras análises sobre alguns elementos, as emoções, enfim, como dito por Brandão (1982), “os escritos do diário de campo descrevem

¹⁴ Entre as famílias estudadas, o chimarrão (ou mate), comumente presente nos espaços de sociabilidade, é consumido especialmente antes das refeições e quando recebem visitas. O chimarrão possui origem entre os índios guarani, recebendo originalmente a denominação *caá-i* (*caá* significa árvore e *i* água). A bebida é uma infusão de folhas moídas de um arbusto, a erva-mate (*Ilex paraguariensis*). O chimarrão é preparado em um recipiente denominado cuia, feito de um fruto seco de forma arredondada, o porongo. É bebido por uma espécie de canudo de metal chamado bomba, sendo que uma de suas extremidades (arredondada e com pequenos furos) é inserida na cuia e a outra extremidade, mais achatada, é onde se encostam os lábios, para sorver o líquido (WILLE; ROSA; MENASCHE, 2011).

maneiras de sentir pessoas, lugares, situações e objetos” (BRANDÃO, 1982, p. 13). Em duas famílias percebi preocupação com as condições para que eu fizesse *meu trabalho*; por exemplo, quando a criança pedia para brincar por mais um tempo, a mãe recomendava deixar a brincadeira para o outro dia porque eu tinha que estudar. Ou quando eu estava lavando a louça do jantar, a esposa ou o marido sugeriam deixar para outro dia para ter tempo de fazer o *trabalho*. No início da pesquisa, expliquei às famílias que a finalidade das fotos e das anotações era registrar as atividades diárias da família. Optei por explicar a eles a natureza de meu *trabalho* porque dessa forma me sentia mais à vontade com as famílias, sendo verdadeira com eles da mesma maneira que estavam sendo comigo.

Outro instrumento de pesquisa de que me utilizei foi a entrevista (apêndice 1), no sentido de complementar a observação participante. A entrevista foi orientada a partir de temas que desencadeavam questões abertas: local de origem, acampamento e assentamento. Sendo realizada com o pai e a mãe de família, além da participação de algum de seus filhos. Na família de Amarildo¹⁵, no entanto, o entrevistado foi seu pai Rosino e, na família de Alessandra, a entrevistada foi sua mãe Maria. A opção por entrevistá-los em lugar de seus filhos deu-se pelo fato de que, na época em que se foca a entrevista, os últimos eram adolescentes e pouco lembram do fazer agricultura do local de origem, do período de acampamento e dos primeiros anos no assentamento. Optei por realizar a entrevista nos últimos dias em que permaneci nas famílias, pois era quando estavam mais à vontade com minha presença. Acredito que a convivência anterior às entrevistas propiciou que se realizassem em um contexto de “encontro etnográfico”, em que se busca estabelecer uma relação dialógica (OLIVEIRA, 2006), uma vez que, antes, eu já havia auxiliado em tarefas rotineiras e dormido em suas casas (das três famílias em que pernoitei), assim como já havíamos conversado sobre inúmeros assuntos. Como relata Caldeira (1981), as entrevistas abertas e de observação participante proporcionam uma relação de troca e aprendizagem, processo que ameniza a violência do exercício do poder que se estabelece sobre o entrevistado. Constrói-se uma relação de aprendizado em que pesquisador e entrevistado descobrem, aprendem e refletem (CALDEIRA, 1981), tornando a conversa íntima e densa.

Ao propor a entrevista, perguntava sobre a possibilidade de uso do gravador, instrumento que não foi recusado por qualquer das famílias. Percebia que os interlocutores se sentiam importantes ao falar de suas vidas para alguém que gravava e anotava seus relatos,

¹⁵ Ao final deste capítulo, cada um dos informantes terá uma breve apresentação, tendo em vista que em muitas das situações de pesquisa descritas ao longo do trabalho eles serão citados. Dessa forma, entende-se que conhecer os informantes contribui para melhor entendimento da reflexão desenvolvida.

com interesse no que tinham para contar. No decorrer das entrevistas com seu Rosino e com dona Maria, vários fatos relatados por eles não estavam previstos entre os temas inicialmente propostos, sendo ambas as entrevistas ricas em histórias e detalhes. Pude perceber que eles queriam contar e pareciam ter se esquecido da presença do gravador, tal era o envolvimento no momento. Entre os vizinhos das famílias pesquisadas, havia curiosidade e expectativa por minha visita, assim como entre os alunos, na escola, que perguntavam quando iria visitá-los, ou por que iria somente à casa de tal aluno. Tentava explicar de forma que não magoasse as pessoas, mas não podia me comprometer com demasiadas visitas¹⁶.

Ainda, ao que se refere às famílias pesquisadas, mais precisamente a questões éticas da pesquisa, cabe mencionar a opção por manter o nome verdadeiro dos interlocutores. No que tange à pesquisa etnográfica, Fonseca (2008), ao discutir a implicação do uso ou não do anonimato em textos antropológicos, afirma que o anonimato não necessariamente é sinal de respeito ou de atitude ética, pois nem sempre esse é o desejo da comunidade estudada. Do mesmo modo, trazer os nomes verídicos não pode ser somente para provar a “veracidade” do texto. Tendo presente as reflexões da autora e a relação estabelecida em campo, optou-se por trazer os nomes verdadeiros das famílias, tendo em vista que no decorrer da pesquisa percebi o quanto meus interlocutores se envolveram e contribuíram no processo, assim como sua expectativa em ler o *livro*, como eles se referem ao produto final da pesquisa. Imagino que ao dar o retorno da pesquisa estes não se sentiriam confortáveis ao ler sobre eles mesmos tendo sua história, seus saberes e práticas contados com nomes fictícios.

No período em que estive com as quatro famílias originárias do norte do estado, estes se referiam constantemente ao fazer agricultura dos municípios de origem. Estes relatos instigaram a visita a um dos municípios de origem das famílias para aproximar o olhar àquela realidade contada por eles. Assim, do contexto do assentamento, desloquei-me para o município de Três Palmeiras, no norte do estado¹⁷. Como a pesquisa versa sobre transformações no modo de fazer agricultura e nos hábitos alimentares de famílias rurais

¹⁶ Ao retornar a uma das famílias para permanecer mais uns dias, a senhora contou que a vizinha havia perguntado quando eu iria visitá-la e ela disse ter explicado que era um sorteio realizado em Canguçu e que eu já tinha ido designada para aquelas famílias. A senhora disse ter dado tal justificativa a fim de que a vizinha não ficasse chateada e por saber que eu não poderia visitar todas as famílias. Também contou que já são anos respondendo questionários, como para a EMATER e INCRA, e que sabe que estas coisas têm prazo para serem realizadas e que eu não teria como visitar tantas famílias.

¹⁷ O município de Três Palmeiras localiza-se na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul. Segundo dados do IBGE (2010), 2.090 pessoas residem na área urbana e 2.291 na área rural, totalizando 4.381 pessoas. No município, cuja economia está voltada à agricultura, com predomínio da produção de soja, trigo e milho, prevalecem as pequenas propriedades familiares. Destacam-se também a produção de feijão, fumo, leite, fruticultura e a criação de suínos e gado de corte.

assentadas, senti a necessidade de conhecer a região de onde vieram algumas dessas famílias.

A opção pelo município de Três Palmeiras se deu por este ser o local de origem de três das quatro famílias originárias da região norte, as quais, inclusive, indicaram-me parentes seus no município de origem, junto aos quais permaneci por uma semana. Nesse período, acompanhei um dia de trabalho de uma família, realizei entrevistas voltadas ao fazer agricultura da região e desloquei-me por localidades citadas pelas famílias assentadas, para conhecer e conversar com moradores. Além disso, contatei o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Secretaria da Agricultura do município, para entender um pouco da dinâmica dos agricultores do local. Segundo essas entidades, não há um controle no que diz respeito ao número de famílias que deixaram o município para ingressar no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e conquistar a terra, sendo assentadas. Entretanto, nas visitas realizadas, nas conversas no Sindicato, na Prefeitura e na feira de produtores, escutei inúmeras vezes a história de algum parente que acampou e conquistou a terra.

Ao falar sobre a pesquisa e o local em que a realizava, as pessoas perguntavam se conhecia seu irmão, primo, tio e, quando eu respondia afirmativamente, abriam um sorriso e iniciavam a entrevista, querendo saber como estava a família, o que plantavam, como era a terra, a casa. Dispunha de fotografias do assentamento e dos parentes de algumas das famílias e, após mostrá-las e contar sobre seus familiares, a conversa fluía bem, pois agora nós tínhamos algo em comum: os parentes que hoje estão assentados em Canguçu. Quando retornei ao assentamento, a curiosidade era reversa: as famílias estavam ansiosas por saber notícias dos parentes que ficaram em seu local de origem, se eu havia visitado a *linha* onde moravam ou o parente que reside na cidade. Ficavam contentes ao verem as fotos do município e de seus parentes, comparando com as lembranças da época em que deixaram sua terra. Por causa da distância, do custo e do tempo de viagem, as famílias ficam anos sem visitar seus parentes. Uma senhora, ao ver a fotografia de sua antiga morada, teve dificuldade em reconhecê-la, devido às mudanças feitas pela família que hoje vive na propriedade.

Na realização da pesquisa a campo, desde a aproximação com a escola e com as famílias, a fotografia foi elemento importante. Como indica Guran (2011), a fotografia, enquanto instrumento de pesquisa, constitui-se em instrumento de observação participante, que nos permite obter informações para demonstrar ou enunciar conclusões. O autor destaca dois tipos de fotografia: “para descobrir” e “para contar”.

A fotografia “para descobrir” corresponde ao momento da observação participante, em que o pesquisador se familiariza e formula as primeiras questões práticas referentes ao

trabalho de campo. Para o autor, neste momento, o pesquisador tem mais perguntas do que respostas, e as fotografias permitem refletir sobre a situação e/ou apreender o que não foi captado pelo olhar em determinado momento. Nesse sentido, foi construído um banco de imagens, organizadas por visita, que contam o que foi vivenciado a campo. Durante todo o processo, a câmera fotográfica esteve sempre presente. Por vezes, os agricultores comentavam sobre as inúmeras fotos tiradas ou como eu gostava de fotografar. Registrava suas atividades cotidianas, como o filho lavrando, a mãe preparando a refeição, as comidas, a ordenha da vaca, dentre outros aspectos do dia a dia da família e, por isso, entendo seu estranhamento ao verem-me fotografar esses momentos que, acredito, não considerariam merecedores de registro, pois são atividades que realizam ordinariamente. Na grande maioria das vezes, mostrava as fotos registradas no decorrer do dia e, quando esquecia, alguém perguntava: “tirou muita foto hoje?” ou “hoje não tem fotos?”. Eles gostavam de ver suas lavouras, hortas, animais, filhos e netos retratados pela câmera fotográfica. Em uma família, quando mostrei a foto da casa, a esposa comentou que a casa, as árvores e as flores estão ali todo dia, então ela não enxergava a beleza daquele lugar. A mesma senhora também costumava me chamar para tirar fotos dela realizando alguma tarefa, orientando-me a registrar o momento para colocar no *meu trabalho*.

A fotografia “para contar” corresponde ao momento de análise e escrita, ancorado no referencial teórico e observações empíricas. De acordo com Guran (2011), neste momento, “a fotografia pode ser utilizada para destacar, com segurança, aspectos e situações marcantes da cultura estudada e para dar suporte à reflexão apoiada nas evidências que a própria imagem apresentar” (GURAN, 2011, p. 5). Como a fotografia proporcionou “descobrir” e “contar” sobre o cotidiano dessas famílias, ao encerrar a pesquisa de campo, elaborei um álbum para cada uma delas, “contando” como eu percebia seu cotidiano. No momento de entrega do álbum a cada família, eles liam a dedicatória e olhavam as fotos, comentando, admirados, sobre como estavam bonitos as vacas, o filho lavrando a terra, a comida no fogão a lenha, as flores. Eles ficaram emocionados, agradeciam e afirmavam que o álbum seria muito bem guardado e o olhavam pela segunda vez, calmamente analisando os detalhes de cada foto. A finalidade do álbum foi registrar os momentos vivenciados com as famílias e simbolizar as trocas realizadas, deixando com eles parte das tantas fotografias produzidas no período. No dia seguinte, em atividade de encerramento do ano letivo na escola, duas meninas levaram o álbum presenteado a sua família, para mostrar a professores e colegas, explicando a origem do

presente. Naquele momento, compreendi que a fotografia proporcionou que pesquisadora e famílias “descobrissem” e “contassem” o processo de vivência da pesquisa.

No momento da entrega dos álbuns, levei o pedido de autorização do uso da imagem e som para que as famílias assinassem. Expliquei o motivo da autorização e recebi as assinaturas, deixando uma cópia com a família. Como, para eles, assinar algo é um grande compromisso, ainda mais por se tratar de fotos e entrevistas da família, estava receosa de pedir-lhes que o fizessem, por isso deixei esta etapa para o fim do processo, deixando de tocar no assunto por ocasião da entrevista. Na primeira família para quem pedi a autorização, ao entregar sua cópia, a dona da casa comentou que iria comprar um quadro para colocar o papel. Para ela, ter participado deste processo foi motivo de orgulho e, portanto, o papel merecia destaque, merecia ser exposto na parede.

Como relatado por Cardoso de Oliveira (2006), os processos de ouvir e olhar se constituem em uma primeira etapa da pesquisa antropológica, seguidos pelo escrever, que consiste na segunda. Como orientado pelo autor, escrever é o exercício de articular o trabalho de campo e a teoria, ou seja, trazer os fatos vistos e ouvidos para o plano do discurso. Visualizo esta etapa da pesquisa como um processo solitário, como o momento de articular os dados de campo – diário de campo, entrevistas e fotografia – e o referencial teórico para, então, tecer a teia de atores e processos que envolvem a proposta de pesquisa.

*

A experiência de realizar o mestrado em um programa de pós-graduação multidisciplinar, sendo graduada em Licenciatura em Geografia, pode ser interpretado por alguns como dificultar o caminho, uma vez que implica em deslocamento de minha área disciplinar. Contudo, considero que foi um processo rico e um tempo de amadurecimento enquanto pesquisadora e pessoa. Vivenciar o novo traz sempre insegurança, afinal torna necessário sair da zona de conforto, demandando abrir-se ao novo, ao outro, e respeitar e agregar o que cada área proporciona. Essa experiência permitiu-me olhar o rural a partir de inúmeras “lentes”, ou melhor, áreas da ciência: Antropologia, Geografia e sociologia. Tal processo foi fundamental não apenas para a construção da dissertação, do estar a campo, mas para a formação da profissional que pretende trabalhar no rural e com pessoas. Ir a campo, construir uma relação de proximidade, participar de momentos das vidas das famílias, cozinhar em sua companhia, trabalhar, dar aula, brincar, foram práticas que se tornaram possíveis pela escolha do método de pesquisa antropológico. Como destacado por Brandão (2007), o trabalho de campo tem uma dimensão intensa de subjetividade, em que

Conviver, espreitar dentro daquele contexto o que eu chamaria o primeiro nível do sentir, sentir como é que o lugar é, como é que as pessoas são, como é que eu me deixo envolver. Isso é muito bom, porque faz com que a gente entre pela porta da frente e entre devagar. E, por outro lado, é bom também porque essa lenta entrada, eu diria essa mineira entrada, não tem aquela característica de um trabalho invasor em que as pessoas se sentem de repente visitadas por um sujeito que mal chegou ao lugar, saltou do carro e começou a aplicar um questionário. (BRANDÃO, 2007, p. 14).

Todos esses elementos contribuíram para pensar a pesquisa, vivenciar o campo e escrever sobre estas famílias. E sinto o peso da responsabilidade em escrever sobre essas pessoas que, de um desconfiado aperto de mão, hoje me recebem com um abraço afetuoso.

2.3 O lugar da pesquisa

Para contextualizar o lugar da pesquisa, destaco alguns aspectos históricos do município de Canguçu, iniciando por sua formação no contexto da Serra dos Tapes, seguindo pela instalação dos assentamentos de reforma agrária no município, chegando, então, ao assentamento União, com atenção para sua formação e alguns dados referentes às famílias que o conformam. No âmbito do assentamento União, apresento as cinco famílias que participaram mais intensamente da pesquisa. E, por fim, apresento a Escola Estadual de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho, local onde foi desenvolvida parte da pesquisa.

2.3.1 Município de Canguçu

As terras de Canguçu, junto com as dos outros municípios situados nas serras do Tapes e do Herval, são as mais antigas do Rio Grande do Sul. [...] Os primitivos habitantes de Canguçu foram os índios Tapes que emprestaram o nome à serra onde se assenta o município. (BENTO, 2007, p. 15).

Como relatado por Bento (2007), a denominação da Serra dos Tapes¹⁸ está relacionada ao contexto histórico de ocupação por indígenas da tribo tupi-guarani, conhecidos como Tapes. No contexto da formação histórica da Serra dos Tapes, Salamoni e Waskiewicz (2013) citam o ciclo saladeiril, no século XIX, destacando o importante papel econômico dos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul nos contextos regional e nacional. Nesse período, a região serrana desses municípios se encontrava, ainda, com povoamento disperso,

¹⁸ A Serra dos Tapes está inserida no Planalto Uruguaio Sul-rio-grandense ou Escudo Cristalino Sul-rio-grandense, estrutura geológica mais antiga do Estado. Compreende os municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Canguçu, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu.

ocupada por escravos que, no período de entressafra das charqueadas, cultivavam produtos para o autoconsumo.

Com o incentivo à colonização pelo Governo Geral, a partir de 1848, houve a inserção dos primeiros colonos na região da Serra dos Tapes. Como referido por Grando (1990), antes mesmo que o governo organizasse uma política de colonização, iniciava no Rio Grande do Sul a colonização de iniciativa privada. Segundo a autora, os empresários que não possuíam terras na Serra dos Tapes adquiriram-nas, objetivando colonizar, e, assim,

Toda a Serra foi dividida em pequenas propriedades, as picadas multiplicavam-se e nelas o movimento crescia. Estabeleceu-se ali uma corrente de imigrantes, que geralmente não chegavam diretamente da Europa. Eram originários das colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul, sendo, na sua maioria, alemães. Mas afluíram para lá também espanhóis, austríacos, franceses e italianos, muitas vezes vindos mesmo de outras províncias. De caráter espontâneo, essa imigração era atraída pelos organizadores das colônias, que, com ela, auferiam grandes lucros. (GRANDO, p. 73).

Inserido na Serra dos Tapes, o povoamento de Canguçu¹⁹ teve início em 1739. Segundo Bento (2007), em 1755 os açorianos de Povo Novo da Torotama, pertencente ao município de Rio Grande, iniciaram a exploração das terras de Pelotas, Cerrito, Canguçu e Piratini. De acordo com Salamoni e Waskiewicz (2013), por volta de 1756 teve início a colonização portuguesa, sendo as terras distribuídas a militares a serviço da Coroa, na forma de sesmarias²⁰. Há referência, em meados de 1780, à produção de trigo em Canguçu e a seu enfraquecimento ao longo dos anos, associado à expansão da pecuária extensiva para o abastecimento da indústria saladeiril e à abertura dos portos, contexto em que a produção de trigo sofre um baque devido à concorrência com a farinha de trigo norte-americana.

Entre 1780 e 1800, houve a migração de origem açoriana para Canguçu, com migrantes provenientes de Estreito, Mostardas, São José do Norte e Povo Novo. De acordo com Bento (2007), esse foi o primeiro núcleo de migração para Canguçu desde 1756. De 1783 a 1788, funcionou, no Rincão de Canguçu, hoje Canguçu Velho, a Real Feitoria de Linhocânhamo, com destaque para a produção de linho, milho, feijão, abóbora e mandioca. Nesse período a pecuária teve um grande impulso, atingindo 3.031 bovinos. A Real Feitoria

¹⁹ A palavra Canguçu apareceu oficialmente em 1783, no registro da Real Feitoria, localizada no Rincão do Canguçu, atual Canguçu Velho. Dentre as várias suposições referentes ao nome do município, Bento (2007) opta pela versão que remete à origem indígena, *Caa-guassu*, que significa *cabeça grande* ou *mato grande*, alusão, pelos índios Tapes, à mata densa.

²⁰ Bento (2007) afirma serem os primeiros sesmeiros de Canguçu o tenente Manoel Marques de Souza, o coronel Paulo Xavier Rodrigues Prates, o capitão Simão Soares da Silva e Jerônimo Xavier de Azambuja.

do Rincão de Canguçu foi transferida, em 1788, para São Leopoldo, em função da distância que separava as lavouras e campos de Canguçu dos portos (BENTO, 2007).

Com a instalação das charqueadas em Pelotas, no século XIX, Canguçu passa a ter importante papel no ciclo saladeiril, como local de criação de bovinos e estrada de passagem das tropas de gado. Por estratégia militar, de disputa de terras e, também, por anseio dos moradores por assistência religiosa, foi erguida a capela Nossa Senhora da Conceição de Canguçu. Com o lançamento da pedra fundamental da capela, a fundação de Canguçu ocorreu em 1º de janeiro de 1800.

Segundo Bento (2007), a população de Canguçu, em 1821, era de 5.800 habitantes, majoritariamente rural. Em 15 de dezembro de 1830, por decreto de D. Pedro I, Canguçu foi incorporada à vila de Piratini, da qual se desmembraria em 28 de janeiro de 1857: “a villa de Cangussú compreenderá em seus limites, além dos distritos da freguesia deste nome, os da freguesia de Cerrito (atual vila Freire), todos com a divisa que atualmente tem” (BENTO, 2007, p. 129). Canguçu foi elevada a cidade em 2 de março de 1938. Nesse período, o município contava com cerca de 8.000 estabelecimentos rurais e uma produção estimada, contada em sacos, de: sete mil de batatas; 30 mil de trigo; 80 mil de milho e 15 mil de feijão. O município contava com três torrefações de café, quatro fábricas de manteiga, duas fábricas de conserva, três fábricas de beneficiamento de fumo (produção de 50 mil arrobas), 15 moinhos de grãos, 17 olarias, 30 ferrarias e 210 casas de comércio (BENTO, 2007).

Atualmente, o município de Canguçu conta com uma área de 3.525 km², dividida em cinco distritos que, por sua vez, estão segmentados em 81 localidades. A população do município apresenta um total de 53.259 habitantes, dos quais cerca de 63% residem no meio rural e 37% na área urbana do município (IBGE, 2010)²¹. O município é predominantemente rural, fator que influencia fortemente na economia do município, que ainda é tido como o

²¹ Cabe mencionar que, em função da metodologia utilizada pelo Censo Demográfico, que considera sede de municípios e distritos como urbanos, a população rural de Canguçu, assim como dos demais municípios brasileiros, possivelmente seja maior do que apresentado. Com relação a essa classificação, Veiga (2002), no livro “Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula”, faz uma crítica à classificação de rural e urbano empregada, oriunda do decreto n° 311, concebido em 1938. Para o autor, considerar urbana toda sede de município e de distrito faz com que seja contabilizado como urbano o que apresenta características sociais, econômicas, culturais e políticas intrínsecas ao rural. A partir daí, o autor propõe: “para que a análise da configuração territorial possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização” (VEIGA, 2002, p. 33).

município com maior número de minifúndios do Brasil. De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), Canguçu possui 9.881 estabelecimentos agropecuários.

A produção agrícola do município, segundo dados do IBGE (2010), tem como principais itens a produção de milho (67.200 mil toneladas), soja (31.500 mil toneladas), fumo (13.362 mil toneladas) e batata inglesa (8.800 toneladas). Há também produção de arroz (5.239 toneladas), feijão (4.275 toneladas), tomate (4.000 toneladas), batata-doce (3.200 toneladas) e mandioca (80 toneladas). No que se refere à pecuária, os indicadores do IBGE (2009) destacam as criações de bovinos (159.541 mil cabeças), ovinos (31.711 mil cabeças) e suínos (29.020).

De acordo com Davi (2005), é no cenário marcado pela pecuária extensiva e, por outro lado, pela agricultura familiar, que se instalam os assentamentos no município de Canguçu:

É neste contexto socioeconômico que os assentamentos foram implantados. Num espaço marcado pela contradição entre as grandes propriedades, voltadas para a pecuária extensiva e os grandes projetos de silvicultura, e os inúmeros estabelecimentos de agricultura familiar, em pequenas propriedades, voltados para uma produção diversificada em que se destacam a produção leiteira, grãos como o milho e o feijão, fumo e hortigranjeiros. Todavia, a organização dos assentamentos rurais não se efetivou sem conflitos, e Canguçu foi, e é até hoje, cenário e palco desses conflitos. (DAVI, 2005, p. 84).

Atualmente, estão instalados 16 assentamentos em Canguçu, com pessoas originárias de diferentes regiões do Rio Grande do Sul e estados vizinhos, como Santa Catarina. São os assentamentos: Doze de Julho (22 famílias), Nova Conquista (15 famílias), Nova Esperança (nove famílias), Nova Sociedade II (oito famílias), fundados em 1989. O assentamento Colônia São Pedro (sete famílias) foi fundado em 1991, seguido pelo Salso (19 famílias), em 1997 e o Arroio das Pedras (49 famílias), em 1998. Os assentamentos Boa Fé (quatro famílias), Renascer (90 famílias) e União (64 famílias) foram criados em 1999. Os demais assentamentos – Bom Jesus (11 famílias), Guajuviras/Novo Amanhecer (18 famílias), Herdeiros da Luta (57 famílias), Mãe Terra (12 famílias), Perseverantes na Luta (20 famílias) e Pitangueiras/Sem Fronteiras (23 famílias) – foram criados em 2001²².

²² Dados resultantes de entrevistas com lideranças dos assentamentos rurais em 2004 em pesquisa realizada por Davi (2005).

2.3.2 Assentamento União

No contexto de criação dos assentamentos no município de Canguçu, o assentamento União²³ resultou da desapropriação da fazenda Santa Fé. Como publicado no Diário Oficial, em 24 de julho de 1998, o “decreto de 22 de julho de 1998 declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado ‘Fazenda Santa Fé’, situado no município de Canguçu” (BRASIL, 1998, p. 01). As terras da fazenda eram utilizadas para a criação e comercialização de bovinos e ovinos e produção de grãos (soja). Na fazenda, trabalhavam em torno de 10 empregados fixos e seis meeiros, que produziam arroz, feijão e *miudezas* (abóbora, batata-doce, mandioca, melancia, melão, etc.).

O assentamento União está situado na localidade de Armada, 5º distrito do município de Canguçu, a 63 km ao norte da sede do município (Figura 2). A implantação do assentamento ocorreu em 1999, mas a chegada das famílias iniciara em novembro de 1998. As 64 famílias são originárias dos municípios gaúchos de Alpestre, Augusto Pestana, Canoas, Canguçu, Constantina, Erval Seco, Iraí, Joia, Nonoai, Novo Hamburgo, Rio dos Índios, Ronda Alta, Santo Ângelo, São Lourenço do Sul, São Pedro do Sul, Tenente Portela, Três Palmeiras e Trindade do Sul. Algumas das famílias são, ainda, originárias de Chapecó, Santa Catarina (Figura 3).

²³ De acordo com depoimentos de interlocutores da pesquisa, o nome do assentamento teve origem em um sorteio. A organização do assentamento se deu através de 10 grupos (os bolsões). Desses, o grupo composto pelos empregados da fazenda, que receberam lote e não participaram do acampamento, defendiam manter o nome Santa Fé. Os demais grupos foram contrários, por considerarem o nome da fazenda como símbolo do latifúndio. Foi então proposto que cada grupo escolhesse um nome que simbolizasse o processo de luta e conquista da terra, para a partir desses definir em sorteio o nome a ser dado ao assentamento. Foi sorteado o nome União.

Figura 2: Localização do Assentamento União, no município de Canguçu
 Fonte: Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais, organizado por: Carmen Waskiewicz e Leonel M. R. da Silva, 2013

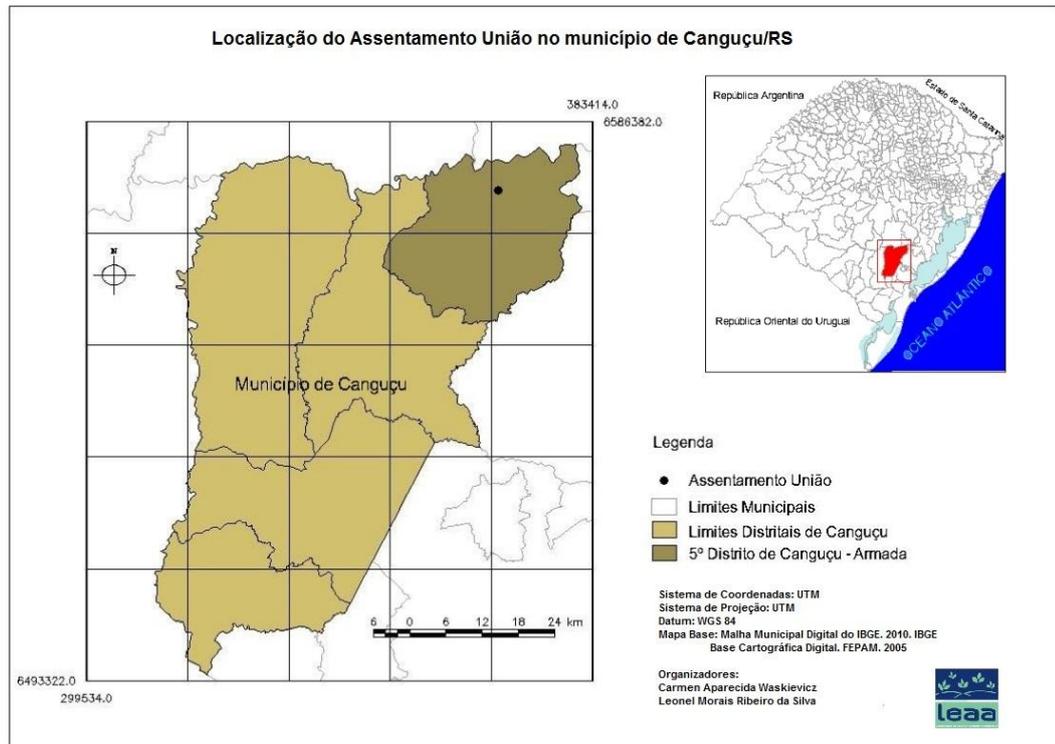
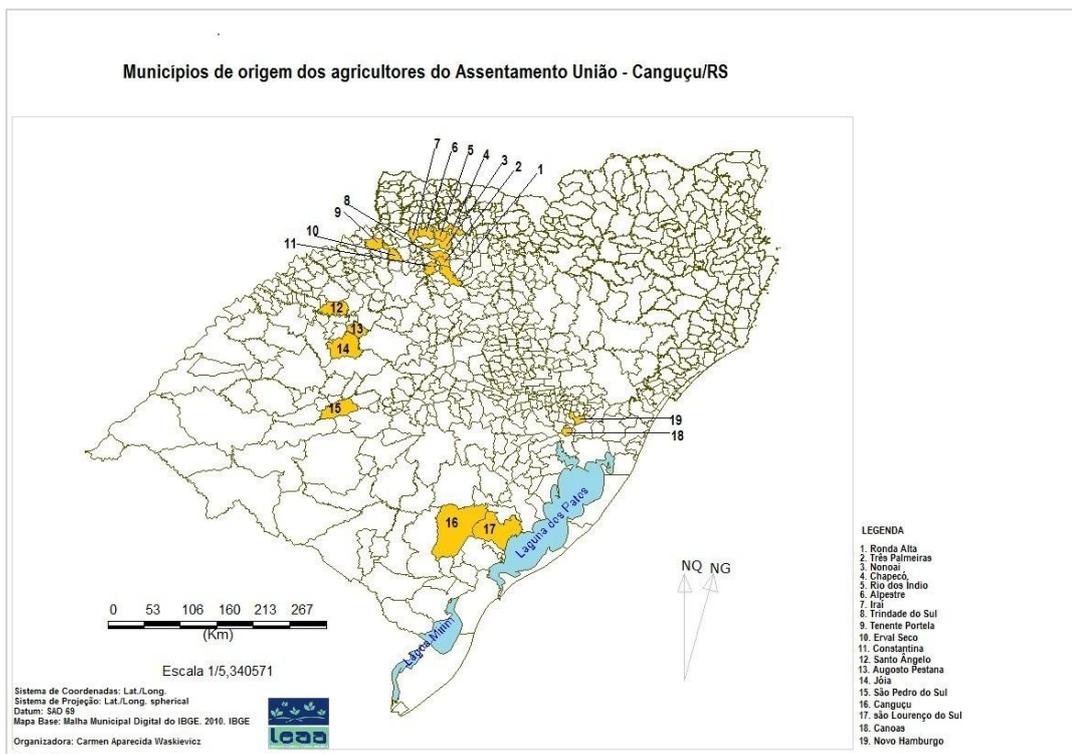


Figura 3: Local de origem das famílias do assentamento União.
 Fonte: Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais, organizado por: Carmen Waskiewicz e Leonel M. R. da Silva, 2013



As famílias são, em sua maioria, oriundas de acampamentos dos municípios de Jóia e Piratini, onde ocuparam, respectivamente, as fazendas Guabiju e Rubira. Os acampados se deslocaram, em caminhada de 40 dias, de Joia a Porto Alegre, onde ficaram acampados por alguns dias no Parque Harmonia. Após ocupação no INCRA, deslocaram-se para o município de Viamão, local em que permaneceram acampados até a vinda para o assentamento. Um pequeno grupo veio de Piratini, onde deveriam ter sido assentados, mas, devido à redução do número de famílias naquele assentamento, seriam transferidos para o assentamento União. Também foram assentadas 11 famílias que trabalhavam na fazenda Santa Fé. Segundo informações da EMATER, a grande maioria das famílias deste assentamento é oriunda do meio rural, onde desenvolviam agricultura e pecuária de subsistência. Na sua maioria, trabalhavam como empregados em propriedades rurais ou como parceiros/meeiros. Uma pequena parcela dos assentados residia em área urbana e desenvolvia atividades no setor calçadista, metalurgia e, no caso de algumas mulheres, como empregadas domésticas.

Atualmente, residem 64 famílias no assentamento União, em lotes individuais (Figura 4). De acordo com dados da EMATER, de 2013, 48 famílias possuem casa de alvenaria, nove famílias casa de madeira, cinco famílias casa mista (alvenaria e madeira) e dois lotes não possuem casa. Entre adultos, jovens e crianças, constam 179 pessoas, sendo que dessas, sete são analfabetas, 19 não alfabetizadas, 126 com ensino fundamental incompleto, 19 ensino fundamental completo, quatro ensino médio incompleto, três ensino médio completo e uma ensino superior completo.

Figura 4: Paisagem do assentamento União. Fonte: Autora, 2013



No que se refere à produção no assentamento União, destacam-se o cultivo de milho e feijão, bem como a produção de leite, para autoconsumo e comercialização. Tem destaque, também, a produção diversificada da horta, pomar e *miudezas* (abóbora, batata-doce, mandioca, melancia).

2.3.3 As famílias que compõem a pesquisa

Ainda no que se refere ao campo da pesquisa cabe apresentar as famílias que compõem a pesquisa.

2.3.3.1 Família Schuler

Nestor Schuler é natural do município de Lajeado e, assim como seus dez irmãos, deixou a terra dos pais por ser insuficiente para tantos filhos. Após trabalhar em outros municípios, seu Nestor veio para Canguçu como cortador de mato (acácia e eucalipto). Sua esposa, Carmen da Silva Schuler, é natural de Canguçu, tendo nascido e crescido no distrito da Armada. Seu pai trabalhava em parceria nas terras da Fazenda Santa Fé, hoje assentamento União. Foi nessa fazenda que o casal se conheceu, ele cortando mato e ela ajudando seu pai na

lavou. Casaram-se e, depois de alguns anos residindo na propriedade do pai de Carmen, foram trabalhar na fazenda Santa Fé. Seu Nestor era o capataz da fazenda e dona Carmen cozinhava para os peões e cuidava da casa do patrão. Com a venda da fazenda e a constituição do assentamento, eles receberam um lote. Nos primeiros anos, produziram milho para comercialização, mantiveram a produção para o consumo da família, criação de galinhas, perus, porcos, gado²⁴ e ovelhas. Durante anos, o casal também produziu fumo²⁵ e, há cerca de sete anos, comercializam leite. Com a aposentadoria de seu Nestor, optaram por manter a produção de leite, vendida para a Cooperativa Terra Nova²⁶, abandonando a produção de fumo.

Dona Carmen e seu Nestor têm três filhos: Marcelo, casado e com um filho, reside no município de Pelotas; Aline, assentada no mesmo assentamento dos pais, casada e com uma filha bebê; e Emanuel, o único que reside com os pais, aluno do primeiro ano na escola Orestes Paiva Coutinho. Assim como seus pais, Aline e o esposo produzem leite e vendem para a Cooperativa Terra Nova. Também produzem fumo, utilizando a estrutura (estufa e galpões) de seu Nestor. Dona Carmen dedica dois dias da semana a ser voluntária na escola do filho, auxiliando nos projetos vinculados ao Programa Mais Educação.

2.3.3.2 *Família Oliveira*

Jair Santos de Oliveira é natural de Liberato Salzano e Eva Loreci de Nonoai. Ainda quando criança, o pai de Jair acampou em Encruzilhada Natalino, pois sua terra foi demarcada como área indígena, tendo conquistado terra no município de Três Palmeiras. Como a terra não era suficiente para todos os filhos, durante o tempo de solteiro Jair trabalhava na cidade e como peão em terras de vizinhos. Anos depois do casamento com Eva, residindo em Três Palmeiras, onde o casal trabalhava como parceiros em um sítio, Jair decidiu acampar, como fizera seu pai. A família, esposa e quatro filhas pequenas, permaneceu no sítio onde residiam e Jair foi para o acampamento, no município de Joia. Quando já estavam acampados em Viamão, Eva e as filhas se juntaram a Jair, no acampamento. Após nove meses de acampamento, a família conquistou a terra, assim como o pai de Eva, que também foi

²⁴ Quando houver referência a “gado”, trata-se de gado bovino.

²⁵ De acordos com dados do escritório municipal da EMATER de Canguçu (2013), das 64 famílias do assentamento União, atualmente cinco produzem fumo.

²⁶ A Cooperativa Terra Nova, criada em 2006 pelas famílias assentadas, tem sede em Canguçu. Suas atividades estão voltadas para a produção de leite, vendida a uma cooperativa de laticínios no município de Pelotas, o beneficiamento e comercialização de farinha de milho, processada por um moinho colonial, além de uma casa de mel.

assentado no mesmo assentamento, em lote vizinho ao deles. Nos primeiros anos, a família teve dificuldades para produzir na lavoura e na horta, devido às diferenças de solo, época de plantio e falta de crédito, mas conseguiam produzir o suficiente para o consumo da família, tanto na lavoura como na horta, além de porcos e galinhas. Há cerca de três anos comercializam leite, que entregam para a Cooperativa Terra Nova, produzem sementes crioulas para a Bionatur²⁷, e Jair trabalha, durante alguns meses do ano, em granjas de arroz.

O casal tem quatro filhas: Elisiane, casada, com uma filha, reside na localidade do Campo do Estado, em Canguçu; Janice, casada e com dois filhos pequenos, está à espera de um lote, transita entre as casas da mãe e da sogra; Lucilene, casada, com três filhas e um menino, reside em Porto Alegre, mas as duas meninas mais velhas e o menino moram com Eva e Jair no assentamento; e Ana Cláudia, solteira, também reside em Porto Alegre.

2.3.3.3 Família Santos

Raul Leiria da Silva e Valaci Nunes dos Santos são naturais do município de Redentora. Antes de acampar, residiam e trabalhavam na terra dos pais de Valaci, que fazia divisa com a *terra dos índios*. Também cultivavam uma área de lavoura em parceria com os índios. Em função da escassez de terra e grande número de filhos, o pai e um irmão de Valaci foram acampar e, logo depois, Raul decidiu também acampar com a família. Entre ocupações e acampamentos, permaneceram por algum tempo em Tupã, Salto do Jacuí e Cruz Alta, depois seguindo para Porto Alegre e, dali, para Canguçu, onde permaneceram por quatro meses, totalizando um ano e quatro meses acampados. Em 1989, a família foi assentada na localidade de Estância da Figueira, no assentamento Nova Sociedade, residindo no local por quase 15 anos. O casal conta que a terra era fraca e pouca agricultável, por isso trocaram de lote e foram para o assentamento União, onde vivem há 10 anos. A família produz, para o consumo, alimentos de lavoura e horta, criam porcos, galinhas e gado. Produzem leite para comercialização, que entregam para a Cooperativa Terra Nova e produzem, ainda, feijão para o consumo e comercialização. Durante alguns meses do ano, Raul e três filhos trabalham em granjas de arroz.

²⁷ A Bionatur é uma rede de sementes agroecológicas que teve início em 1997, conformada por assentados da reforma agrária e agricultores familiares dos municípios de Hulha Negra e Candiota, no Rio Grande do Sul. Atualmente, a Bionatur se constitui como importante rede de produção e comercialização, com atuação em âmbito nacional.

São oito os filhos do casal: Rodrigo, casado e com um filho bebê, reside em um lote em um assentamento vizinho; Adriano, casado e com uma filha, morador da cidade de Canguçu; Sheila, casada e com um filho pequeno, reside no lote do sogro, no mesmo assentamento; César e Charles são solteiros e moram e trabalham com os pais; Denilson, Shirlei e Arilson residem com os pais e estudam.

2.3.3.4 Família Rubner

Valdemir Rubner é natural de Ronda Alta, enquanto que Alessandra Bettu Rubner é de Chapecó – Santa Catarina. Antes de vir para o assentamento, Alessandra morava com seus pais, em Rio dos Índios, enquanto Valdemir residia em Três Palmeiras, também com os pais. Valdemir e o irmão acamparam no município de Joia durante um período de oito meses. Na família de Alessandra, o pai foi quem acampou. Mãe e sogra de Valdemir, ambas viúvas, residem em lotes vizinhos, assim como o irmão que acampou no mesmo período de Valdemir. Para o consumo, o casal produz alimentos na horta e na lavoura e cria galinhas e porcos. Para comercialização, produzem leite, que entregam para uma cooperativa do município de São Lourenço do Sul, e também comercializam milho. Valdemir e Alessandra se casaram quando já residiam no assentamento e têm duas filhas: Emily que está na primeira série e Alana, ainda bebê.

2.3.3.5 Família Silva

Amarildo Brandt da Silva é da terceira geração de assentados da reforma agrária de sua família. Seu avô acampou em Encruzilhada Natalino e conquistou terra em seu município de origem, Três Palmeiras. Seu pai, Rosino, acampou no município de Joia. À época, Amarildo, então com 10 anos, permaneceu morando com a mãe e irmãos na propriedade do avô paterno. O pai ficou acampado por oito meses e, no final de 1998, foi assentado no assentamento União. A família chegou ao assentamento no dia 8 de janeiro de 1999. Amarildo trabalhava com o pai e em propriedades dentro e fora do assentamento, até que, no ano de 2005, decidiu acampar e conquistar sua própria terra. Acampou, com mais três rapazes do assentamento, no município de Piratini, durante quase oito meses.

Amarildo recebeu o lote vizinho ao de seu pai, que hoje é viúvo e mora com a filha mais nova. Também mora no mesmo assentamento a irmã de Amarildo, que é casada e reside no lote do sogro. Amarildo casou com Cristiane, natural do Distrito de Armada, em Canguçu.

Aos 11 anos, Cristiane fora morar com o pai, no município de Viamão, para estudar. O casal se conheceria no assentamento União, pois a mãe de Cristiane reside no lote vizinho ao lote Amarildo. Ela é formada em Pedagogia e, após casar-se, veio morar no assentamento, passando a trabalhar como professora na Escola Estadual de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho. Amarildo planta, em conjunto com o pai, produtos para o consumo, mantém a horta e cria galinhas, porcos e gado. Para comercialização, produz milho e feijão e vende leite, para a Cooperativa Terra Nova. Amarildo e Cristiane têm dois filhos: Milena, do primeiro casamento de Cristiane, mora com o casal e estuda. E João Pedro, que ainda não está em idade escolar.

2.3.4 Escola Estadual de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho

No contexto da pesquisa, está a Escola Estadual de Ensino Fundamental Orestes Paiva Coutinho, fundada em 8 de maio de 1959, no Distrito de Armada. À época da fundação, sua sede era situada em uma fazenda e a escola abrangia até a 4ª série. No ano de 1982, a sede foi transferida para um terreno doado por um morador, local onde permanece até hoje, atendendo, majoritariamente, a crianças dos assentamentos do entorno. Com o apoio da comunidade, a escola se manteve em funcionamento, apesar do fechamento de inúmeras escolas rurais no estado. Tem capacidade para até 45 alunos e atende crianças com idade entre seis e dez anos, da 1ª à 4ª série. O corpo docente é constituído pela diretora Nara Regina Correa e as professoras Cristiane Correa Martins e Sirlei Rodrigues Becker. Conta, também com a funcionária Leda Jeske e as voluntárias Carmen Shuller, Daiane Claro, Daniele da Fonseca e Miriam Claro. Dentre as diretrizes da escola, destaca-se o ensino voltado para a realidade na qual a escola está inserida, ou seja, os assentamentos de reforma agrária e o trabalho na agricultura. Nesse âmbito, desenvolvem projetos como *A importância da agricultura familiar*, *Antigos saberes em novos sabores na nossa cultura alimentar*, *Horta escolar*, *Resgatando as sementes crioulas e Bagagem literária*.

No próximo capítulo será dada continuidade a apresentação do lugar da pesquisa, ao cotidiano das famílias estudadas revelado a partir dos espaços de trabalho que conformam o lote, destacando-se as relações de gênero.

3 TRABALHO DE HOMEM, TRABALHO DE MULHER: OLHARES SOBRE A FAMÍLIA E ESPAÇOS DE TRABALHO

Figura 5: Imagens da pesquisa de campo



Fonte: autora, 2013

Nota: Espaços de trabalho: homem e mulher na lavoura, mulher na cozinha, homem na lavoura, homem na cozinha, mulher na lavoura, menino tirando leite.

A reprodução social da unidade camponesa assenta-se em uma ordem moral, conformada a partir da interdependência entre família, terra e trabalho (WOORTMANN, K., 1990a). O grupo doméstico é compreendido como um sistema de relações internas e externas, em que as primeiras orientam-se por princípios de hierarquia e de gênero e definem o processo de trabalho na unidade de produção e consumo, assim como as atividades de cada membro da família (MAIA, 2004). No contexto em análise, em que o lote é tomado como unidade, este capítulo centra-se nos papéis atribuídos a homens e mulheres no processo de trabalho familiar. A discussão toma por ponto de partida os desenhos resultantes das atividades desenvolvidas junto aos alunos da escola Orestes Paiva Coutinho e os dados construídos a partir de observação participante realizada junto às famílias.

3.1 Do desenho ao lote: olhares sobre os espaços de trabalho

Os desenhos indicam que, para essas crianças, o lote é constituído por atividades e espaços caracterizados como femininos e masculinos. Assim, partimos da perspectiva de Heredia (1979) que, ao analisar a organização interna das unidades de produção camponesa no Nordeste, mostrou que a delimitação do espaço de trabalho conforma-se na oposição casa-roçado – sendo o roçado o espaço do homem e a casa o espaço da mulher. É o roçado que define efetivamente o que é e o que não é trabalho, já que “os produtos fornecidos pelo *roçado* são os que asseguram o abastecimento dos meios necessários para o consumo familiar, consumo que se materializa na *casa*” (HEREDIA, 1979, p.77-78, grifos da autora). No mesmo sentido, E.Woortmann e K.Woortmann (1997) afirmariam, em estudo realizado entre camponeses sergipanos, que o processo de trabalho no mundo camponês possui dimensões simbólicas que constituem os espaços agrícolas e, também, espaços sociais e de gênero, que reproduzem os espaços sociais do homem e da mulher. Para esses autores, enquanto o trabalho da mulher está voltado para dentro, para a casa – esfera do consumo –, o trabalho do homem está voltado para fora, para a lavoura – esfera da produção.

Ao representar o lote em seus desenhos, alguns alunos apresentaram a divisão do espaço de trabalho por gênero, mostrando mãe e filha ao lado da casa e pai e filho junto à lavoura; a mãe ordenhando a vaca (manualmente) ou alimentando animais domésticos; o pai dirigindo o trator. As lavouras, na maioria das vezes, foram retratadas em tamanho maior do que a horta e mostradas como ponto de origem dos alimentos produzidos para comercialização. O cercado das vacas leiteiras aparece em destaque nos trabalhos de alguns alunos, lembrando que o leite é um produto comercializado por um número significativo de

famílias. É o caso de um desenho realizado por um aluno da 3ª série (Figura 6), no qual ele representa o lote e os espaços de trabalho da família, com mãe e filha próximas à casa, pai e filho próximos à lavoura e outros dois meninos afastados da casa, um mais distante e outro entre o cercado da vaca e o açude. A fumaça na chaminé indica o trabalho da mãe e talvez da filha, como ajudante, pois manter o fogo no fogão a lenha, para o preparo das refeições, demanda a presença em casa ou nas proximidades, para, de vez em quando, colocar lenha no fogão. Pai e filhos representados junto à lavoura, próximo ao cercado da vaca ou andando pelo campo delimitam esses espaços de trabalho como de responsabilidade dos homens da família, os filhos aí inseridos enquanto ajudantes do pai.

Figura 6: Desenho do lote e espaços de trabalho da família. Fonte: Aluno 3ª série, 2012



Em outro desenho (Figura 7), uma aluna da 4ª série representa o lote com a casa, o jardim, árvores frutíferas, açude, horta e lavoura. A menina retrata somente uma pessoa da família: o pai, na lavoura, capinando a plantação. Isso sugere que, para a aluna, o trabalho do pai tem significativa importância, pois é da lavoura que provém o sustento da família, seja através da produção para o autoconsumo, seja pela comercialização do que ali é produzido. E mesmo que os outros membros da família *ajudem* na lavoura, talvez a estudante não os tenha representado por concebê-la como espaço de trabalho do pai.

Figura 7: Desenho do lote, o pai trabalhando na lavoura. Fonte: Aluna 4ª série, 2012



Podemos, então, notar que, no olhar da criança, o lote é constituído por espaços de trabalho: trabalho de homem e trabalho de mulher. Mas como são organizados estes espaços?

3.2 Os espaços de trabalho da família no lote

No cotidiano das famílias rurais observadas, a delimitação dos espaços de trabalho masculinos e femininos está presente e é a partir dela que podemos vislumbrar mudanças e permanências. Vejamos.

No que se refere à produção de leite, em deslocamentos pela estrada principal do assentamento – transitando entre as casas das famílias –, pode-se observar, cedo da manhã e à tardinha, mulheres sentadas em banquinhos, tirando leite, manualmente. Geralmente, a vaca é amarrada próximo a uma árvore frutífera e ordenhada ali. Notamos que, nas famílias em que a ordenha das vacas é realizada manualmente, a tarefa está a cargo da mulher. Já nas famílias que possuem ordenhadeira, passou a ser encargo do homem.

Na família de Carmen e Nestor, que possui ordenhadeira, Carmen participa da atividade na condição de *ajudante*. Sendo ela quem se levanta por volta das 6 horas da manhã para fazer fogo no fogão a lenha, aquecer água para lavar a ordenhadeira e o tarro em que o

leite será colocado para resfriar. Pela tarde, em torno das 16 horas, ela repete a mesma rotina, acendendo o fogo, aquecendo água para a lavagem da ordenhadeira e de outro tarro, em que será depositado o leite a ser armazenado no resfriador. Todas essas tarefas são realizadas no espaço de dentro, na casa. Já no espaço da leitaria, Nestor busca as vacas na pastagem, Carmen lava a ordenhadeira, ele tira o leite, enquanto ela coloca ração nos cochos e maneja as vacas (entrada e saída da cocheira). O leite é colocado nos tarros, que, na sequência, serão depositados no resfriador. As vacas são soltas no campo e a ordenhadeira novamente é lavada.

Ao relatar estudo realizado junto a agricultores familiares do Paraná, em que foi observado o cotidiano de vida e trabalho de famílias produtoras de leite, Menasche (2004) comenta que a introdução de tecnologia na produção leiteira e a intensificação da produção destinada ao mercado restringiram a atividade ao controle masculino. Assim, “a introdução de tecnologia na produção leiteira estaria alterando não a hierarquia entre homens e mulheres, mas o lugar da atividade leiteira na hierarquia da atividade doméstica: a produção de leite, agora tecnificada, atingiria o estatuto de trabalho – atributo masculino” (MENASCHE, 2004, p.33). O mesmo processo foi observado entre as famílias estudadas²⁸ do Assentamento União: quando o leite é tirado manualmente, ainda que seu destino seja a comercialização, a atividade está a cargo da mulher (Figura 8), enquanto que quando a família adquire ordenhadeira, a atividade passa a ser desenvolvida pelo homem.

²⁸ Atualmente as cinco famílias comercializam leite, sendo que três delas possuem ordenhadeira.

Figura 8: Desenho do lote, mãe tirando leite. Fonte: Aluna 2ª série, 2012



Ainda refletindo sobre mudanças de posição das atividades masculinas e femininas no lote, vejamos o caso da família de Amarildo e Cristiane, ela é professora – e, desse modo, trabalha fora –, enquanto que é ele quem realiza a maior parte das tarefas domésticas: cuida do filho pequeno, varre a casa, lava roupa, corta lenha, prepara as refeições. Essas tarefas são realizadas por Amarildo pela manhã, pois à tarde, quando a filha Milena retorna da escola, ela assume as tarefas da casa, enquanto o pai vai para a lavoura e cuida do gado. Quando chega à casa, à tardinha, é Amarildo que faz fogo no fogão, prepara o chimarrão e a janta, enquanto Cristiane organiza as aulas para o dia seguinte e cuida do filho pequeno, João. Embora o marido realize quase todas as atividades domésticas, quando há questões referentes à casa por resolver ele recorre à esposa. A casa é tida como espaço da mulher, então mesmo que Cristiane fique fora por um longo período do dia, cabe a ela resolver os problemas pertinentes a esse espaço.

Amarildo realiza tarefas da casa e da lavoura, mas em sua fala ele faz questão de explicitar que trabalha na lavoura e com o gado, evidenciando necessitar esclarecer que substitui a esposa nas tarefas domésticas, mas também trabalha, e muito, na lavoura. A valoração atribuída pelo marido ao espaço de trabalho na lavoura e com o gado é

compreensível, afinal esses são os espaços que seu pai²⁹ e vizinhos ocupam. Mesmo afirmando não importar-se com as brincadeiras decorrentes do fato de ser *dono de casa*, associar sua identidade ao trabalho na lavoura envolve a honra de pai, provedor da família. No que diz respeito à esposa, não parece ser um incômodo – e talvez isso se deva ao fato de ter sido, por muitos anos, moradora da cidade – o fato de não realizar os afazeres cotidianos da casa: ela afirma fazer o que pode no final de semana, porque no decorrer da semana chega sempre muito cansada da escola e com tarefas de lá por fazer.

Na família de Jair e Eva, por alguns meses do ano ele se desloca para trabalhar fora, em granjas de arroz, em municípios vizinhos, enquanto que ela assume a lavoura. Eva cuida do lote e de três netos que moram com ela, realizando o trabalho da casa e do entorno, bem como o das lavouras e a venda de leite. Aqui podemos acionar a categoria “precisão”, como referida por Maia (2004), para descrever o contexto em que a mulher, por necessidade – por dificuldades de várias ordens o pai de família optou por trabalhar fora e a mulher assumiu o lote –, passa a realizar o conjunto das tarefas referentes à produção e ao consumo. Eva conta que, geralmente, é Jair quem prepara a terra e planta o milho, feijão, amendoim, entre outros, enquanto ela cuida para que não haja infestação de formigas, capina e, se preciso, colhe. Ainda, as lavouras de pastagem para as vacas de leite, são semeadas por ela, sendo a terra preparada pelo marido ou, então, por alguém pago para a realização da tarefa, com trator. A ordenha, independentemente de o marido estar ou não em casa, é sua responsabilidade: o leite é tirado à mão, pela manhã e à tardinha.

Este é também o caso da família de Raul e Valaci em que ele, junto com dois filhos César e Charles, costuma migrar para granjas de arroz. Em casa, ficam Valaci e os três filhos Denilson, Shirlei e Arilson (que ainda estudam) e a nora Carla. Valaci assume a lavoura e a casa, com a ajuda dos filhos. Em estudo sobre migração, família e campesinato, K. Woortmann (1990b) afirma que, em casos como esse, quando o dinheiro adquirido fora é enviado à família, de modo a assegurar sua subsistência, não é subvertida a hierarquia familiar. Migrar é, assim, “recurso para manter a mulher no domínio da casa, espaço por excelência da **mãe de família**. Não se trata meramente de manter a subordinação da mulher, mas de preservar sua dignidade e o *status* da família em geral”. (WOORTMANN, K., 1990b, p.43 – grifos do autor).

²⁹ Atualmente também seu pai Rosino, agora viúvo, realiza as tarefas domésticas. A condição de viuvez confere “naturalidade” à realização de tarefas domésticas por homens, talvez do mesmo modo que não é considerado estranho a esses agricultores uma lavoura ser conduzida por braços femininos, desde que pertencentes a uma viúva.

Ao estudar a migração de homens e o cotidiano das esposas que permanecem nas propriedades, Silva e Menezes (2010) afirmam que a migração implica redefinições dos espaços de dentro (casa) e de fora (roçado), pois a migração dos homens transforma a posição das mulheres na família, bem como redimensiona os espaços. Para esses autores, com a migração dos homens, o espaço de dentro se amplia, abarcando os espaços de fora. No entanto, a mulher continua subordinada ao marido e, mesmo estando longe, é ele quem continua tomando as decisões.

Em outro estudo, ao analisar experiências de diversificação produtiva lideradas por mulheres, desenvolvidas em núcleos de assentamentos, Ferrante *et al.* (2013, p.196) ponderam que “o fato de as mulheres terem papéis centrais nestes embriões de experiências produtivas diferenciadas não implica, necessariamente, mudanças efetivas no interior das relações familiares, dos códigos tradicionais que ainda interferem, em muito, na lógica das relações familiares”. Desse modo, tal qual nos casos comentados, podemos sugerir que, no caso em estudo, ainda que sejam perceptíveis mudanças nos espaços de trabalho de homens e mulheres, em boa medida se mantêm os códigos e a hierarquia de gênero.

No mesmo sentido, E. Woortmann (2007), ao analisar as relações entre espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do nordeste, afirma que a classificação do espaço natural é também uma classificação de espaços sociais e de domínios pertencentes a cada gênero. Nesse estudo, o mar é tido como masculino e a terra como feminina. Contudo ao observar o cotidiano das famílias, a autora percebeu que essa classificação é relativizada em relação a outras classificações de menor escala. O mar se subdivide em categorias, em que no “mar de dentro” homens e mulheres trabalham. Do mesmo modo, a terra se subdivide em espaço da agricultura e da praia, sendo que na praia trabalham homens e mulheres. Então, como mostra a autora, o espaço não permanece sempre o mesmo, mas no plano do discurso público a oposição entre terra e mar se mantém (WOORTMANN, E., 2007). Em outro estudo, ao analisar transformações referentes a relações de gênero em seringais da Amazônia, E. Woortmann (1998) evidencia que, enquanto que no plano do discurso público, a extração da borracha é construída como atividade masculina, de fato tanto homens como mulheres cortam seringa. A autora ainda aponta que “a crescente participação produtiva da mulher como que subvenciona a produção do homem, mantendo seu prestígio e autoridade socialmente reconhecida”(WOORTMANN, E., 1998, p.197). Assim, também nesse caso pode-se notar a circulação tanto de homens como de mulheres nos espaços de trabalho, enquanto que no plano do discurso público se mantém a classificação tradicionalmente hierarquizada desses espaços.

Até aqui observamos os espaços de trabalho do pai e da mãe de família. Mas e as crianças, como circulam por esses espaços?

3.3 O trabalho das crianças: espaços de aprendizagem

Em estudo sobre trabalho infantil em famílias camponesas, Nascimento e Menezes (2010) explicam que “a criança é participante ativa da aprendizagem no e para o trabalho, sendo assim, ela é também produtora das relações sociais que ocorrem em certo espaço social, no caso, o sítio - espaço de vida e moradia” (NASCIMENTO; MENEZES, 2010, p.1). Assim, para além dos procedimentos técnicos o trabalho é entendido como aprendizagem, em que pai e mãe são transmissores de saberes. E a aprendizagem se dá nos espaços de trabalho, a criança participando das atividades cotidianas da família. Trabalhar também envolve uma ordem moral, constitutiva da unidade doméstica. Assim, “dentro do grupo familiar camponês as crianças são incorporadas ao trabalho não apenas por fatores econômicos, mas também por valores, normas e símbolos construídos socialmente pelos camponeses” (NASCIMENTO; MENEZES, 2010, p.11-12).

O mesmo processo foi percebido por Menezes, Malagodi e Marques (2008) entre jovens de assentamento de reforma agrária, em que o trabalho se constitui, como valor central na socialização de meninos e meninas. Nas palavras dos autores:

[...] as meninas são socializadas desde muito cedo em diversas atividades agrícolas, como semear e colher feijão e milho. Embora, o trabalho das filhas seja necessário para ajudar os pais na agricultura, elas são poupadas para poderem se dedicar mais ao trabalho doméstico e à escola. Os meninos são integrados desde muito cedo no trabalho agrícola, aprendendo todas as atividades e etapas do ciclo agrícola. Segundo os pais, eles estão apenas “ajudando”, termo que simboliza o aprendizado do saber agrícola e que se diferencia de “trabalhar”, quando já realizam todas as atividades agrícolas. (MENEZES; MALAGODI; MARQUES, 2008, p.135).

No que se refere às famílias estudadas, do assentamento União, a presença das crianças nos espaços de trabalho é uma constante, sendo que as meninas mais no espaço *de dentro*, da casa, enquanto que os meninos mais no espaço *de fora*, da lavoura.

Mas é no interior da família que se pode perceber a reorganização dos espaços em relação ao gênero. Na família de Nestor e Carmen em que apenas o filho Emanuel, oito anos, permanece residindo em casa, cabe a ele auxiliar ao pai e à mãe em suas tarefas. Assim, ele ajuda o pai no cuidado com as vacas e terneiros e a mãe, varrendo a casa, recolhendo roupa no varal e lavando louça. Na *lida* do leite, Emanuel cuida especialmente de sua vaca, alimenta o animal e, por vezes, tira à mão uma caneca de leite, antes de o pai colocar a ordenhadeira.

Carmen conta que incentiva o menino a aprender a tirar leite, à mão e com a máquina. Em todas as famílias estudadas, as crianças possuem algum animal presenteado pelos pais, na maior parte das vezes vaca de leite e terneiros, além dos animais de estimação, como gato e cachorro. São as crianças que atribuem nomes a esses animais, geralmente inspirados em personagens de desenhos animados.

Na família de Raul e Valci pode-se notar uma divisão sexual do trabalho bastante definida: os filhos homens trabalham na lavoura e a filha mulher, assim como a nora, trabalha na casa. Diferentemente do filho menor Arilson, que fica em volta da casa, César, Charles e Denilson lavram a terra (com arado puxado a cavalo), plantam, capinam, colhem, sempre acompanhados por Raul, que, por orientação médica, já não pode trabalhar na lavoura. A cada manhã, o pai dá as orientações do que deve ser realizado durante o dia e, eventualmente, se dirige à lavoura, para observar o trabalho dos filhos. No espaço da casa, Valaci orienta as tarefas da filha Shirlei e da nora Carla. Cabe à Carla auxiliar na preparação das refeições, preparar o pão e, quando a sogra está na lavoura, o almoço é de sua responsabilidade. Shirlei, de dez anos, estuda pela manhã e, à tarde, realiza algumas das tarefas da casa: lava a louça do almoço, varre a casa e o pátio, lava roupa (com a cunhada ou a mãe).

Na família de Jair e Eva os filhos já não moram com os pais, mas sim três netos, Kamile e Kauane de sete anos e Kauã de cinco anos. As crianças estudam à tarde e pela manhã passam a maior parte do tempo brincando. Mas as meninas também auxiliam a avó recolhendo a roupa do varal, arrumando os quartos e a acompanhando na horta – onde, utilizando uma enxada desgastada, *brincam*, como conta a avó. Kauã também acompanha a avó na horta e é ele quem vai com ela para a mangueira, tirar leite: já sabe tirar leite à mão.

Durante a realização da pesquisa a campo, no convívio com as famílias, estava sempre acompanhada pelas crianças, que desejavam estar com *sua professora* e apresentar a ela as coisas de seu mundo, sempre apontando os objetos. Assim foi possível verificar o quanto as crianças observam e sabem das tarefas cotidianas da família. As meninas, por exemplo, reproduzem em suas casinhas de brinquedo as rotinas da mãe: arrumar a casa, cozinhar, lavar roupa, cuidar do filho, receber a vizinha.

As crianças também possuem um conhecimento prático do trabalho na lavoura, de como preparar a terra, do plantio, cuidados no crescimento das plantas, colheita, destino do alimento – consumo e/ou comercialização. No contexto da escola, visando evidenciar os saberes e práticas em agricultura que cada criança detém, foi proposta uma atividade com os

alunos das 3ª e 4ª séries. A atividade consistiu na construção conjunta de uma lavoura. Os alunos deviam planejar desde o local para a lavoura, o tamanho da área, o quê cultivar, as ferramentas a serem utilizadas, as sementes (se guardadas da safra anterior ou compradas), quem iria trabalhar a terra, plantar, capinar, colher, o destino do alimento produzido (consumo, comercialização). A turma foi dividida em três grupos, cada grupo representando uma fase do ciclo da lavoura: preparo da terra e plantio (Figura 9), capina e cuidados com a lavoura (Figura 10) e colheita (Figura 11). A atividade gerou um diálogo bastante interessante, a partir do que cada criança trouxe para a sala de aula. Uma defendia a aplicação de *veneno* na *sujeira*, o que tornaria desnecessário capinar as plantas daninhas, enquanto que outra defendia a capina, como faz seu pai. Parte das crianças priorizou a lavoura para comercialização, outras para o consumo da família. Construimos o esquema da lavoura em que seria plantado milho, feijão e mandioca, a terra preparada pelo arado a boi e, também, trator.

Figura 9: Preparo e plantio da lavoura. Fonte: Alunos 3ª e 4ª séries

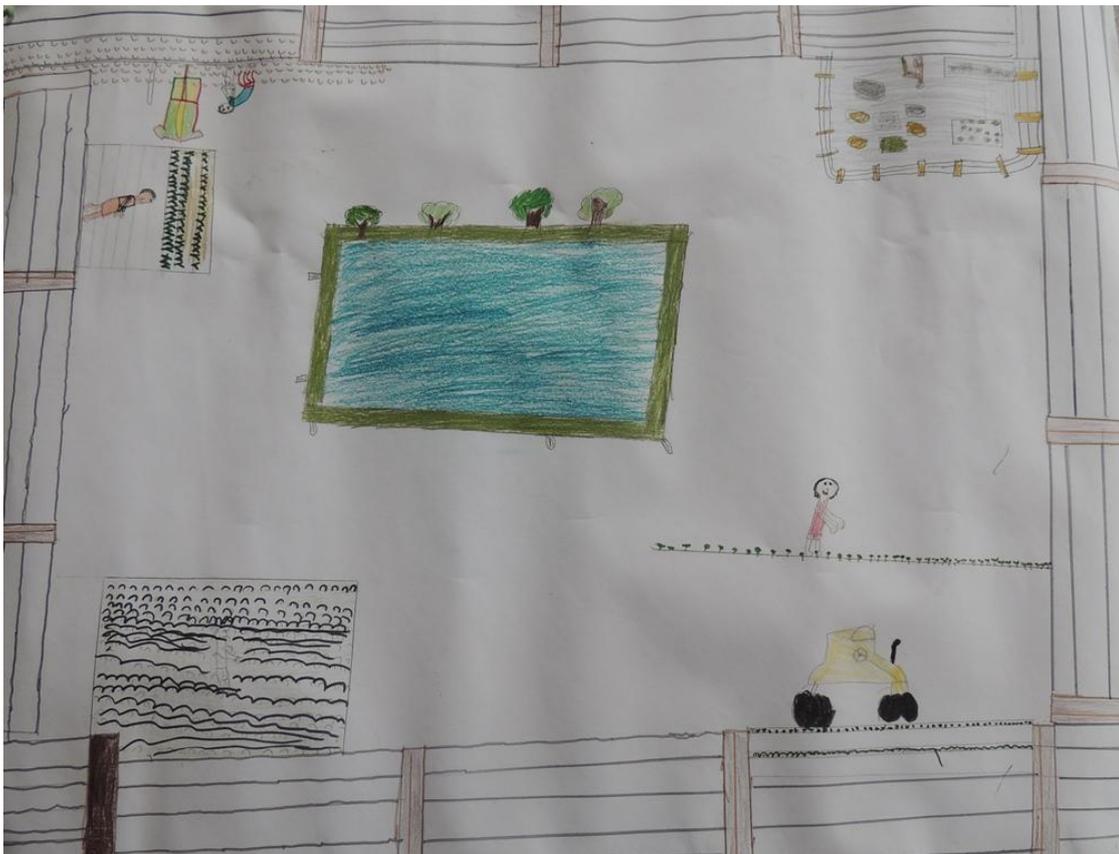


Figura 10: Capina e cuidados com a lavoura. Fonte: Alunos 3ª e 4ª séries

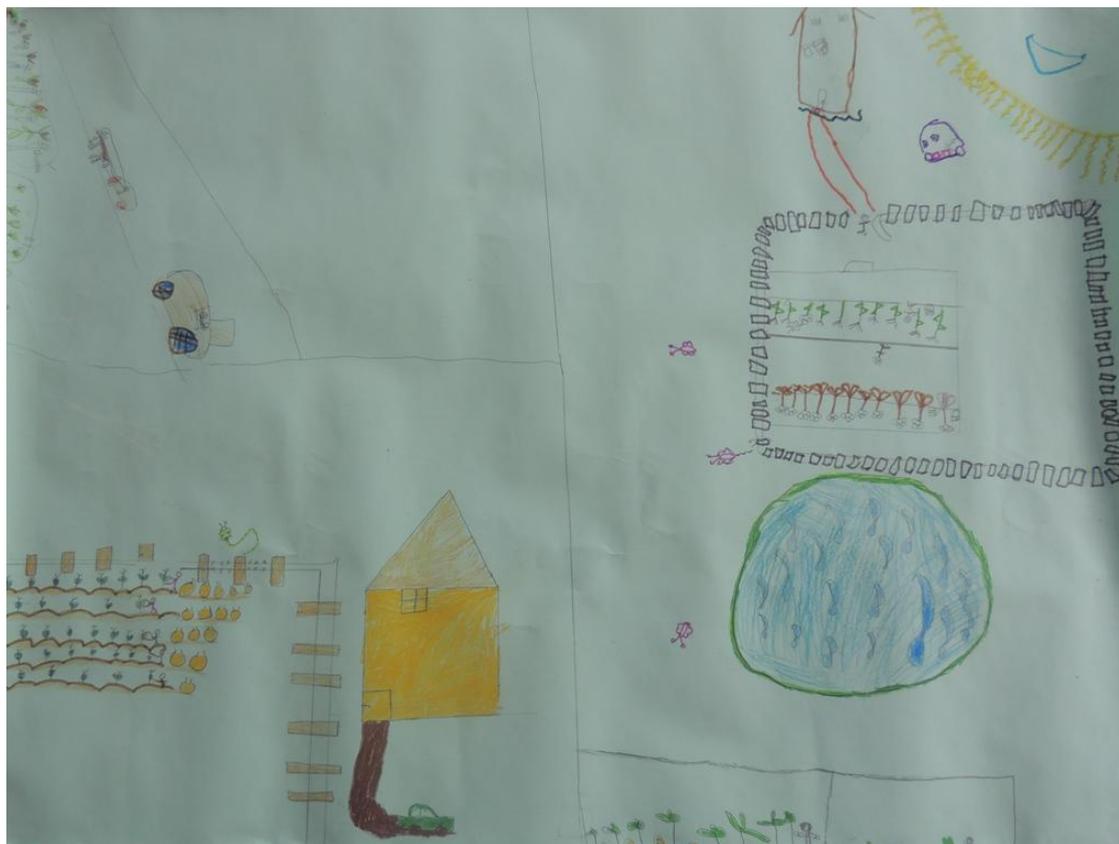


Figura 11: Colheita da lavoura. Fonte: Alunos 3ª e 4ª séries



Em estudo sobre as mudanças vividas no campesinato brasileiro a partir das obras de Carlos Rodrigues Brandão, Martinello (2010, p.86) destaca que, entre famílias camponesas, os filhos são educados pelo trabalho, “os ensinamentos, os hábitos, a moral camponesa e todo o processo de socialização da vida, de criança até adulto, em grande parte ocorre, entre camponeses, via o trabalho”. Assim, determinados comportamentos e entendimentos expressos pelas crianças, resultam do valor que seus pais dão ao trabalho, processo evidenciado na atividade de “construção da lavoura”, em que o conhecimento apresentado pelas crianças é trazido das lavouras de seus pais, em que trabalham na condição de ajudantes e aprendizes (Figura 12).

Figura 12: Pai e filho trabalhando. Fonte: Aluno 4ª série



Ainda no contexto estudado, pode-se observar que as crianças circulam entre o lote, a escola, os vizinhos e a *venda*. São elas que, geralmente, se deslocam para buscar uma ferramenta emprestada ou levar um recado. E são as crianças que compram as *miudezas* que faltam em casa. Como a *venda* fica longe de casa e o ônibus escolar faz uma parada, antes da aula, neste minimercado, as crianças são responsáveis por comprar alimento, fumo ou produto de limpeza encomendado pelos pais, pagando em dinheiro ou anotando na caderneta. Quando ganham moedas dos pais, as crianças também fazem suas próprias compras: bala, chiclete, salgadinho, chocolate. As tarefas de ir até o vizinho ou realizar as compras na *venda* são também momentos de aprendizagem para as crianças. Os empréstimos entre vizinhos

representam sociabilidade, reciprocidade, conformando e reforçando relações. Já o ato da compra possibilita a aproximação da criança com o comércio, com o dinheiro, de algum modo a aproximação com as relações comerciais estabelecidas pela família.

Ao adentrar o cotidiano das famílias, pode-se notar que homens e mulheres circulam pelos espaços de trabalho, independentemente do que é classificado como trabalho de homem e trabalho de mulher. Contudo, no plano do discurso público é mantida a hierarquia na delimitação desses espaços. As crianças estão presentes nesses espaços na condição de aprendizes. No processo de reprodução social camponesa, os pais transmitem a seus filhos os saberes na lógica do discurso público, em que a menina está no espaço de dentro e o menino no de fora. Nos desenhos, tem-se uma representação do lote e seus espaços de trabalho, também elaborada a partir da lógica do discurso público, em que mulheres trabalham no espaço da casa e em seu entorno, enquanto que homens trabalham no espaço da lavoura.

Apresentado o cotidiano das famílias, a partir de seus espaços de trabalho e relações de gênero, o próximo capítulo analisa suas trajetórias, desde seu local de origem até o assentamento, com especial atenção às relações entre pessoas e objetos.

4 “SE ESSE FOGÃO FALASSE”: TRAJETÓRIAS DE PESSOAS E OBJETOS

Figura 13: Imagens da pesquisa de campo



Fonte: autora, 2013

Nota: Objetos e pessoas: A fotografia, a primeira morada no assentamento, a morada hoje. Objetos da cozinha: fogão a gás e a lenha, panelas e chaleira. Objetos de trabalho: machado, pá de corte, e o trator.

Na linha Progresso, no município de Três Palmeiras, em conversa com dois agricultores, pai e filho, Waldemar apontou para o fogão a lenha, contando que o objeto tinha sido comprado quando ainda era solteiro, há 55 anos. Seu filho comentou, então, que o fogão “já queimou alguma lenha”, afirmando que “ele [fogão] tem história para contar, se ele falasse. [...] digo assim, né, se ele falasse por tantos anos e a gente sempre ocupando” (Ildo). Quando Ildo mencionou que o fogão tem história para contar, pelo tempo que o objeto permanece em uso na família, compreendi a importância de analisar os objetos, pois também eles contam a história da família. Assim, neste capítulo analisamos a trajetória das famílias, desde o lugar de origem até o assentamento, pessoa e objeto narrando suas trajetórias, pois, como afirma o agricultor citado, os objetos têm história para contar. Em um primeiro momento, são analisadas as trajetórias das famílias estudadas, através de suas narrativas e objetos, especialmente fotografias. Na sequência, atentamos para outros objetos que contam a trajetória e o cotidiano das famílias no assentamento.

Para pensar os objetos, falar de objetos, Appadurai (2008, p. 17) ensina que “temos que seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias, podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas”. Ainda de acordo com esse autor, é a partir das coisas em movimento que conseguimos visualizar seu contexto humano e social: a vida social das coisas. E como analisar, descrever, a vida social dos objetos? Para Gonçalves (2007), devemos acompanhar os objetos em seus diversos contextos:

Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos [...]. Acompanhar o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras que delimitam esses contextos é em grande parte entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambiguidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva. (GONÇALVES, 2007, p. 15)

Velthem (2007), ao estudar os objetos da casa de farinha, no Acre, afirma que, ao pensarmos os objetos como elementos que se organizam socialmente, devemos considerar questões além da materialidade e da estética. Como indica a autora,

Um passo importante nesse sentido deriva da compreensão dos objetos como elementos capazes de se organizarem socialmente, de articularem e construírem relações que são de diferentes ordens e são operadas pelas coisas, entre si e com as pessoas (VELTHEM, 2007, p. 606).

Como proposto por Velthem (2007) os objetos são capazes de construir relações entre si e com as pessoas, assim, para analisarmos a trajetória das famílias estudadas propomos trazer suas narrativas e fotografias. Assim temos pessoa e objeto narrando os fatos. Para

Candau (2011) a fotografia favorece, em grande medida, a construção e a manutenção da memória não só de fatos históricos, mas também de fatos familiares,

Entre as várias razões que se conhecem para o sucesso da prática da fotografia em todos os meios sociais, está certamente a maneira cômoda com a qual essa ‘arte moderna’, que é uma arte da memória, permite representar materialmente o tempo passado, registrá-lo e dispô-lo em ordem. Mantendo com seu passado tantos elos quanto fotos em seu álbum, o sujeito faz da fotografia o ‘suporte de uma narrativa possível’ dele próprio ou de sua família. (CANDAU, 2011, p. 90)

No decorrer da pesquisa, percebi que, ao rememorar fatos do passado, algumas pessoas recorriam à caixinha ou álbum de fotografias como forma de auxiliar a memória e, assim, pessoa e fotografia narravam o fato. Ao propor contar a trajetória das famílias estudadas, optei, assim como elas, por utilizar a fotografia para narrar momentos que constituem a trajetória do lugar de origem até o assentamento. Tal proposta parte do princípio de que “memória e fotografia se (con)fundem, são uníssonas, uma está contida na outra, estão intrinsecamente ligadas, fundamentalmente enamoradas” (FELIZARDO; SAMAIN, 2007, p. 210)³⁰.

Ao analisar a fotografia como objeto e recurso da memória, Felizardo e Samain (2007, p. 212) compreendem-na como forma precisa de perpetuação da memória, forma de “resgatar” a lembrança, tendo em vista que “no processo de rememoração, da lembrança, da memória propriamente dita, nós nos valem das imagens das coisas, dos ícones, índices, e símbolos”. Assim, podemos compreender a fotografia como intrínseca à memória, pois:

Fotografar significa congelar no tempo a nossa memória, atestar e perpetuar a nossa existência. Este é o mais popular e talvez o mais antigo uso da fotografia: parar no tempo e no espaço algo que, para nós, tenha sido provavelmente importante ou simplesmente agradável, familiar, bonito, atraente. (FELIZARDO; SAMAIN, 2007, p. 217)

A partir de proposição de Le Goff (2003), Os autores apontam a fotografia como ativadora da memória, uma possibilidade de falar sobre o passado e revivê-lo no presente. Nesse contexto, proponho contar a trajetória das famílias trazendo suas fotografias³¹ e memórias, presentes em seus relatos. Tratamos por trajetória das famílias todo o processo de conquista da terra, partindo do deslocamento do local de origem, o período de acampamento, até a chegada ao assentamento.

³⁰ Os autores chamam atenção para o fato de que, apesar de a fotografia ser uma representação do “real”, não significa que ela seja suficiente para assegurar credibilidade, assim como a memória, que pode fazer recortes do real com o intuito de iludir, fazer parecer (FELIZARDO; SAMAIN, 2007).

³¹ Cabe destacar que, para essas famílias, a fotografia não é – e ainda menos o era, em período anterior – de fácil acesso, são poucas as fotografias que possuem do lugar de origem, do acampamento e dos primeiros anos no assentamento. Serão, ainda, trazidos a este trabalho fotografias realizadas no decorrer da pesquisa e desenhos produzidos pelos alunos em atividades realizadas na escola Orestes Paiva Coutinho.

4.1 Do lugar de origem ao acampamento

Quando as famílias se referem ao lugar de origem, utilizam a categoria *lá*, pois estão fazendo referência a lugar e tempo que estão distantes, não somente em quilômetros ou anos, mas também em suas memórias. É *lá*, na região norte do estado, nos municípios de Três Palmeiras e Redentora, que iniciamos o recorte de tempo e lugar para buscar apreender a trajetória realizada pelas quatro famílias pesquisadas.

O elemento que norteia a trajetória dessas famílias é a terra. Pelo fato de possuírem pouca ou nenhuma terra, essas famílias visualizaram nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra a possibilidade de conquistá-la.

Raul, que vivia no município de Redentora, conta que, desde os 12 anos de idade, trabalhou e morou em *terra alheia*, pois eram “bastantes filhos e pouca terra. [...] Meu pai não tinha terra. Meu avô tinha terra e só deu para um dos filhos” (Raul). Parte de seus irmãos foi morar e trabalhar na cidade, outros trabalhavam como empregados em propriedades vizinhas. E ele, após o casamento, foi morar e trabalhar na terra do sogro. No entanto, ali a terra também era pouca, apenas seis hectares para uma família numerosa. Por esse motivo, Raul e o sogro produziam em parceria com os índios, seus vizinhos, pertencentes à reserva indígena. Assim se mantiveram por alguns anos, até que o sogro e um cunhado decidiram acampar e convenceram Raul a fazer o mesmo.

Na família de Amarildo, que residia no município de Três Palmeiras, o mesmo quadro – família numerosa e pouca terra – levou três gerações ao acampamento. Seu avô paterno, Juvenal, foi o primeiro a ingressar no acampamento criado no município de Encruzilhada Natalino³², onde ficou acampado por cinco anos. Na época, as famílias receberam um valor em dinheiro e o avô de Amarildo comprou uma pequena parcela de terra na linha Caneleira, mesma linha onde residiam antes de acampar³³. O pai de Amarildo, seu Rosino, casou-se e ficou trabalhando com seu pai. Com o passar dos anos e já com dois de seus quatro filhos

³² Segundo Navarro (1996), o início da história de luta dos sem-terra no Rio Grande do Sul pode ser delimitado entre os anos de 1978 e 1979, “quando mais de mil famílias de pequenos produtores, que utilizavam irregularmente terras das reservas indígenas de Nonoai, foram expulsos pelos índios e, a partir daí, passaram a pressionar por terra” (NAVARRO, 1996, p. 92). Segundo o autor, o acampamento de Encruzilhada Natalino, organizado em meados de 1981, constituiu-se como o “nascimento” do MST, então denominado MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra – no estado. O acampamento teve início em março de 1981, com 300 famílias, sendo que em maio contava já com 600 famílias.

³³ Esta parte da história da família de Amarildo foi relatada por seu avô Juvenal, que hoje tem 87 anos e reside na cidade de Três Palmeiras. Ele passou a morar na cidade quando demarcaram novas áreas – incluindo sua propriedade – como terra indígena. Ele então recebeu uma indenização em dinheiro e optou por comprar uma casa na cidade.

nascidos, seu Rosino resolveu acampar³⁴. Mas, antes de decidir pelo acampamento, ele deixou a esposa e filhos com seu pai e foi morar e trabalhar na cidade de Três Palmeiras,

Eu, antes de ir acampar, quando faleceu a finada mãe, dali eu fui para a cidade, fiquei seis meses para tentar um ramo, né, ver se ia acampar ou ia... eu fiquei seis meses na cidade não fechava. [...] não dá aquilo é uma casa em cima da outra. Então não me adaptei, eu gosto é do mato. (Rosino)

Nesse período, seu Rosino trabalhou de servente de pedreiro e, como não se adaptou à vida na cidade, juntou-se a uma leva de pessoas que se dirigiam ao acampamento existente no município de Jóia. Ao encontrar, entre os álbuns na casa de Amarildo, uma fotografia dele, ainda criança, no colo de seu avô, compreendi a importância do avô Juvenal nesse processo de deslocamento do pai para o acampamento. O carinho que o neto nutre pelo avô ficou registrado no verso da fotografia: “esse foi o único avô que eu conheci, pai do meu pai. Ele me criou para minha mãe poder trabalhar. O pai estava acampado. Por isso para mim ele sempre será meu segundo pai e avô”. Apesar de a fotografia não corresponder ao período descrito, já que Amarildo tinha em torno de 10 anos quando o pai foi acampar, entende-se que esta fotografia simboliza o período em que o pai não estava em casa e o avô foi como que seu segundo pai.

Na família de Jair, a busca pela terra teve início com seu pai que, assim como seu Juvenal, ingressou no primeiro acampamento realizado no estado, em Encruzilhada Natalino. De acordo com Jair, que esteve acampado com o pai, da mesma forma que sua família, significativa parcela de colonos perdeu a terra devido à demarcação das terras indígenas³⁵ e, a partir daí, se organizaram para reivindicar terra.

De repente, chegaram os índios e resolveram que eles eram os donos. [...] Daí, foi no ano 77 que o Ernesto Geisel assinou o despejo de todas as áreas. E o povo não acreditou nessa história, levaram para a brincadeira e quando viu, os caras chegaram e pá: despejaram o povo. [...] Aí, o povo saiu e fez esse acampamento na

³⁴ Dois de seus 15 irmãos já estavam assentados no município de Piratini e o convenceram a acampar.

³⁵ Com a demarcação de terras indígenas, que transcorre, no município de Três Palmeiras, até os dias atuais, parcela significativa das terras dos colonos passou a ser *terra de índio*. Conforme depoimento de funcionária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, tal processo gerou conflitos, pois parte das famílias tentaram resistir na terra e não aceitaram a indenização, por considerá-la inferior ao valor de mercado das terras. Segundo ela, as famílias que possuíam pequenas parcelas de terra entraram em acordo, receberam a indenização e adquiriram novas parcelas de terra ou se deslocaram para a cidade. Já os colonos com maiores extensões de terra, resistiram, manifestando-se contrários às demarcações de terras indígenas. Segundo Conterato (2004), “no município de Três Palmeiras e arredores, a destruição, diga-se ocupação, das terras indígenas se completa em meados do século XX, quando o governo estadual resolve lotear a Reserva Índigena da Serrinha e vender os lotes aos colonos. Passadas quase cinco décadas, a Constituição Federal de 1988 garante aos povos indígenas expulsos de suas antigas áreas o direito legal de requerê-las. Assim, a década de 1990 é marcada pelo início da retomada da Reserva indígena da Serrinha pelos índios e retirada das famílias dos agricultores que são, em parte, reassentados em outras terras, outros migram para núcleos urbanos ou simplesmente ocupam a beira das estradas e passam a reivindicar novamente áreas de terra como havia ocorrido décadas anteriores” (CONTERATO, 2004, p. 50).

Encruzilhada Natalino, que ali começou a... do ladinho assim, hoje é asfalto, mas quem vem de Passo Fundo, à direita ali, era onde que tinha os barracos. Não era assim que nem fizeram depois de passado um tempo, ali era só barranca da estrada. Deus o livre, era um sofrimento! Porque nós ficávamos apavorados de ver aquele povo daquele jeito. Uns tiraram das terras onde produziam, onde trabalhavam, tinha casa, tinha tudo, perderam tudo aquilo lá. (Jair)

Após quase cinco anos de acampamento, o pai de Jair, que morava em Liberato Salzano, recebeu um valor em dinheiro e adquiriu terra no município de Três Palmeiras. Mas o problema relacionado à terra não estava resolvido:

E aí, quando ele ganhou a terra, ele ganhou em Três Palmeiras, no município de Três Palmeiras. A localidade era Santa Rita, o nome do lugar. Aí, lá nós vivemos, mas era pouca terra, nós éramos bastante gente, e eu era o mais velho e falei para o meu pai: “ô pai, eu vou me virar, e agora vocês estão colocados”, porque a gente trabalhou a vida toda na família, assim. (Jair)

Jair passou a trabalhar em fazendas como peão e, também, como auxiliar de circo, viajando pelo estado. Após o casamento com Eva, eles foram morar e trabalhar em uma propriedade vizinha à de seu pai. O casal decidiu acampar para ter sua própria terra e dar melhores condições de vida a suas três filhas. Eva ficou, então, com as filhas na propriedade em que trabalhavam e Jair foi para o acampamento, no município de Jóia.

A trajetória de Valdemir, do município de Três Palmeiras ao assentamento, inicia com sua ida, junto com o irmão, para o acampamento, no município de Jóia. Na época em que decidiu acampar, era solteiro e trabalhava com seus pais, na linha Progresso. Segundo Valdemir, a terra de seus pais era insuficiente e bastante *dobrada*, difícil de trabalhar. E como a promessa, por parte de quem coordenava e conduzia os colonos para o acampamento, era de conquistar uma maior quantidade de terra, decidiram juntar-se aos outros colonos e seguir para o acampamento. A família de Alessandra, esposa de Valdemir, trabalhava em terras arrendadas, em Nonoai. Também seu pai foi para o acampamento, em Jóia.

Ao analisar a trajetória dessas famílias, percebe-se que a busca pela terra está relacionada ao que E. Woortmann (1995), em estudo referente aos colonos do sul, denominou “excedentes estruturais”. De acordo com a autora, os colonos “eram não-herdeiros, por efeito da unigenitura; eram os que tinham de abdicar, menos em benefício do herdeiro do que em benefício do todo representado pelo patrimônio indiviso da família” (WOORTMANN, E., 1995, p. 109). Em sua perspectiva, a imigração interna dos colonos segue a lógica de uma condição camponesa e de uma ideologia em que a terra é o que viabiliza a reprodução social do grupo. Processo desse tipo é percebido entre as famílias assentadas estudadas, em que os filhos deixaram as terras dos pais – nelas ficando apenas de um a dois irmãos –, em busca de

novas terras, para constituir suas próprias famílias. Como menciona E. Woortmann (1995), a migração é organizada a partir do próprio sistema camponês:

Ela é, ao mesmo tempo, desencadeada por e organizada pelo sistema de parentesco: uma dimensão desse sistema, o “espírito de parentesco”, faz com que a migração se faça através de grupos de parentes (irmãos, primos, etc., assim como afins) que irão replicar o modelo em outro lugar – para, em seguida, recomeçar tudo de novo (WOORTMANN, E., 1995, p. 116).

A partir de uma condição camponesa, que rege a vida dos colonos, aos não herdeiros cabe o mundo (WOORTMANN, E., 1995). Assim, irmãos, primos e vizinhos³⁶ saem das terras de seus pais ou de terceiros em busca da nova terra, sendo que, no caso das famílias pesquisadas, a forma de conquistar a terra se deu via acampamento.

4.2 Do acampamento ao assentamento

O acampamento é o lugar onde diferentes biografias se encontram e iniciam novos processos de interação e identidade sociais, os quais ganham diferentes contornos nos projetos de assentamento. Mais do que um simples espaço de transição (uma passagem) é um lugar identitário, um lugar privilegiado de reconstrução de identidade e de interação sociais. Estas “encruzilhadas sociais” são lugares (diferente dos assentamentos) de sociabilidade e construção de identidades, e não apenas uma passagem na luta pela terra, temporária e marcada pela ausência de significação. (SAUER, 2003, p. 21)

V. Martins (2009) afirma que o acampamento se constitui como tempo de espera, espaço provisório, de passagem para uma nova condição de vida: a terra conquistada. Desse modo, o acampamento representa um espaço ambíguo, em que as famílias não estão nem no lugar de origem, nem no novo lugar (MARTINS, V., 2009).

De forma a transformar este espaço em seu lugar, mesmo que provisório, as famílias organizam o acampamento fazendo referência à casa presente na memória e à idealizada (futura casa). No estudo em que se dedica a analisar percepções das famílias assentadas com relação a sua morada, V. Martins (2009) descreve a organização do acampamento, demarcado pelas esferas do social e do privado. Nesse contexto, a esfera do social é o local de preparação e realização das refeições. Nesse espaço, além da família, são recebidos membros do grupo do

³⁶ A migração de grupos de parentes constituiu o que atualmente é a rede de parentesco no assentamento. Nos lotes vizinhos ao da família de Amarildo e Cristiane, estão o pai de Amarildo e os pais de Cristiane. E, em um lote mais distante, a irmã de Amarildo. O mesmo se dá com a família de Valdemir e Alessandra: no lote em frente está a mãe de Valdemir e, no lote ao lado, a mãe de Alessandra, ambas viúvas. No outro lado, está o lote do irmão de Valdemir. O lote da família de Jair e Eva faz divisa com o lote que foi do pai de Eva, já falecido, hoje pertencente a seu irmão mais novo. Na família de Raul e Valaci, a filha casou-se e reside em um lote no mesmo assentamento. Mesmo a família de Carmen e Nestor, que tem trajetória distinta, pois recebeu um lote porque eram trabalhadores da fazenda, a rede de parentesco se constituiu no assentamento, com a inscrição de sua filha e esposo para receber um lote, conquistado ao lado do lote dos pais da moça.

acampamento. Na esfera do privado, estão os cômodos de dormir, designados aos membros do grupo doméstico.

Esse processo de organização do acampamento, em que se busca aproximá-lo do lugar conhecido, é perceptível no desenho feito por uma aluna da 4ª série. Quando solicitado que desenhasse o acampamento (Figura 14) com base no que lhe fora contado por seus pais – a menina não era ainda nascida, na época –, ela o representa composto por barracas de lona, em que moravam as famílias. No centro do acampamento desenhado, estão uma sala de reuniões e uma escola, alguns animais (como a vaca para tirar leite), a horta com uma variedade de legumes e verduras e um açude com peixes. É interessante observar que, ao descrever o desenho, a aluna relatou a dificuldade em se conseguir água para o consumo do acampamento (cozinhar, lavar roupa, tomar banho), pois o local de onde retiravam água ficava afastado. Desse modo, pode-se inferir que o açude com peixes seja elemento introduzido pela imaginação da menina sobre o lugar.

Figura 14: Representação do acampamento. Fonte: Aluna 4ª série, 2012



Nesse sentido, como destacado por J. Martins (2009), nos espaços do acampamento e do assentamento conforma-se uma extensa família, em que o sujeito da reforma agrária se constitui por uma rede de parentesco e agregações. Ainda, no que se refere a este período da trajetória na busca pela terra, Sauer (2003) afirma que o acampamento (lugar do sonho pela

terra) e o assentamento (lugar de acesso à terra, realização do sonho) são importantes lugares no processo de constituição de identidade e ressignificação.

Para as famílias estudadas, o período no acampamento foi de dificuldades, privações, saudades, mas, também, de companheirismo, de ajuda mútua. Percebe-se que, para alguns, é um período de poucas lembranças e que, talvez por ser um tempo de sofrimento, não faz bem lembrar. Para outros, a trajetória é descrita com datas precisas e o sofrimento é enfatizado no sentido de ressaltar que a terra foi conquistada através de luta, não *ganharam nada de mão beijada*.

A organização do acampamento se dava por núcleos, um total de 50 com aproximadamente 50 famílias cada. Segundo Jair, os coordenadores do acampamento escolhiam os líderes de cada núcleo: da saúde, da alimentação, da educação, da higiene.

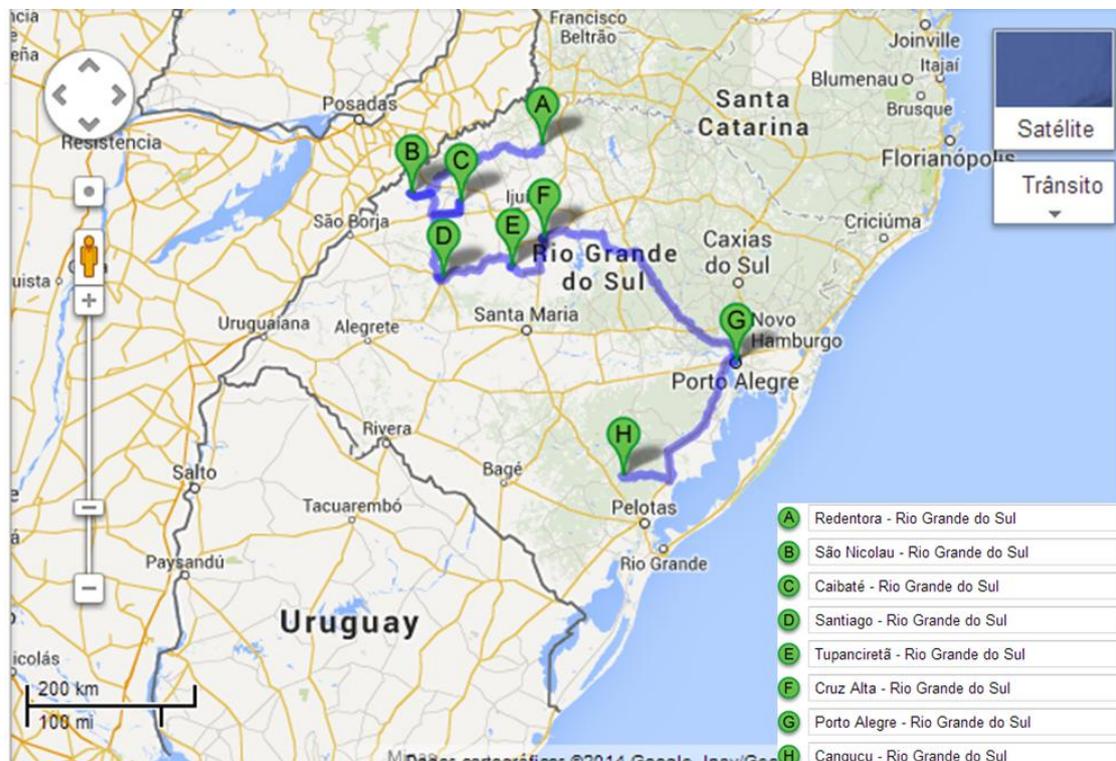
Aí, tirava um líder geral da higiene, um líder geral da alimentação, um líder geral da saúde, um líder geral de tudo mesmo. E aí onde que eles escolheram a gente para ser o líder geral da higiene. Daí a gente trabalhava tipo bicho porque tinha trabalho, a gente assumiu, e era cuidar a caixa de água, tinha três caixas grandes de água, tinha horário para pegar, tinha horário para tirar, qualquer coisa se tinha que chamar segurança para te ajudar lá... A coisa era difícil. [...] Então, era que nem a senhora morasse numa comunidade que está tudo às mil maravilhas, que parece que todo mundo se conhece, quando a hora que um precisa não custa lá dar uma mão. (Jair)

A organização dos barracos variava de acordo com o grupo. Rosino dividiu o barraco com mais três homens que vinham do mesmo município que ele. Jair ficou no barraco com o primo e o sogro e, depois, se juntaram a eles sua esposa e as três filhas. Valdemir ficou no barraco com o irmão e outros homens do mesmo município.

A trajetória da família de Raul tem início com a saída do município de Redentora, juntamente com o sogro e o cunhado (Figura 15). Primeiro acamparam na fazenda Itati, no município de São Nicolau, onde ficaram entre dois e três dias, até que a polícia despejou os acampados. Dali seguiram para Caaró, próximo ao município de Caibaté. Valaci trabalhava na equipe de saúde e dormia no barracão, com os filhos, juntamente com outras mães e filhos. Raul dormia em barracos destinados aos homens. Valaci conta que a comida era preparada por núcleo, mas que preferia cozinhar para a família, porque a comida preparada para o grande grupo não era saborosa. Dali partiram para a fazenda Capão do Cipó, na época distrito do município de Santiago, quando já era inverno e geava bastante. Seguiram para o município de Tupanciretã e lá ficaram por volta de três meses. Desse acampamento seguiram para Salto do Jacuí, onde ocuparam a fazenda Santa Almira, no município de Cruz Alta. Raul lembra que, na ação de despejo dessa fazenda, apanharam muito da polícia. Dias depois, o acampamento seguiu para Porto Alegre, onde permaneceu por mais três meses. O casal

lembra que ali passaram fome, priorizando dar aos dois filhos o pouco alimento de que dispunham. O pai de Valaci, que a essa altura já estava em outro acampamento, enviava um pouco de comida: queijo, verdura, carne. De Porto Alegre, seguiram para o município de Canguçu, onde montaram acampamento próximo à Escola Orestes Paiva Coutinho, lá permanecendo por mais quatro meses. A trajetória dessa família até seu assentamento durou em torno de um ano e oito meses, até que conquistou um lote no assentamento Nova Sociedade, em 1989, na localidade da Estância da Figueira. Após 15 anos nesse assentamento, trocaram de lote com uma família do assentamento União.

Figura 15: Mapa ilustrativo da trajetória da família de Raul e Valaci. Fonte: Google maps, 2014



Ao relatar a chegada ao assentamento, o casal enfatiza a construção da primeira casa, explicando o material utilizado e o modo como a construíram:

Valaci: E daí ele pegou e fez um barraquinho pra nós morar. Aí, ele pegou e fez tudo de taquara.

Raul: Tinha bastante taquara no assentamento.

Valaci: Na volta, sabe? Tudo na volta e daí ele botou... o que em roda?

Raul: Botei taquara, as taquaras assim, fui amarrando, pregando, gastei um monte de pregos, e daí, fiz aquilo, e daí cobri de lona. Mas era bem quentinho! E era como uma casa dessa aqui. E olha, tivemos tempo. (Raul e Valaci)

A construção da primeira morada na terra da família está registrada em uma fotografia (Figura 16), na qual aparecem os dois filhos em frente à casa. Como menciona Valaci, eles *saíram de um barraco para entrar em outro*. Mas este último barraco estava em cima da terra deles.

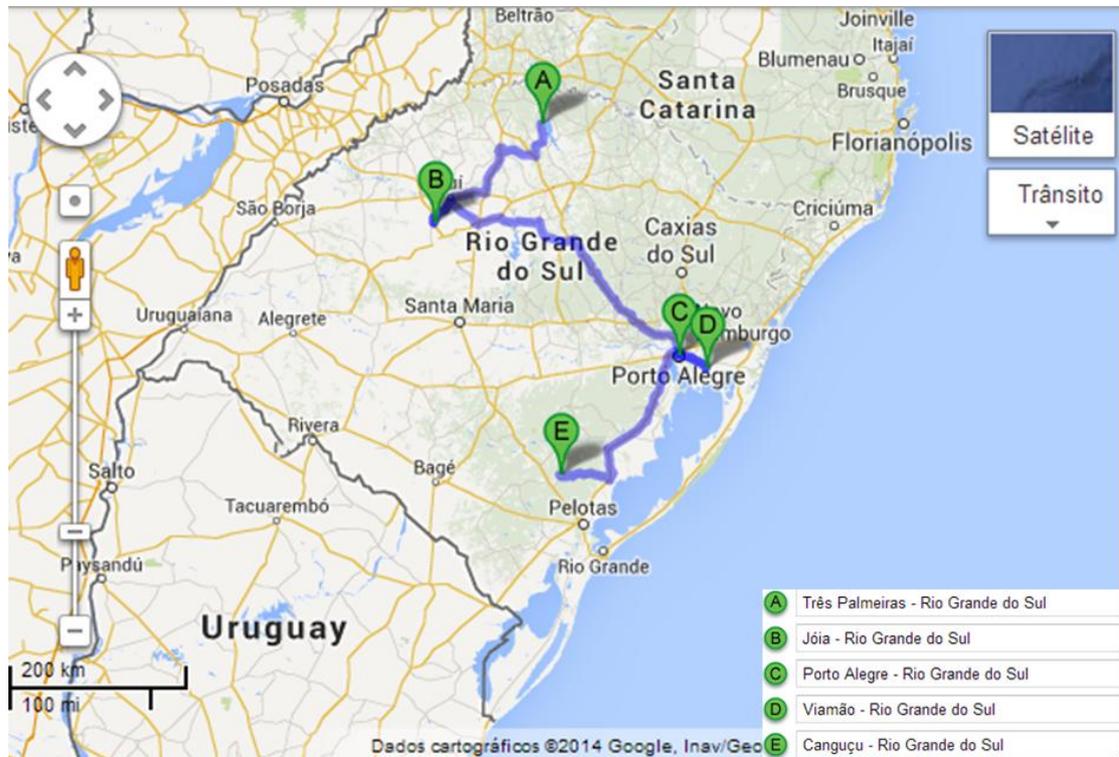
Figura 16: A primeira casa de Raul e Valaci no assentamento. Fonte: Acervo da família



No que se refere ao deslocamento de um município a outro, as trajetórias realizadas por Rosino, pai de Amarildo, por Maria, mãe de Alessandra, e por Valdemir, esposo de Alessandra, são as mesmas (Figura 17)³⁷. Contudo, cada família vivenciou essa trajetória de forma diferente, os momentos marcados na memória e relatados por eles permitem demonstrar os significados da trajetória do local de origem ao assentamento para cada família.

³⁷ Estes são os municípios que as famílias lembraram ter passado no período do acampamento. Contudo, eles afirmam ter esquecido alguns lugares em que permaneceram durante o percurso de Jóia a Porto Alegre.

Figura 17: Mapa ilustrativo trajetória das famílias de Jair, Maria, Rosino e Valdemir. Fonte: Google maps, 2014



Jair deixou a esposa Eva com as filhas no sítio onde trabalhavam de empregados. Seria o segundo acampamento de Jair, o primeiro havia sido com seu pai, em Encruzilhada Natalino. O agricultor lembra com emoção que, antes de ir para o município de Jóia, o pai lhe deu a lona para construir seu barraco:

Eu nem esperava, ele chegou com uma lona, ele disse: “olha, teu barraco não pode ser com uma lona só”, porque se tu faz com uma loninha simples, é a mesma coisa que tu estar embaixo de um troço, de um chuveiro pingando gota a gota a água, é muito triste. (Jair)

Do município de Três Palmeiras, o agricultor seguiu para o município de Jóia: “nós chegamos lá dia 15 ou 16 de fevereiro, em Jóia, e ficamos ali uns dias e daí que surgiu a ocupação da fazenda Guabiju, que a gente estava lá junto” (Jair). Após algum tempo, que ele não soube precisar, seguiram em marcha para Porto Alegre,

E de lá a gente veio. Andando um pouco a pé, meio a cavalo, que nem diz o ditado, né, a gente veio até Porto Alegre, fazendo essa trajetória. Daí, chegando em Porto Alegre, ali no Parque Harmonia, se não me engano foi aí em volta de 6 de maio que a gente chegou ali. [...] Nós ficamos ali acho que uns quatro meses. Entre todos os acampamentos, deu mais ou menos uns nove meses. Mais ou menos uns nove meses de acampamento. Foi muita sorte. (Jair)

O grupo ficou acampado em frente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, após alguns dias, seguiu para o município de Viamão, onde permaneceu até o sorteio. Jair conta que Eva e as filhas foram para o acampamento quando já estavam em Viamão e afirma que ter a família ali deu forças para não *desistir da luta*. A filha, que estava presente no momento do relato do pai, afirmou ser importante terem passado pelo acampamento para dar valor à terra. Ela lembrou à mãe sobre a existência de uma foto da família no acampamento, junto com seu avô materno, que também estava acampado. Entre as poucas fotografias que a família possui do período no acampamento, esta é a que, para eles, simboliza o período no acampamento (Figura 18).

Figura 18: Família de Jair e Eva reunida à porta do barraco no acampamento. Fonte: Acervo da família



Em novembro de 1998, ocorreu o sorteio em que o grupo de Eva e Jair foi contemplado para o município de Canguçu. Eva conta que sempre pedia, em suas orações, para o período do acampamento não ultrapassar um ano, porque era bastante sofrida a vida naquele lugar. A agricultora afirma que seu pedido foi atendido e em menos de um ano estavam na nova terra.

Assim como no caso de Eva, que ficou na terra do patrão cuidando das filhas e trabalhando na lavoura quando o marido foi acampar, Maria, mãe de Alessandra, ficou trabalhando na terra que então arrendavam.

Ele [esposo] plantou um eito e daí resolveu... uns amigos convidaram ele para um acampamento. Me deixou tudo lá: fumo para classificar, colher soja, colher coisa... Me deixou lá. Os compadres me ajudaram, logo colhemos. Daí, ele estava em Viamão, acho, não sei onde que era que eles estavam com o acampamento, quis que nós viéssemos porque era muito longe para ir visitar, para ele, pagava menos passagem. Mandou uma cunhada minha me buscar lá. (Maria).

No período em que o marido estava acampado, Maria e seus dois filhos moraram com a sogra, em Porto Alegre, quando trabalhou como diarista. Não ficaram no acampamento porque o marido não considerava ser um bom ambiente para a família, sendo que durante todo o tempo em que ele permaneceu lá, foram visitá-lo apenas uma vez. Quando o marido ligou, avisando que recebera o lote, Maria conta ter ficado muito surpresa: “Ele me ligou de noite que era para arrumar as malas que ele já tinha ganhado terra. Eu não queria vir embora! Eu não queria de jeito nenhum vir embora! Eu não acreditava.” (Maria).

A agricultora conta que ganhava bem em Porto Alegre e não tinha vontade de ir para o assentamento, um lugar desconhecido, sem estrutura alguma. Ela relata que foram de ônibus para o assentamento, pois não tinham móveis para levar, somente roupas suas e dos filhos. Foram as primeiras famílias a chegar ao assentamento: “Meu Deus, que tristeza! Dava vontade de chorar. [...] bem no fim, no domingo, nós tivemos que fazer o barraco”. Maria lembra que a vontade era de desistir, voltar a trabalhar em Porto Alegre, mas o marido estava otimista, construiu uma casa e um galpão de madeira e comprou animais domésticos,

Daí foi uma... bem dizer, eu não me acostumava, chorava, fazia promessa e coisa para ele desistir. E ele foi me entretendo... Sabe o que ele fez? De lá a poucos dias, foi em novembro que viemos aqui e antes do Natal, bem antes do Natal vieram os projetos, os primeiros, ele já foi me comprando porco, me comprou duas vaquinhas de leite para tirar leite. Fui a primeira que começou a fazer queijo. Daí ele foi me entretendo, ele comprou galinha, comprou tudo, e daí eu fui me esquecendo. (Maria)

O relato de Maria remete à fase de adaptação das famílias no novo lugar, o estranhamento, as dificuldades em construir a primeira casa, preparar a terra, adquirir os animais e construir a relação com a vizinhança, tanto a do assentamento como a externa a ele.

Sobre sua trajetória, seu Rosino, pai de Amarildo, comenta com orgulho que sua família nunca esteve no acampamento,

Carmen: E o senhor não levou a família?

Rosino: Capaz, nunca! A finada Teresa e os meus filhos não conhecem o que é uma lona.

Carmen: Não foram nenhuma vez?

Rosino: Capaz! Era só eu, nem para passear, nunca levei.

Para seu Rosino, esse período foi bastante sofrido e o acampamento não dispunha de condições para que pudesse manter sua família. Segundo ele, o que confortava era saber que a esposa e os filhos estavam com seu pai, alimentando-se e dormindo bem. O período de acampamento foi de “oito meses, isso foi um milagre de Deus. Daí saiu o segundo sorteio e eu cá [foi sorteado]. O grupo, o assentamento aqui, o bolsão todo aqui né, essas 64 famílias. [...] A nossa pedra foi a 13” (Rosino). Rosino veio para Canguçu em novembro de 1998, ficou acampado na sede e, após a demarcação dos lotes, deslocou-se até o município de Três Palmeiras, para buscar a mudança e a família. Na mudança, trouxe inclusive a casa de madeira, em que morara com a família na terra do pai (Figura 19).

Rosino: Daí janeiro já, vamos supor, já começamos, daí eu vim para cá [assentamento] no dia 9 de janeiro com a mudança que eu fui buscar, né, que já vim com a mudança daí, né.

Carmen: O senhor trouxe a família e as coisas?

Rosino: viemos com a mudança, né, com tudo, chegamos aqui...

Carmen: Até a casa?

Rosino: Tudo, tudo, vim no dia 9 de janeiro, cheguei e descarreguei aqui, que seria aquele galpão ali, né.

Figura 19: Primeira casa da família de Rosino no assentamento, hoje galpão. Fonte: Autora, 2013



Já a trajetória de Valdemir foi realizada junto com seu irmão. O agricultor diz lembrar-se de três grandes enfrentamentos com a polícia, entre eles o que mais marcou foi a Marcha pelo Brasil, em Santana do Livramento, quando houve o enfrentamento com a polícia, resultando em inúmeros feridos. Valdemir conta que chegaram ao assentamento em 5 de novembro de 1998 e ficaram acampados onde hoje é a igreja evangélica Assembléia de Deus, até que, dias depois, instalaram-se na sede, até a divisão dos lotes. Valdemir recebeu um lote ao lado do lote de seu irmão, também vizinho ao dos pais de Alessandra, com quem se casaria, anos depois. Em agosto de 1999, seus pais, que tinham realizado o cadastro no INCRA, vieram morar em um lote em frente ao seu.

Ao analisar a trajetória das famílias estudadas, percebe-se que a terra e a família são os propulsores na luta pela terra. A busca pela terra se dá em função da família: para manter o patrimônio familiar, os filhos deixam as terras de seus pais; da mesma forma que, para poder oferecer uma vida melhor para suas esposas e filhos, se deslocam para o acampamento. E de lá, já com suas famílias, se deslocam para a terra desconhecida: o assentamento.

4.3 Objetos e pessoas em contexto

Na primeira parte deste capítulo, analisamos a trajetória das famílias estudadas, partindo do deslocamento do lugar de origem até a chegada à terra conquistada, o assentamento. Para evidenciar esse processo, lançamos mão da memória dessas pessoas, através de seus relatos e de algumas fotografias significativas para elas. Aqui entendemos a fotografia como objeto que aciona lembranças, que narra fatos, que materializa fragmentos da memória. Em conjunto com a fotografia, entendemos que também outros objetos contam a trajetória e o cotidiano dessas famílias no assentamento. Cunha e Ribeiro (2010), em análise sobre o método etnográfico, destacam o papel e o significado dos objetos no contexto da pesquisa, uma vez que nos possibilitam compreender as relações entre os indivíduos pesquisados.

Há de se considerar também o papel e a significação dos objetos que envolvem o ambiente ao qual se está estudando porque eles muito podem dizer sobre as identidades e ritos sociais sedimentados naquele grupo (CAMPBELL; GREGOR, 2004). Isso implica que estudar as relações sociais não depende da observação da relação e dos mecanismos de interação entre indivíduos por si só apenas, mas de todo o aparato que envolve a relação deles. Tudo aquilo que tiver significado para caracterizar as interações entre as pessoas deve ser compreendido porque formam rituais para a compreensão das relações entre as pessoas. Por exemplo, caracterizar uma mesa de café da tarde pode ser importante para se entender como os indivíduos se reúnem em torno deste evento e deste objeto e como eles se predispõem diante disso para receber ou ser recepcionados numa situação destas. Isso implica que

objetos podem também ter significação para se entender as relações entre os indivíduos e o pesquisador etnográfico deve estar atento para estas considerações. (CUNHA; RIBEIRO, 2010, p. 8).

Para os autores, “os objetos podem estar contextualizados e caracterizados dentro de uma determinada situação que determina a relação entre pessoas” (CUNHA; RIBEIRO, 2010, p. 8). E a ocasião, juntamente com o objeto, pode se constituir como elemento fundamental para compreensão das relações sociais. Nesse contexto, voltamos o olhar para os objetos que acompanham e contam a trajetória das famílias pesquisadas, assim como para os equipamentos e utensílios empregados nos espaços de trabalho, no lote.

4.3.1 Objetos e pessoas em movimento

Para pensar a circularidade de pessoas e objetos, que, como destaca Velthem (2007), operam entre si e com as pessoas, passamos aqui a analisar as trajetórias de pessoas e objetos. Seu Rosino conta ter vindo *equipadinho* para o assentamento, fala dos objetos que trouxe do município de Três Palmeiras, incluindo até mesmo a casa em que morava com sua família. Como a casa era de madeira, o agricultor a desmanchou e trouxe na mudança. Nessa casa, moraram por anos, até receberem subsídios para construção da casa de alvenaria, em que vivem hoje. Hoje, a antiga casa de madeira é o galpão da família (Figura 19). Percebe-se uma circularidade da família e da casa, em cujo visível desgaste estão impressas as marcas do tempo: o que um dia foi abrigo da família é agora lugar de ferramentas de trabalho e dormitório de galinhas.

Quando as famílias relatam suas trajetórias, discriminam os objetos que trouxeram, para evidenciar a situação em que se encontravam. No relato de seu Rosino, ele diz ter vindo *equipadinho*, ou seja, trouxe a casa, móveis da cozinha, da sala e dos quartos, assim como ferramentas de trabalho e animais (galinhas e terneiros). Por outro lado, Raul conta que do lugar de origem não trouxeram nada, somente os filhos. Ao que sua esposa Valaci contesta: “*nós trouxemos coisas de lá sim, a nossa chaleira*” e elenca outros objetos como a cama do casal e o armário de guardar a louça, que diz ter doado para a filha, por já não suportar olhá-lo. Entende-se que Valaci já não queira este objeto, por estar velho, mas também é possível que não o queira pelo fato de o armário ter estado com a família desde seu casamento, remetendo a um tempo de dificuldades³⁸, como o período do acampamento e os primeiros

³⁸ Assim como, para algumas pessoas, determinada comida não é apreciada por remeter a tempos de dificuldade e escassez, tal qual o caso da polenta entre colonos de origem italiana estudados por Menasche (2010), pode-se pensar que objetos que simbolizam períodos de dificuldades também não sejam bem vistos, sendo substituídos tão logo possível.

anos no assentamento. Já a filha valoriza o armário por este ser antigo³⁹ e, também, por ter sido o primeiro armário de sua mãe. Assim, esse objeto passa para a cozinha da filha, carregando a história de seus pais e sendo valorado por ser um objeto antigo. No que diz respeito à afirmação de Raul, de que não trouxeram nada além de seus filhos, ela pode estar relacionada ao fato de que os objetos que eles efetivamente trouxeram pertencem ao espaço da casa, espaço tido como de domínio da mulher. Para Raul, os objetos marcados na memória possivelmente seriam os relacionados ao trabalho na lavoura – como arado e carroça –, tida como espaço do homem.

Aroni (2010, p. 5), em estudo referente a artefatos indígenas na Amazônia, afirma que “os sujeitos se criam ao criar os objetos, a materialidade tangível, que, mesmo assumindo vida própria, não deixa de marcar as relações que os constituíram”. Raul conta que não trouxe o arado para lavrar a terra, mas que ao chegar ao assentamento ele mesmo fabricou um arado do tipo *pula toco*, somente com o auxílio de um *facão*, uma vez que não dispunha de ferramentas. O arado *pula toco* consiste em uma lâmina de ferro plana ou levemente curvada fixa a um pedaço de madeira comprido (*cambão*). O *cambão* é preso na canga dos bois (Figura 20).

³⁹ Champagne (1977), ao estudar uma comunidade rural francesa, aponta um movimento em que, no período em que se realiza a modernização da agricultura, após a Segunda Guerra, camponeses jogaram fora antigos móveis de família, de madeira. Os antigos móveis foram substituídos por móveis de fórmica, símbolo da modernidade. Mas o mesmo autor mostra que, no final da década de 1970, ocorre um movimento inverso, em que os móveis rústicos, símbolo do tradicional, são revalorizados. Esse processo estaria relacionado à valorização do rural pelos habitantes da cidade, que influenciaria os valores dos habitantes da aldeia. No caso aqui em estudo, a valorização do antigo armário da mãe pela filha pode estar relacionada a movimento de tipo semelhante ao analisado pelo autor citado.

Figura 20: O arado pula toco. Fonte: Autora, 2013



O agricultor conta ter aprendido o ofício de marceneiro com seu pai, sendo ele quem constrói as carroças e carretas que utiliza no trabalho. Em uma de minhas visitas à família, ao fotografar a carroça que Raul construía, ele posicionou-se ao lado do objeto, com um largo sorriso no rosto (Figura 21), o que pode ser interpretado como evidência de que, além de sua funcionalidade prática, a carroça simboliza um saber perpassado de pai para filho, que se materializa nos objetos por ele construídos. Dessa maneira, como menciona Aroni (2012), os objetos trazem consigo mais do que aparentam:

[...] tais objetos relacionais, enquanto “coisas” construídas, carregam em si muito mais do que suas imagens aparentes; possuem também uma “substância-agência” invisível, onde se codifica toda a rede de relações, intencionalidades e subjetividades envolvidas no seu processo de produção. (ARONI, 2012, p. 6)

Figura 21: Carroça construída por Raul: a materialidade do saber herdado. Fonte: Autora, 2013



Nessa trajetória, se as pessoas tiveram um período de adaptação ao novo lugar, aprendendo o fazer agricultura *daqui*, percebe-se que determinados objetos não se adaptaram. Eva, ao lembrar a chegada da família ao assentamento, relata o estranhamento ao perceber que até o arado era diferente, pois o arado *de lá* fazia um camalhão para cada lado, enquanto o *daqui* faz o camalhão somente para um lado. Assim como Eva, outras famílias relataram o estranhamento decorrente da substituição do arado *pula toco* (*de lá*) pelo arado *virador* (*daqui*). Raul logo percebeu que com o arado que construiu não seria possível lavrar a terra: “o pessoal disse: mas isso aí é um pau cravando na terra, isso não funciona aqui” (Raul). Ele conta que não teve dificuldades para lavrar com o arado *virador* e que seus filhos já aprenderam a lavrar com esse arado (Figura 22), nunca trabalharam com o *pula toco*. Nesse caso, o arado não fez a trajetória com a família, mas fazia parte do fazer agricultura da família e, ao chegar ao assentamento, o agricultor projetou o arado que foi sua ferramenta de trabalho desde pequeno. Raul mantém o arado *pula toco* guardado no galpão, pois de vez em quando o utiliza para abrir um *valo*. Entende-se que o arado *pula toco* permanece na família por contar o fazer agricultura *de lá*. Ele também remete ao período de (re)elaboração de práticas no que se refere ao fazer agricultura no assentamento, levando o arado *pula toco* a ocupar não mais o espaço da lavoura, mas o do galpão. Os relatos sobre a substituição de um arado pelo outro também permitem compreender que, ao descrever a funcionalidade de seu arado, o agricultor

também fala de um modo de fazer agricultura, em que pessoa e objeto são constituintes de saberes e práticas.

Figura 22: Filho de Raul lavrando a terra com arado virador. Fonte: Autora, 2013



A trajetória dessas pessoas e objetos está presente apenas na memória de mães e pais, pois entre seus filhos não se percebe um discurso de perda no que diz respeito aos objetos, tampouco ao fazer agricultura *de lá*. Para Candau (2011), a memória familiar é uma memória curta, não remonta além de duas ou três gerações; assim, o esquecimento ameaça as gerações, uma após a outra. Um exemplo são os filhos de Raul e Valaci, que trabalham a terra com o arado *virador*, objeto com que interagiram desde que iniciaram a trabalhar com o pai na lavoura. Assim como os filhos de Raul não possuem uma história com o arado *pula toco*, os filhos das demais famílias estudadas, vindas do norte do estado, também não possuem uma trajetória e uma história com esses objetos. Dessa forma, a relação entre pessoa e objeto diz aqui respeito a apenas uma geração, que saiu das terras do pai ou de terceiros, passou pelo período de acampamento, chegando até o assentamento. Esse processo ficou evidente nas famílias de Raul e Valaci e de Jair e Eva. Quando Jair e Eva relatavam o período no acampamento, explicando como as famílias se organizavam nesse espaço, a filha Janice, que na época tinha oito anos, interveio, lembrando à mãe da existência da fotografia em que aparece a família à porta do barraco, no acampamento, em Viamão. O mesmo ocorreu quando, na família de Raul e Valaci, era relatada a construção da primeira casa no lote: a filha Sheila, que não era nascida naquele período, pediu à mãe para que mostrasse a foto daquela

casa. Em ambos os casos, as filhas recorreram à fotografia para mostrar materialmente o que seus pais contavam, pois, para elas, a trajetória de sua família está registrada na fotografia e não na memória, tendo em vista que elas vivenciaram pouco ou nada da trajetória realizada pelos pais.

Outro elemento a considerar no contexto de pessoas e objetos refere-se à agência dos objetos. Merencio (2013), ao refletir sobre a inserção de elementos inanimados na teoria social, menciona que, ao não considerarmos a agência dos objetos, abrimos mão da possibilidade de compreender motivações e ações que dizem respeito a nós mesmo e aos outros. Atentando para a agência dos objetos, Velthem (2007) destaca, no contexto da casa de farinha, que as interações operantes naquele espaço englobam relações estabelecidas entre objetos e pessoas⁴⁰. No contexto das famílias estudadas, Seu Rosino, ao falar da troca de um arado pelo outro, afirma: “agora, este outro (o virador) é um arado bom, mas arreventa muito as costas da gente” (Rosino). O mesmo é relatado por Maria, que, ao lavrar a terra com arado puxado a boi, sente dores nas costas, pois é um *trabalho pesado*. Assim, pode-se sugerir que os agricultores agem sobre o arado e os bois que puxam o arado. Simultaneamente, o arado age sobre a terra, virando-a para o plantio, e age sobre Rosino e Maria, causando-lhe dores nas costas. Em ambos os relatos, é dada preferência ao arado *pula toco*, por não causar dores nas costas, pois não é pesado como o *virador*⁴¹; assim, entende-se ser o arado *daqui* que exerce agência sobre eles. À vista disso, pode-se pensar a agência do fazer agricultura *daqui* sobre o fazer agricultura *de lá*, pois temos uma ferramenta que faz parte de um fazer agricultura em contato com uma pessoa ainda ligada a práticas e ferramentas do fazer agricultura do lugar de origem.

Ainda no contexto das trajetórias e da agência, entende-se que, assim como os objetos de trabalho, a fotografia exerce uma agência sobre a pessoa, pois ela é a materialização de recortes da memória, um objeto que aciona momentos já esquecidos na memória e possibilita que fatos sejam rememorados.

Através dos objetos, podemos evidenciar elementos importantes das trajetórias das famílias estudadas, acreditando-se que tomar os objetos como agentes do processo contribui

⁴⁰ Cabe comentar que a abordagem da autora contempla a agência dos objetos, mas também dialoga com as noções de sistema e estrutura. Em sua análise, pode-se notar a dualidade entre natureza e cultura, de tal modo que o objeto age sobre a mandioca, mas não sobre as pessoas.

⁴¹ O arado *pula toco* tem a estrutura em madeira e somente uma lâmina de ferro para virar a terra, já o arado *virador* é inteiramente confeccionado em ferro, daí ser tão pesado.

para evidenciar relações e simbologias dessas trajetórias. Nessa mesma perspectiva, propomos a análise dos objetos e das pessoas tendo como recorte o cotidiano das famílias no lote.

4.3.2 Objetos da lavoura e da casa⁴²

Pensar objetos que remetem aos espaços da lavoura e da casa toma em conta que os objetos da lavoura estão relacionados à produção de alimentos, ao trabalho com a terra, enquanto os objetos pertencentes ao espaço da cozinha estão relacionados com a transformação dos alimentos em comida⁴³.

No contexto da casa, tem-se no fogão a lenha um objeto emblemático da cozinha. Esse também é um objeto que acompanha a trajetória dessas famílias, pois se encontra entre os poucos que cada família trouxe de seu lugar de origem. Além da função do cozimento do alimento, o fogão a lenha reúne as pessoas, já que é em seu entorno que a família senta-se para conversar, tomar chimarrão e receber visitas. Em vários momentos, observei que, mesmo quando o fogo não estava aceso, era comum o convite para sentar próximo a ele, o que indica que seu entorno é o lugar de *prosear*. Aqui também me arrisco a discorrer sobre as relações entre pessoa e objeto, pois a pessoa age sobre o fogão ao acender o fogo e ao limpar sua chapa – o que, por sinal, geralmente é trabalho da mulher, que deve deixá-la sempre brilhando. Da mesma maneira, o fogão age sobre o alimento, uma vez que, com o calor do fogo, ele cozinha os alimentos e é através dele que a família tem o alimento transformado em comida. Igualmente, é o fogão a lenha que transforma a cozinha em espaço de aconchego, que congrega família e amigos. Assim como o fogão a lenha, o fogão a gás também está presente nas cozinhas, geralmente ao lado do primeiro. Ainda estão relacionadas ao fogão a lenha as chaleiras e panelas, as quais, assim como a chapa do fogão, devem estar sempre brilhando. Percebe-se que há uma preocupação por parte da dona da casa em manter estes objetos com brilho e, para tanto, utilizam-se de sabão e esponja de aço – chamada de *Bombri!*⁴⁴ independentemente da marca –, para *dar brilho*. Assim, pode-se pensar que a limpeza do fogão a lenha e de chaleiras e panelas demarca se a mulher é uma boa dona de casa.

⁴² Uma primeira reflexão neste sentido foi submetida à discussão no XV Encontro de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas (ver Machado e Menasche, 2013).

⁴³ Toma-se aqui como referência a discussão proposta por DaMatta (1987), ao refletir sobre o simbolismo da comida no Brasil: o alimento transforma-se em comida na medida em que passa pelo processo de transformação cultural, na cozinha.

⁴⁴ Marca de esponja de aço bastante conhecida, o que faz com que seja comumente empregada para denominar qualquer esponja de aço, independente da marca utilizada.

Outro objeto da casa associado ao universo feminino é a vassoura, que, seja de plástico ou de palha, para varrer a casa, ou de galhos de alguma árvore, para varrer o pátio, é utilizada diariamente pela mãe ou filhas. A casa deve ser varrida todos os dias, até mais de uma vez por dia. E tão importante quanto ter o piso da casa limpo é manter o pátio limpo, principalmente a frente da casa, por onde recebem as visitas. Outros objetos presentes na casa e valorados pelas famílias são os eletrodomésticos, como televisor, DVD, rádio, refrigerador, freezer, forno elétrico, liquidificador, batedeira e jarra elétrica. São objetos presentes na casa das cinco famílias pesquisadas e dispostos pela casa de forma a estarem visíveis. Desse modo, o televisor, o DVD e o rádio ficam na sala, na estante ou em cima de uma mesa. Os demais objetos estão dispostos na cozinha: refrigerador e freezer são colocados um ao lado do outro e, em cima deles, o liquidificador e a batedeira; o forno elétrico é posicionado em cima de um balcão ou mesa e a jarra elétrica, ao lado da pia de lavar a louça. Entende-se que dar visibilidade a esses objetos demonstra a condição econômica da família; afinal, os objetos foram adquiridos com o trabalho da família.

No contexto da casa, o telefone celular é um objeto presente e importante, pois é através dele que as famílias mantêm contato com os parentes do lugar de origem, além dos demais usos cotidianos, como agendar uma consulta médica, por exemplo, sem precisar se deslocar até a cidade de Canguçu, localizada a 70 km do assentamento. Entre os filhos, o celular é um objeto desejado, mas um celular que possibilite o acesso à internet, já que um número significativo de jovens tem perfis em redes sociais⁴⁵. Ao deslocar-me no ônibus escolar, percebi que o celular é um objeto de distinção entre crianças e jovens, pois quem possui celular sempre entra no ônibus escutando música ou manuseando o aparelho de forma que todos o vejam.

No espaço da lavoura, objetos como o arado, o machado, a enxada, a máquina de plantio manual, a plantadeira e capinadeira de tração animal são objetos importantes para o agricultor⁴⁶. Assim, o machado e o facão são utilizados na derrubada do mato, o arado puxado a boi ou cavalo é empregado para lavrar a terra, a plantadeira de tração animal ou a manual, chamada de saraquá, é utilizada para o plantio de sementes. A enxada é empregada para o plantio em covas, como nos casos de mandioca, batatinha, batata-doce, abóbora, melancia e

⁴⁵ Das cinco famílias estudadas, somente uma família possui computador com acesso à internet, as demais acessam as redes sociais pelo celular. No entanto, não são somente filhos que acessam a internet e possuem perfis em redes sociais. Alessandra e Valdemir acessam a internet pelo celular: ela utiliza para pesquisar novas receitas e entrar em contato com parentes do lugar de origem; o esposo acessa para saber a previsão do tempo, preço de determinado produto agrícola, pesquisar sobre determinada doença que afete algum animal ou planta.

⁴⁶ Entre as famílias estudadas, somente a família de Nestor e Carmen possui trator e implementos como arado, plantadeira e capinadeira.

melão. Para a limpeza da lavoura, a capina, é utilizada a capinadeira puxada a boi ou cavalo e/ou a enxada. As atividades de colheita, como quebrar milho, arrancar feijão, arrancar mandioca ou batata-doce, são geralmente realizadas manualmente. Para *trilhar* (máquina separa o grão da espiga/vagem) o milho e o feijão, algumas famílias contratam um vizinho que possui trator e trilhadeira, pagando pelo serviço.

Os objetos falam também sobre o agricultor, pois para saber se o agricultor é *caprichoso*, são observados seus objetos de trabalho, se estão bem cuidados e, principalmente, se o agricultor dispõe das ferramentas necessárias. Um agricultor que não tem machado ou arado, por exemplo, é considerado *relaxado*. Assim, o empréstimo de determinados objetos de trabalho não é bem visto por alguns. Objetos como arado, enxada e machado não são ferramentas de trabalho que circulam entre os vizinhos, pois, na percepção dos interlocutores da pesquisa, cada agricultor tem, ou deveria ter, essas ferramentas. Os objetos que circulam entre vizinhos são motosserra⁴⁷, máquina de puxar arame, enfim, objetos que não são utilizados com tanta frequência e, por isso, nem todas as famílias possuem.

Ainda no contexto dos objetos de trabalho, temos os utilizados pelo grupo doméstico, como machado e enxada. Porém, o machado utilizado pela mulher, principalmente para cortar lenha, é um machado velho. Do mesmo modo, a enxada utilizada por ela na horta e para *ajudar* na lavoura, é a que, em período anterior, fora utilizada pelo marido. Ou seja, primeiro esses instrumentos passam pelas mãos dos homens para depois, quando já não lhes são mais úteis, serem repassados às mulheres. Como identificado por K. Woortmann e E. Woortmann (1997), há um paralelismo entre a força plena das pessoas e a força plena dos instrumentos, que

Mudando de mãos, mudam de significado ao longo de seu ciclo de “vida” e ao longo do processo de trabalho. Assim, o machado mais novo é do pai, para ser utilizado em tarefas definidas como especificamente dele. O mesmo ocorre com a enxada e seu exemplo é significativo: nova, ela é do pai e designa a categoria *trabalho*. À medida que se vai desgastando, ficando mais leve e menos produtiva, passa às mãos da mulher, designando a categoria *ajuda*. Finalmente, quando muito desgastada, passa às crianças e designa “lazer”. (WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E., 1997, p. 137-138, grifos dos autores).

Assim, os instrumentos de trabalho, além de terem funções técnicas, são também objetos marcadores de hierarquia, diferenciadores de gênero.

Neste capítulo, evidenciamos as trajetórias das famílias visando compreender como se deu o processo de conquista da terra. Atentar para as razões, relações e significados que

⁴⁷Além de não ser um objeto utilizado no trabalho diário, o valor, em torno de R\$ 1.500,00, impossibilita sua posse pela maioria das famílias.

permeiam suas trajetórias é fundamental para, nos capítulos que seguem, conduzir o olhar para suas lavouras e cozinhas, a fim de compreender a organização dos espaços de trabalho, transformações no fazer agricultura e nos hábitos alimentares. Ainda, ter presente os objetos, com seus usos e significados, permitiu compreender práticas e simbologias que regem as casas e as lavouras das famílias. Enfim, pensar a trajetória das pessoas e dos objetos propiciou evidenciar fatores que conformam o cotidiano e a vida das famílias assentadas.

5 O FAZER AGRICULTURA *DE LÁ E DAQUI*: TRANSFORMAÇÕES NA LAVOURA CAMPONESA

Figura 23: Imagens da pesquisa de campo



Fonte: autora, 2013

Nota: Fazer agricultura: família na lavoura no município de Três Palmeiras, família na lavoura em Canguçu, a horta da família, mudas de mandioca guardadas na lavoura, vacas de leite e a ordenha

[...] nós não sabíamos o jeito, entendeu? A gente chegou querendo fazer o nosso de lá e sofria muito daí, né, não colhia. Daí quando nós pegamos o pique já estava quase tarde, levamos quatro, cinco anos para pegar o tranco daqui, né? (Rosino)

A trajetória da família de seu Rosino, do município de Três Palmeiras para o assentamento União, remete à trajetória da grande maioria das famílias assentadas do Rio Grande do Sul. Como afirmam Medeiros, Montebianco e Robl (2012), a maior parte dos agricultores assentados tem suas origens em outras regiões do estado, marcadas por características ambientais e culturais diferentes daquelas da região de destino, resultando em possibilidades produtivas distintas. Tal fato é perceptível no cotidiano dos assentamentos de reforma agrária, marcado por especificidades, continuidades, descontinuidades e trajetórias não comuns a todas as famílias (FARIAS, 2008). No processo de reterritorialização, o fazer agricultura e a relação com a natureza, desenvolvidos no local de origem, precisam ser repensados diante da realidade encontrada no assentamento. Nesse contexto, este capítulo procura evidenciar o fazer agricultura *de lá*⁴⁸, do local de origem, e o fazer agricultura *aqui*, no assentamento, para, assim, compreender as continuidades e descontinuidades no fazer agricultura destas famílias, tendo presente a relação estabelecida com a natureza.

Em estudo sobre o trabalho da terra, E. e K. Woortmann (1997), ao se referirem ao significado do processo de trabalho entre os sitiante sergipanos, afirmam que o processo de trabalho se conforma a partir de uma idealização da natureza. Assim sendo, “não existe uma natureza em si, mas uma natureza cognitiva e simbolicamente apreendida. De outro lado, ele [trabalho] se faz no interior de um processo de relações sociais que transforma a natureza”. (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p. 10).

De acordo com os autores, recursos, instrumentos e homens não existem socialmente sem a cultura, sem o saber que permite utilizar os instrumentos e recursos, e a cultura lhes confere um significado que não compreende somente a materialidade ou a instrumentalidade prática do trabalho. Ao trabalhar a terra, o camponês produz não só alimentos, mas também um trabalho ideológico, gerando categorias sociais, pois o processo de trabalho é, também, um conjunto de ações simbólicas que, para além de produzir cultivos, produz cultura. Assim, ao trabalhar a terra o sitiante transforma a natureza em cultura. (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997).

Na concepção dos autores supracitados, o sítio é um espaço de trabalho por excelência, mas também resultado do trabalho, um espaço construído. O sítio é composto pelo

⁴⁸ Categorias utilizadas pelas famílias pesquisadas: *lá* se refere ao distante, ao local onde residiam antes do assentamento, enquanto que *aqui* representa o assentamento, o perto, onde residem hoje.

mato, capoeira, chão de roça e/ou malhada, pasto, casa de farinha, casa de moradia e quintal. Para os sitiantes sergipanos por eles estudados, o mato representa a natureza a ser domesticada pelo trabalho a partir de saberes e práticas, em uma relação respeitosa com a natureza. Na interpretação dos autores, o equilíbrio entre trabalho e natureza constitui-se com o trabalho do mato. Na lógica desses sitiantes, “o processo de trabalho tradicional, combinando lavoura e criatório, produzia um movimento cíclico em que a natureza se tornava espaço de lavoura para voltar a ser natureza” (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p. 28).

No contexto dos assentamentos de reforma agrária, podemos tomar o lote como equivalente do sítio, “espaço simbolicamente central do *mundus* camponês” (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p. 59). Contudo, ao pensar o lote enquanto sítio camponês, cabe ressaltar que o assentado não possui ali um longo processo de interação com a natureza, pois se encontra em um processo de (re)construção de seu território, em uma terra desconhecida, constituindo laços afetivos, tanto com as pessoas como com a terra, a natureza.

Em estudo sobre práticas tradicionais camponesas, E. Woortmann (2011) apresenta um triângulo, antes proposto por K. Woortmann (2000), em que o vértice superior é ocupado por Deus, o segundo vértice representa o homem e o terceiro, a natureza. A autora aponta o que denomina de pacto hierárquico com valores e pessoas diferenciados, sendo que homem e natureza possuem peso e valores equivalentes, ambos subordinados a Deus, seu Criador. Assim o homem se relaciona com a natureza numa relação entre iguais, como criaturas de um mesmo Criador (WOORTMANN, K., 2011). Em outro estudo em que já apontava esse triângulo, E. Woortmann (2009) evidencia como os vértices se relacionam, configurando relações de reciprocidade:

O trabalho do homem implica respeito para com a terra (e a natureza em geral) esperando dela aquilo que “ela pode e quer dar”, em especial os alimentos que é capaz de produzir. O homem não deve forçar a terra a dar aquilo que não é de sua vocação, isto é, não deve “corrigir o solo”, como se a natureza pudesse estar “errada”. O sitiante como que dialoga com a terra, avaliando “o que a terra quer produzir, o que ela quer dar”. O trabalho do homem é o de preparar a terra e, quando necessário, alimentá-la, fortificá-la com a “vitamina” do adubo. Por sua vez, o trabalho da terra é o de receber a semente, fazer nascer e crescer a planta, alimentando-a com sua “vitamina”. A terra agradecida retribui o trabalho do homem com uma colheita abundante. Quando ela “recebe a vitamina dada pelo homem e a chuva de Deus, ela fica alegre e agradece, dando muito alimento” e trazendo “fartura”. Mas, se a terra trabalha, tal como o homem, ela fica “cansada”, e é preciso respeitar seu tempo de “descanso” (pousio), para que possa renovar suas forças. Em contrapartida, o trabalho de Deus é fazer cair a chuva (num ciclo anual relacionado a determinados santos). (WOORTMANN, E., 2009, p.119 - 120)

No contexto das famílias pesquisadas no assentamento União, proponho pensar seu fazer agricultura a partir do triângulo apresentado por E. Woortmann (2009, 2011), tendo em vista que, para elas, fazer agricultura não depende somente do homem e de seus objetos de trabalho, mas da natureza e de Deus - representado pelos santos, que orientam o plantio de determinados cultivos.

5.1 O fazer agricultura *de lá*: a terra que tudo dá

Como evidenciado no relato de seu Rosino, reproduzido no início deste capítulo, sua família levou entre quatro e cinco anos para conseguir produzir no assentamento, *pegar o tranco daqui*. O mesmo está presente na trajetória de quatro das cinco famílias assentadas pesquisadas, que se deslocaram da região norte do Rio Grande do Sul para a região sul. Três delas residiam no município de Três Palmeiras, enquanto que a outra no município de Redentora. A família que não tem origem no norte do estado já residia no município de Canguçu.

Ao relatar a trajetória da família, Jair conta que ele e a esposa trabalhavam como meeiros em um sítio de seis hectares, organizando-se tal como o pai de Jair: costumavam vender soja, o excedente⁴⁹ de milho e, em caso de *aperto*, algum animal:

[...] sempre sobrava um pouco de soja, colhia soja algum dia, vendia milho, tu vendia às vezes um bichinho ali, era pouquinho, nunca passou... Era quatro ou cinco cabeças, mas se apertava, pegava uma rês daquelas e vendia. Meu pai fazia isso. O milho a gente colhia se mais ou menos a gente já mapeava o consumo durante a época que a gente ia gastar até vir o outro e tirava aquela parte, e a sobra que tinha a gente já tocava para frente, já vendia. (Jair)

O planejamento da lavoura segue um calendário agrícola em que as famílias plantam e colhem em períodos do ano estabelecidos, calendário esse que, oralmente, perpassa gerações. As famílias, mesmo estando assentadas já há 15 anos, relatam em detalhes os períodos de preparo da terra, plantio e colheita do município onde residiam. Percebe-se que isso se

⁴⁹ O produzir para *sobrar*, como mencionado por Jair, está relacionado ao cálculo econômico camponês. Segundo Martins (1975), trata-se de uma economia do excedente, em que o camponês se dedica a produzir primeiramente para sua subsistência e, secundariamente, para a troca de produtos. Para o autor, “o excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência (no caso, a mão-de-obra e a terra, com suas pastagens naturais). É o fator excedente que gera o produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típicas, da conduta racional com relação a fins seculares” (MARTINS, 1975, p. 12, grifos do autor apud CARVALHO, 1999, p. 38). MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975. Cap.I: Modernização agrária e industrialização no Brasil. p.1-14

mantém na memória, mesmo não sendo utilizado por completo no fazer agricultura *daqui*, tendo em vista que os períodos de cultivo da maioria dos produtos diferem. A partir de entrevistas com membros das famílias, pode-se elaborar o calendário agrícola *de lá* (Figura 24), referente aos dois municípios de origem das famílias, Três Palmeiras e Redentora⁵⁰. Esse exercício foi bastante interessante, pois, os relatos sobre os períodos de plantio e colheita dos alimentos eram acompanhados de narrativas sobre a vida das pessoas e do lugar. São esses elementos que trago na sequência, buscando aproximar o olhar às lavouras e às pessoas *de lá*, de modo a apreender os elementos que compõem a lógica e a simbólica da lavoura destes camponeses.

Figura 24: Calendário agrícola nos municípios de origem das famílias. Fonte: Autora, 2013

Calendário agrícola nos municípios de origem das famílias (Três Palmeiras e Redentora)	
Janeiro	Plantio: milho e feijão do tarde, soja Colheita: feijão, melancia, abóbora, mandioca, batata doce, batatinha
Fevereiro	Plantio: feijão Colheita: milho e feijão do cedo, melancia
Março	Período de descanso da terra e das pessoas
Abril	Plantio: pastagem para o gado Colheita: milho, soja
Maiο	Plantio: trigo Colheita: soja, cana-de-açúcar, amendoim
Junho	Preparo da terra Plantio: trigo (dia de São João) Colheita: feijão e milho do tarde, cana-de-açúcar, aveia
Julho	Preparo da terra Colheita: milho do tarde
Agosto	Plantio: milho e feijão do cedo, batatinha Colheita: cana-de-açúcar
Setembro	Plantio: milho, feijão, melancia, melão (30 – dia de São Miguel)
Outubro	Plantio: soja (melhor período), mandioca, batata doce, batatinha, abóbora, melancia de doce
Novembro	Plantio: soja, amendoim Colheita: trigo (dia de Finados), centeio, milho verde
Dezembro	Colheita: milho verde, melancia, melão, mandioca, batata doce, batatinha Venda da soja, limpeza das lavouras

⁵⁰ A opção por sistematizar os calendários das quatro famílias em um único se deu em função dos períodos de cultivo coincidirem.

A forma como as famílias trabalhavam a terra era baseada na lógica do melhor aproveitamento do espaço e do que a terra podia produzir. Assim, plantavam mais de um alimento no mesmo espaço, como o feijão e a cana-de-açúcar. Esse modo de fazer ainda está presente nas lavouras dos agricultores em Três Palmeiras, como explica o primo do assentado Valdemir, seu Ervino, residente na linha Progresso, em Três Palmeiras. Ele conta que planta a cana-de-açúcar no mês de julho e o feijão no mês de setembro, no meio da cana (Figura 25). Nos relatos das famílias assentadas pesquisadas, outro consorciamento comumente praticado era milho e soja, como explica seu Rosino,

[...] daí lá a gente usava plantar o soja, o milho de metro, 1 metro e 20 cm (comprimento) e 20 cm de largura a carreira, entendeu? O lado, de 70 a 80 por pé e duas carreiras de soja no meio do milho, entendeu? Aí... Depois nós dobrávamos o milho e deixávamos vir a soja. (Rosino)

Figura 25: Consorciamento cana-de-açúcar e feijão. Fonte: Autora, 2013



A colheita demandava tempo e esforço, uma vez que, depois de maduro, o grão não podia ficar muito tempo na lavoura, pois perdia qualidade. Então, no período da colheita de soja, em março, as famílias faziam somente o essencial da *lida*, como alimentar os animais e tirar o leite, sendo que até mesmo o corte de lenha era antecipado. O corte de soja era, à época, realizado manualmente, com a *foicinha*, atividade que demandava o envolvimento de toda a família e/ou a ajuda de vizinhos. Jair relata a colheita de soja, enfatizando o tempo de trabalho despendido:

Cinco, cinco e meia da manhã, se tivesse lua, a gente saía da casa, ia lá e ó. Chegava 11 horas, parava tudo. Ia para casa, chegava em casa e tomava um mate, almoçava. Se era bastante o que estava cortado, à uma hora já vamos pegar, pegava à uma hora e ó aqui. Puxava tudo até as seis horas. Anoteceu, arrumava uns candeeiros, a gente cortava aquelas taquaras, enchia elas de querosene, a gente botava dentro de um cano uma bucha assim e acendia para clarear e aqui ó, nos montes de soja a trilhar. Uma hora da madrugada, a gente estava chegando com aquelas carroçadas de soja e guardando a soja. (Jair)

O preparo das lavouras, tanto para a soja como para o trigo, era com *arado pula toco*, puxado a boi. O plantio era com máquina manual e a capina, com capinadeira, puxada a boi, ou com a enxada. O trabalho, na maioria das vezes, era realizado em forma de mutirão, ou *puxirão*, como se refere Raul: “[...] reunia 10 a 15 arados para lavrar, colher soja, colhia a tua lavoura, colhia a lavoura do outro [...] cada um levava seu arado e sua junta de boi, daí terminava ali e ia para outra propriedade” (Raul, 2013). Raul e a esposa Valaci contam que o trabalho era pesado, mas as famílias se divertiam: cantavam, contavam histórias, bebiam:

Raul: Todos trabalhando. Valaci: aquilo cantavam. Raul: aí compravam vinho, cachaça. Valaci: aí uns cantavam, outros assoviavam, contavam histórias. Era bom. Tinha de enxada, também. Raul: é, tinha puxirão quando era no tempo da limpa também, de enxada. E lá era homem, mulher, guria, rapaz, trabalhando todo mundo junto colhendo soja... “quanto mais foice, mais roçado”. (Raul e Valaci)

Percebe-se que esses eram momentos de trabalho e sociabilidade entre as famílias e que, segundo o casal, a prática se perdeu com a vinda para o assentamento. Cândido (1987), em estudo dedicado a caipiras do interior paulista dos anos 1950, afirma que o mutirão é uma prática constitutiva da comunidade/bairro rural. Para o autor, o trabalho em mutirão, assim como, as práticas lúdico-religiosas, são elementos de conformação do bairro rural. Ao mencionar o depoimento de um velho caipira, Cândido (1987) evidencia que, para o caipira, o mutirão não é percebido como obrigação para com as pessoas, mas sim para com Deus, pelo amor de quem serve ao próximo, sendo que por isso não se recusa um auxílio pedido.

Percebe-se, no relato de Raul e Valaci, que o mutirão, assim como evidenciado por Cândido (1987), é elemento importante na conformação da comunidade rural.

Ainda referente à produção de soja antiga, quando perguntado se ainda existe essa semente na região de Três Palmeiras, seu Rosino afirma que os colonos localizados nas *terras dobradas* mantêm essa semente, em cultivo consorciado com milho.

Ainda tem bastante colono que lida mais naquelas terras dobradas. [...] Nunca plantamos soja puro, era sempre no meio dos milhos, só que daí tu tem que limpar tudo a braço, né. Tudo na enxada, passar o boi, com a capinadeirinha atrás. Um boi só, com uma capinadeirinha, com uma canguinha assim, no pescoço. E depois tudo na enxada, ou o cara limpava a mão, catava, como se diz, né, tirava com as mãos. E veneno não podia, tu podia botar antes de plantar as lavouras. (Rosino)

Quando seu Rosino fala das *terras dobradas*, se refere às duas categorias que os moradores utilizam para classificar as terras do município de Três Palmeiras: as terras de cima (planas) e as terras de baixo (dobradas)⁵¹. Nas terras de cima, estão localizadas as propriedades com maior extensão de terras, entre 50 e 300 hectares, em que predominam as lavouras de soja, trigo e milho (Figura 26). Nas terras de baixo, estão as pequenas propriedades, entre cinco e 40 hectares (Figura 27). Nas terras dobradas, predomina a produção diversificada, para o autoconsumo, mas também destinada à comercialização, no que diz respeito à parte da produção de milho, feijão e leite. Algumas famílias produzem, ainda, também para consumo e comercialização, derivados de cana-de-açúcar (açúcar, melado e cachaça). Recentemente, algumas famílias passaram a trabalhar com parreiras, vendendo uva *in natura* (para mesa e vinícola). Nas terras dobradas, segundo relatos de agricultores, algumas famílias mantêm o plantio da soja antiga.

Figura 26: Lavoura de trigo em terra plana. Fonte: Autora, 2013



⁵¹ As terras planas são denominadas como de *cima* em relação às terras dobradas, localizadas nas barrancas de rios, portanto terras de *baixo*.

Figura 27: Lavoura em terra dobrada. Fonte: Autora, 2013



Em meados de 1970, a soja era a moeda de troca no comércio (Figura 28). Eva e Jair explicam que seus pais pagavam as mercadorias em sacos de soja:

[...] o pai comprou trilhadeira, comprou motor, quebrador de milho, cavalo, não sei o que, carroça, tudo a troco de soja. Porque lá era avaliado em soja. A gente colhia soja para vender. A gente dava em troca. Seria uma forma de dinheiro, né. (Eva)

[...] tu tem o teu comércio e eu precisava, daí eu pensava assim... eu não chegava a pedir fiado pra ti, imagina pedir fiado. Eu chegava e dizia: “eu quero faturar dez sacos de soja, faturar vinte sacos de soja”, daí a senhora topava, né. A senhora faturava, vamos dizer, a quinze reais hoje e me pagava ou então, quer dizer que eu não te devia essa mercadoria... (Jair)

O termo *faturar* se refere ao empenho, no comércio, da produção de soja que seria colhida naquele ano. Assim, no decorrer do período de plantio até a colheita, as famílias compravam mercadorias para pagar com a soja que ainda estava na lavoura.

Figura 28: Fila de carroças para entrega de soja em um comércio na linha Progresso, Três Palmeiras. Fonte: Acervo família Friedrich



Outro produto destacado pelas famílias é o trigo. Quando perguntados se na época em que residiam no município de origem a produção de trigo era presente, os interlocutores afirmam produzir para o consumo e comercialização:

Nunca compramos um quilo de farinha de trigo lá. [...] lá planta o trigo em maio, junho, em São João. E colhe no dia de finados, agora não lembro mais, dia 2 de novembro começam as colheitas. [...] nós plantávamos quatro, cinco sacos de trigo, pois era a boi, né, tu lavrava, gradeava, depois tu colhia, tudo de foicinha, tinha a trilhadeira da gente, o motor da gente, né. (Rosino, 2013)

Entre as famílias assentadas escutadas, é notável uma visão bastante positiva do fazer agricultura *de lá*, pois naquela terra tudo dá, tudo produz melhor, mesmo sendo uma terra *pedregosa, dobrada, fraca*⁵². Como conta dona Maria, mãe de Alessandra, referindo-se ao seu local de origem – Chapecó, estado de Santa Catarina,

A terra era preta. Tudo o que tu plantava, dava. Só que daí ultimamente começou só com adubo, também. A terra começou a ficar fraca e coisa. Mas na época em que nós nos conhecemos por gente, o que tu plantava, dava. Tu plantava um quilo de feijão, dava um saco de feijão. Naquelas capoeiras, que naquela época roçavam

⁵² Segundo os interlocutores, a terra *dobrada*, originalmente fértil, terra *de mata*, tornou-se fraca ao longo dos anos, devido ao uso intensivo. Os agricultores produziam todos os anos na mesma terra, pois possuíam pouca terra, não sendo, assim, possível deixar a *terra descansar*. Em estudo no município de Três Palmeiras, Conterato (2004) afirma que nas terras planas é produzido soja, trigo, milho e pastagem, com altos investimentos em correções de acidez e fertilidade do solo. Já nas terras dobradas, é praticada uma agricultura com técnicas simples, com uso intensivo do solo, recebendo pouca ou nenhuma correção em relação à fertilidade natural, o que, no decorrer dos anos, tornou os solos frágeis e empobrecidos (CONTERATO, 2004).

mato, derrubavam o mato e plantava feijão. Ah, eram 60 quilos de feijão, tu podia contar que eram 60 quilos⁵³. (Maria)

Em sua fala, percebe-se uma valoração por aquela terra em que aprendeu a trabalhar com sua família. Maria conta que, como tinha somente um irmão, o pai levava sua irmã e ela para a lavoura e assim elas aprenderam a trabalhar, desde pequenas. Hoje Maria diz saber lavrar com arado e boi, capinar, enfim, sabe trabalhar a terra.

5.2 O fazer agricultura *daqui*: permanências e rupturas

Aí quando a gente desceu ali em cima, era madrugada, não estava bem claro o dia, quando eu olhei aquele chão já vi a diferença de cem por cento, me apavorei e pensei: “meu Deus, onde é que eu vim!”. Daí aquele sistema, que a terra fraca, nem alho dá, né. Disse: “bah, aqui nem alho acho que dá”. (Jair)

A chegada ao assentamento provocou estranhamento entre as famílias, pois, como relatou Jair, a diferença entre a terra de onde vieram e a terra conquistada era grande. A terra, as ferramentas, as pessoas, enfim, tudo era estranho, visto que, segundo seu Rosino, tudo mudou para eles, até mesmo a conversa. As famílias iniciaram o preparo da terra a partir do fazer agricultura praticado em seus locais de origem. Apesar de perceberem a diferença, eles estavam otimistas, já que agora tinham terra suficiente para produzir.

[...] Bom, sempre trabalhando num pedacinho, agora que eu peguei um lote desses, eu mudo já, né. A gente plantou, encheu ali, plantou um monte de feijão ali. Foi em fevereiro, que lá é mês de fevereiro, lá no nosso lugar a gente planta o mês inteiro [e] até dia quatro de março, ainda colhe. E aqui foi começo de fevereiro e nós perdemos, deu mês de abril deu geada, deu neve, daí a gente perdeu uma lavoura que foi o maior investimento que nós fizemos, a gente perdeu. Tanto eu como o meu sogro, que nem os companheiros que estão aí. Daí aquilo ali caiu os braços, né. Daí eu me apavorei, disse: “bah, mas o que nós fizemos?”. [...] Daí foi até que a gente foi se entrosando com o pessoal e foi aprendendo que tem diferença, mesmo. Tudo é Rio Grande, mas tem as diferenças. (Jair)

Seu Rosino relata que a primeira vez que viu um arado ser puxado por cavalo foi em Canguçu, pois *lá* não se trabalhava com cavalo, apenas com boi. Uma das tantas mudanças pelas quais passaram foi aprender a trabalhar com o arado *daqui*: do conhecido arado *pula toco*, passaram a utilizar o arado *virador*. Seu Rosino aponta as diferenças entre o local de origem e o assentamento e afirma que foi trabalhando a terra que começou a entender o tempo das coisas do novo lugar:

Aqui não tem a planta do cedo, se tu faz, aqui tu perde, o milho que seria quando está em agosto e setembro, né? Aí tu pega, vamos supor, aquela estiagem de dezembro e janeiro. E a planta do milho, a força do milho, pode ver que os caras da EMATER mandam plantar em novembro e dezembro, né. (Rosino)

⁵³ Número de quilos de feijão que corresponde a um saco do grão.

Como relatado pelas famílias, foi trabalhando a terra que eles a foram compreendendo melhor e assimilando seu tempo de plantio. Entre perdas e acertos, (re)elaboraram o calendário que antes seguiam, *lá*.

A gente foi achando. Porque tu experimentava agora, não dava. Começamos lá no nosso sistema, não deu; mudamos, não deu muito certo. De repente, quando plantamos no final de agosto, setembro, pegava seca lá em novembro. Daí a gente parou e pensou, e começamos a cuidar o pessoal: “não, mas eles não plantam assim que nem nós, não adianta nós investirmos, mesmo que nós precisamos, não adianta”. Aí quanto tu planta, mês de... desde o dia 15 de novembro em diante... o bom mesmo é esperar chegar dezembro, que aí não tem, que daí não vai dar (seca)... muito difícil, só se for por muito azar para dar seca. Planta em dezembro, tu colhe o milho e daí a região colhe. (Jair)

Com os recursos recebidos para a estruturação do lote, as famílias investiram nas lavouras, adquiriram o arado *daqui*, compraram sementes (aqueles que não as haviam trazido), compraram vacas leiteiras e juntas de boi. Nos primeiros anos, algumas famílias destinaram a produção para o autoconsumo e para alimentar a criação: galinhas, porcos e gado.

Eva conta que não souberam investir bem os recursos que receberam, pois não tinham instrução técnica e não conheciam a região. Adquiriram, então, boi, arado, carroça, enfim, os mesmos instrumentos de trabalho que utilizavam em Três Palmeiras. Ela explica que a época de plantar *daqui* é diferente da *de lá*, onde se planta o milho no dia de São João, ou seja, em fins de junho, enquanto *aqui* o plantio é feito de novembro a janeiro. A agricultora relata que, até compreenderem as diferenças entre os locais, sofreram bastante, pois “aqui até o arado é diferente”. Na região em que estão assentados, o clima é mais frio, a terra arenosa; diferentemente *de lá*, onde o clima é mais ameno e a terra é vermelha e pedregosa. Nos primeiros anos, tentaram plantar trigo, mas semearam na época em que costumavam fazê-lo em seu local de origem. Não sabiam que *aqui* tem de ser mais cedo, que tem que *ver o clima, acertar a temporada*.

Raul e a esposa Valaci relatam o trabalho feito em mutirão, entre as famílias de Redentora, contando que no assentamento o trabalho é mais individualizado, sob responsabilidade do grupo doméstico, sendo que apenas quem tem condições financeiras paga por hora para que sua terra seja lavrada com trator. Contudo, observam-se trocas de dia de trabalho entre vizinhos, irmãos, pais e filhos. Na família de Raul e Valaci, os pais trocam dia de trabalho com a filha, que é casada e reside no lote do sogro, no mesmo assentamento. Seu Rosino tem o lote vizinho ao do filho Amarildo, e trabalham em conjunto. Amarildo também troca dia de trabalho com o cunhado e um vizinho. A família de dona Carmen e seu Nestor

troca dia de trabalho com a filha e o genro. Esse processo é também evidenciado na fala de dona Maria, mãe de Alessandra:

Maria: A gente se troca, dias.

Carmen: Com quem que a senhora troca?

Maria: Com a Sandra.

Carmen: Ah, com a sua filha.

Maria: A gente se troca dia, daí, né... Agora também... Ajudei eles a colher milho lá e eles vieram aqui. Num dia, colhemos tudo, lá em cima. (Maria)

No estudo de Rodrigues (2001), ao analisar as formas de uso e propriedade da terra, a autora afirma que as relações homem-natureza encontram-se mediadas pela cultura, através da acumulação de experiências dos povos, no decorrer de gerações. Referindo-se ao contexto de assentamentos de reforma agrária na Amazônia, ela destaca que:

Este processo de passagem por diversas áreas têm demonstrado que as diferentes experiências de trajetórias de vida destes assentados têm lhes assegurado saberes que dizem respeito aos mais diferenciados momentos por que passaram e passam no seu dia-a-dia. Entre eles pode-se ressaltar a relação que estes estabelecem com a natureza nas diversas formas de uso e propriedade da terra, a partir de suas trajetórias, com saberes e conhecimentos apreendidos e (re)elaborados em cada localidade pela qual têm passado. (RODRIGUES, 2001, p.02)

Trazendo a reflexão da autora para as trajetórias das famílias estudadas, são perceptíveis os saberes e práticas apreendidos e (re)elaborados por elas, ou seja, o fazer agricultura *de lá* é (re)elaborado a partir de saberes e técnicas apreendidos *aqui*. Isso é evidenciado no calendário agrícola das famílias assentadas. A partir de saberes e técnicas apreendidos ao longo de gerações, aliados ao fazer agricultura da região em que foram assentados, os colonos migrados conformam um novo calendário agrícola, também presente na forma oral. Assim, foram mantidos muitos dos alimentos que produziam no lugar de origem, como o milho, feijão, mandioca, batata-doce, melancia, melão, hortaliças, porém plantados no tempo da natureza *daqui*, como se pode observar no calendário sistematizado com as famílias estudadas (Figura 29).

Figura 29: Calendário agrícola das famílias no assentamento União. Fonte: Autora, 2013

Calendário agrícola das famílias no assentamento União – Canguçu	
Janeiro	Plantio: milho, feijão (até o dia 20) Colheita: feijão, melancia, melão, batatinha
Fevereiro	Plantio: feijão, milho Colheita: mandioca, batata doce, melancia, melão
Março	Plantio: na horta semeia ervilha, cebola, rúcula Colheita: milho, sorgo (para silagem)
Abril	Plantio: pastagem (aveia), na horta semeia cenoura, repolho beterraba, alface, couve flor, brócolis Colheita: batata doce, mandioca
Maiο	Plantio: pastagem (aveia e azevém), na horta transferência de mudas para os canteiros: cebola, rúcula, cenoura, repolho beterraba, alface, couve flor, brócolis Colheita: milho, feijão, batata doce, mandioca, amendoim
Junho	Plantio: pastagem (aveia e azevém), frutíferas, na horta: morango, brócolis, couve flor, cebola, beterraba. E semeia alface e cenoura Colheita: milho, batata doce, mandioca
Julho	Plantio: pastagem, frutíferas Colheita: milho, mandioca, batata doce
Agosto	Plantio: mandioca, frutíferas Colheita: milho
Setembro	Plantio: feijão (final do mês), milho, mandioca, batata doce, batatinha, abóbora, melancia. Pastagem de verão (milheto e sorgo)
Outubro	Plantio: feijão, milho, batata doce, melancia, abóbora, amendoim, na horta: pepino, pimentão, tomate, cenoura, alho, repolho, cebola, brócolis
Novembro	Plantio: milho, amendoim, Colheita: verduras da horta
Dezembro	Plantio: milho, feijão (entre 20 de dezembro e 20 de janeiro melhor período para o plantio de milho) Colheita: feijão verde, abóbora, cebola, verduras, sorgo para silagem

Como explicitado pelas famílias, *aqui* não é possível produzir duas safras de milho e feijão ao ano, as chamadas lavouras do *cedo* e do *tarde*. As produções de soja, trigo e cana-de-açúcar não estão presentes no novo calendário. Valdemir relata ter plantado soja logo que chegou ao assentamento, mas a produção foi baixa. O agricultor afirma que, assim como ele,

outras famílias tentaram produzir soja, trigo e cana-de-açúcar. Processo presente em desenhos desenvolvidos pelos alunos, filhos de assentados. Quando solicitado que estes representassem o lugar de origem de sua família, após conversa prévia com seus pais sobre o lugar, um aluno da 4ª série desenhou o fazer agricultura de seus pais (Figura 30). No desenho destaca-se a lavoura de soja, com o maquinário para a colheita: a colheitadeira (denominada por este como ceifa), o granelheiro (uma espécie de reboque preso ao trator utilizado para transportar o grão) e o trator.

Figura 30: Representação do lugar onde morava a família antes de ser assentada. Fonte: Aluno 4ª série, 2012



Já quando solicitado que representassem o assentamento nos primeiros anos, a partir da fala de seus pais porque estes na maioria não eram nascidos, um aluno da 4ª série, irmão do aluno do desenho anterior, representa o seu lote com a lavoura e a casa. A lavoura possui um marco (risco) que divide, de um lado, a lavoura de soja e, do outro, a lavoura de milho e feijão (Figura 31). Percebe-se, através da manutenção da lavoura de soja e do consorciamento do milho e feijão, a tentativa de produzir a partir do fazer agricultura de lá na nova terra.

Figura 31: Primeiros anos do assentamento: a lavoura da família. Fonte: Aluno 4ª série, 2012



Sobre o trigo, Jair e Valdemir contam que, nos primeiros anos, tentaram produzi-lo, mas a produtividade e a qualidade foram baixas. Alguns agricultores trouxeram mudas de cana-de-açúcar, mas, em função do clima mais frio e do solo mais úmido, não conseguiram produzir. Entre as famílias pesquisadas, somente a família de Valdemir conseguiu produzir cana-de-açúcar para o fabrico do melado, sendo que o cultivo é realizado no lote de sua sogra, pois ali o terreno apresenta maior altitude e menor umidade.

Nos primeiros anos, as famílias que comercializavam parte da produção de milho e feijão encontraram dificuldades, pois os valores pagos pelos produtos eram inferiores aos que costumavam receber na região de onde vieram. Como relata um agricultor,

Nós não vendíamos, filha, nós dávamos para esses arranca olho aqui do lado, a troco de porcaria. De custo de vida, teve ano que eu vendia 200, 280 sacos de milho, teve ano que eu vendi 45, 50 sacos de feijão do tarde, as pontas dos dedos assim, meu e dela (esposa), era só nós dois, sabe? Era puro sangue, pura ferida.

Assim como conta o agricultor, inúmeros foram os relatos da desvalorização do que produziam e produzem, do trabalho investido e que, ao final, apenas rendia o suficiente para pagar as contas do que fora comprado a crédito. Como os entrevistados narram, o que conseguiam com a venda da produção dava para pagar *o custo de vida*, ou seja, os produtos básicos de higiene e produtos alimentares, como arroz, farinha de trigo, café, sal e açúcar. A

família de Eva e Jair realizava trocas de alimentos com os vizinhos, criando uma estratégia para obter os alimentos que eles não produziam, já que o valor pago por seus produtos era bastante baixo.

A gente não botava nada lá no comércio. A gente tinha o milho, tinha o aipim, tinha a batata-doce, tinha a batatinha, tinha o feijão, tinha o arroz apenas, que a gente comprava. Aí, às vezes, surgiam as trocas. Que houve até trocas de gente aqui de dentro. Vinha ali e propunha a troca: “te troco tanto por tanto”. Daí a gente fazia esse sistema. [...] Daí não precisava trocar às vezes com gente de fora. (Jair)

Neste contexto de transformações no fazer agricultura, cabe menção à família de Nestor e Carmen, que foram assentados na terra onde antes trabalhavam como empregados da fazenda. Se, ao reviver suas trajetórias, as demais famílias destacam o estranhamento com o lugar, com as pessoas e com a natureza, para esta família o estranhamento foi morar no assentamento, ser reconhecido como assentado. Como conta Carmen, ela nasceu e se criou nesta terra, assim como seus filhos e também sua neta, ainda bebê, nascida no assentamento. Carmen diz trabalhar nesta terra desde pequena, quando seu pai era meeiro na fazenda e ela o ajudava na lavoura. Depois de alguns anos de casada, ela, marido e filhos vieram morar e trabalhar na fazenda. Quando receberam o lote, decidiram produzir milho, chegando a produzir de 800 a mil sacos do grão, plantando em parceria com os vizinhos. Também produziam feijão, para o autoconsumo e comercialização, colhendo de 40 a 50 sacos. Além disso, produziam as *miudezas* para a casa (mandioca, batata-doce, abóbora, entre outros) e verduras e legumes, na horta. Nestor era o único a possuir trator no assentamento, pois o havia recebido do patrão como parte do pagamento por anos de trabalho, além de algumas cabeças de gado e ovelha.

Com o passar dos anos, a produção foi diminuindo e requereu maior investimento em adubos, o que a encareceu. Segundo Carmen e Nestor, a terra estava *cansada*, dado que, por ser pouca⁵⁴, foi preciso plantar todos os anos no mesmo espaço, levando a seu enfraquecimento. Carmen afirma terem investido mal os recursos para a estruturação do lote. Em sua opinião, isso se deu em função do esposo ter administrado o lote seguindo a lógica de administração e produção da fazenda, lembrando que na fazenda ele trabalhava com muita terra e grande quantidade de gado. Na família de Carmen e Nestor, percebe-se que o deslocamento se deu na dimensão de área e sistema de produção, o que levou a família, tal como a demais, mas de outro modo, a re(elaborar) práticas e estabelecer nova forma de relacionamento com a terra.

⁵⁴ O lote da família é de 20 hectares, mas nessa área há uma extensão considerável de mato nativo, o que reduz significativamente a área agricultável.

Nos relatos analisados nos parágrafos anteriores, percebe-se um deslocamento de tempo e espaço. Quando as quatro famílias originárias do norte do Rio Grande do Sul relatam o fazer agricultura *de lá*, estão se referindo a acontecimentos vividos há pelo menos 15 anos. Eles acionam a memória, para narrar o tempo presente, o fazer agricultura *daqui*. Outro processo se refere à valoração do lugar de origem em relação ao novo lugar, tudo parece ter sido e manter-se melhor *lá*: a terra, as sementes, o clima, as pessoas, o fazer agricultura. Para Candau (2011), ancorado em Françoise Zonabend, a referência há um tempo imóvel, situado em uma determinada época, está na ideologia dos velhos bons tempos, nostalgia de um passado idealizado. Essas reflexões levam a refletir sobre a memória, importante elemento na constituição da identidade de colono assentado.

Pollak (1992), ancorado em Maurice Halbwachs, que propõe entender a memória como fenômeno coletivo e social, afirmando que a memória, individual ou coletiva, se constitui a partir dos acontecimentos vividos pessoalmente e pelos acontecimentos vividos “por tabela”⁵⁵. Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas e personagens, sendo essas as personagens realmente encontradas no decorrer da vida e as encontradas “por tabela”, pessoas que encontramos indiretamente e que podem se transformar em conhecidas e, ainda, personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa (POLLAK, 1992). E juntamente, com acontecimentos e personagens, temos os lugares da memória, propostos por Pierre Nora⁵⁶. Para o autor supracitado os lugares da memória estão ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal e também estar relacionada ao tempo cronológico. Nesse sentido,

Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e, por conseguinte, da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. (POLLAK, 1992, p.202).

Tendo presente o elemento conformador da memória, entende-se que os acontecimentos vividos e, por tabela, as pessoas, personagens e lugares são acionados pelas

⁵⁵ Acontecimentos vividos “por tabela” consistem em acontecimentos vividos pelo grupo ou coletividade à qual o indivíduo entende pertencer e que nos quais não necessariamente ele participou, mas, por terem relativa importância em seu imaginário, torna-se quase impossível que ele saiba se participou efetivamente ou não.

⁵⁶ Para Pierre Nora, os lugares da memória são material, simbólico e funcional, simultâneos e em diferentes graus: “é material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número ou uma maioria que deles não participou” (NORA, 1993, p.22).

famílias pesquisadas para contar suas trajetórias⁵⁷ e constituir uma identidade. Zanini (2007), ao discutir memória e identidade étnicas entre colonos descendentes de imigrantes italianos, afirma que, para se autodefinirem, eles necessitam evocar seus antepassados migrantes, narrar eventos. Na concepção da autora, a existência dessas pessoas, seus valores, estilo de vida e sentimentos atuais não se explicam sem rememorar certos eventos, pois as construções identitárias são, também, construções de memória (ZANINI, 2007). Trazendo essa reflexão para o contexto das famílias pesquisadas, pode-se observar que elas rememoram seu lugar de origem para constituir a identidade com o novo lugar.

De acordo com Candau (2011), não perdemos antigos hábitos por completo, pois a referência à origem é uma invariante cultural,

[...] começos inteiramente novos são inconcebíveis, observa Paul Connerton, pois o excesso de lealdade e hábitos muito antigos impedem a substituição completa de uma temporalidade antiga por uma nova origem. Certamente, o esquecimento pode ser decretado (novo calendário, lei de anistia), mas o decreto não se inscreve totalmente no corpo social. (CANDAU, 2011, p. 95)

Se pode, desse modo, intuir o quanto conhecimentos, práticas e hábitos do local de origem estão presentes na memória das famílias pesquisadas, pois são conhecimentos, práticas e hábitos constituintes de um modo de vida camponês, que perpassa gerações. Com referência ao processo de constituição da identidade, Pollak (1992) aponta que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade⁵⁸, tanto individual como coletiva. Assim “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (POLLAK, 1992, p. 205). Ou ainda, como destaca Barth (2000), a identidade é construída na interação com outros grupos, em processo de diferenciação. Assim, é possível sugerir que, tal como a partir do contato com o novo lugar, pessoas, objetos de trabalho, com o fazer agricultura *daqui*, enfim, a identidade do agricultor assentado se constitui em referência ao lugar de origem e a um modo de vida presente na memória. Isso porque, argumenta Pollak (1992), o sentido de identidade pode ser tomado pelo sentido da imagem de si, para si e para os outros.

⁵⁷ Para Candau (2011, p. 98), “o ponto de origem não é suficiente para que a memória possa organizar as representações identitárias. É preciso ainda um eixo temporal, uma trajetória marcada por essas referências, que são os acontecimentos”.

⁵⁸ Para Pollak (1992), existem três elementos essenciais na constituição da identidade: “há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados” (POLLAK, 1992, p. 206).

5.3 A lavoura *daqui*: um olhar sobre a produção atual

Tendo presente elementos do fazer agricultura *de lá* e *daqui*, que conformaram o fazer agricultura atual das famílias, atentamos para saberes e práticas da lavoura das famílias estudadas. Refletir sobre o presente da lavoura das famílias requer olhar para técnicas de produção, objetos de trabalho e simbologias da lavoura camponesa.

Atualmente, entre as famílias pesquisadas, destaca-se a produção de leite, prática que era já desenvolvida no local de origem, tanto para consumo como para comercialização. Os pais e o irmão de Valdemir, os pais de Alessandra e os pais de Amarildo trabalhavam antes com a produção e comercialização de leite e decidiram mantê-la no novo lugar. No entanto, como não havia luz elétrica, durante os primeiros oito anos no assentamento eles comercializaram queijo, em Canguçu e Cristal. Valdemir relata que, após alguns anos da chegada das famílias, um resfriador foi instalado na sede do assentamento, único local com luz elétrica, e as famílias levavam os tarros de leite até lá. Atualmente, as cinco famílias assentadas interlocutoras desta pesquisa produzem leite para consumo e comercialização, sendo que a maior produtividade é alcançada entre os meses de agosto e janeiro, período que abarca do nascimento do terneiro ao desmame e, ainda, em que ocorrem as melhores pastagens, tanto pasto nativo como pastagens cultivadas. Três das famílias estudadas não comercializam leite durante alguns meses do ano, no inverno, pois então a quantidade de pastagens se reduz, bem como a produtividade do rebanho leiteiro. Nesse período, a produção de leite obtida atende somente ao consumo da família.

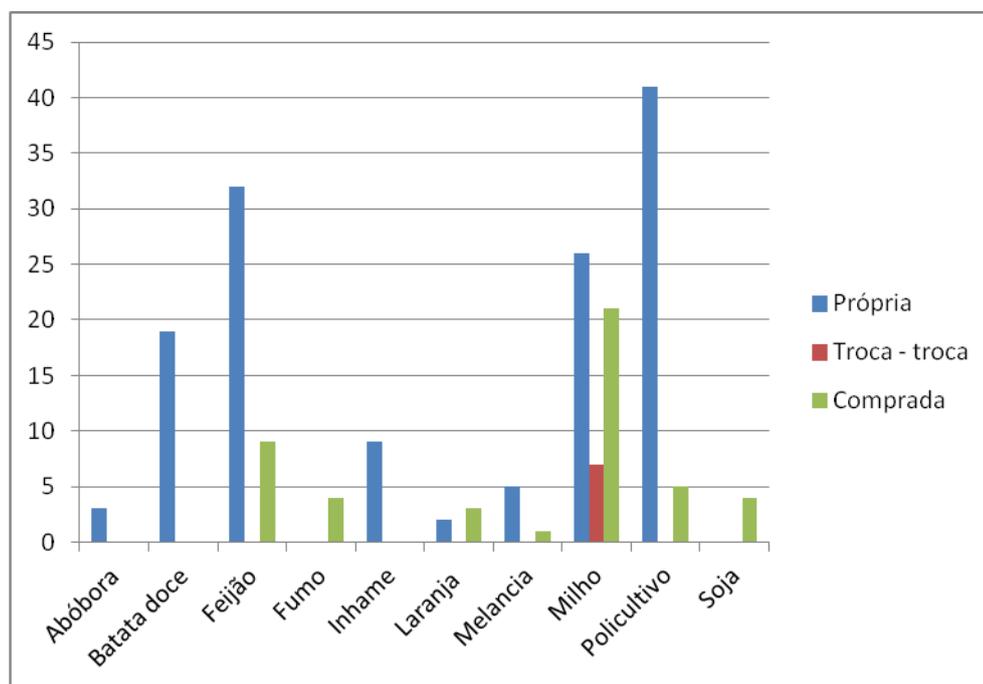
No que se refere, em geral, à produção de alimentos, há uma diversidade de produtos para o autoconsumo e comercialização. As cinco famílias estudadas mantêm hortas, com variada produção de legumes e hortaliças, com destaque para alface, alho, beterraba, cenoura, cebola, couve e repolho. No espaço da lavoura, são produzidos milho e feijão – parcialmente destinados à comercialização –, sendo destinada uma pequena parcela da área para o cultivo – destinado ao autoconsumo – de abóbora, amendoim, mandioca, batata, batata doce e melancia.

No que se refere à comercialização, as famílias enfrentam problemas, tais como a distância entre o assentamento e a sede do município de Canguçu, situada a 70 quilômetros, o que faz com que negociem seus produtos com comerciantes do entorno do assentamento, que nem sempre pagam pelos produtos os valores esperados. Para algumas famílias, a Cooperativa Terra Nova, criada recentemente por agricultores assentados, é vista como alternativa, sendo

que quatro das cinco famílias vendem seu leite para essa cooperativa, que, ainda, adquiriu uma máquina para empacotar feijão e colocou em funcionamento um antigo moinho colonial, com o propósito de comprar milho das famílias assentadas. A expectativa das famílias é que a cooperativa pague aos agricultores valores superiores aos ofertados pelos comerciantes do entorno.

Entre as 64 famílias do assentamento União, um elemento importante é a manutenção das sementes próprias. Segundo dados da EMATER referentes ao ano de 2013, a maior parte das sementes não são compradas, mas reproduzidas pelas famílias, ao longo dos anos. Essa prática é constitutiva da lavoura camponesa, pois associada a uma maior autonomia⁵⁹. Dentre as sementes compradas, estão soja e fumo, parte das sementes de milho e feijão e parte de sementes de hortaliças e frutas. A aquisição de sementes através do programa troca-troca⁶⁰ consta somente para a semente de milho. (Figura 32).

Figura 32: Formas de obtenção de sementes entre as famílias do assentamento União. Fonte: Autora, adaptado a partir de dados da EMATER, 2013



⁵⁹ Segundo Menasche (2003), em estudo realizado no Rio Grande do Sul sobre representações de consumidores e agricultores a respeito de alimentos e cultivos geneticamente modificados, a produção própria de sementes “não é recente, ou peculiar à soja e, tampouco, a agricultores gaúchos ou brasileiros. A seleção dos melhores grãos para o plantio da safra seguinte, bem como a circulação dessas sementes através de redes de sociabilidade, constitui-se em método de melhoramento de plantas praticado há milhares de anos” (MENASCHE, 2003, p.138).

⁶⁰ A expressão troca-troca refere-se a programa governamental de troca de sementes, no qual o agricultor recebe sementes para, após a safra, devolver um valor em dinheiro, de acordo com a equivalência estipulada para os diferentes tipos de sementes (crioula, variada, híbrida ou transgênica). O programa é executado por instituições como sindicato, prefeitura e cooperativa.

Ainda no que se refere às sementes, percebe-se, entre alguns agricultores, certa desconfiança com relação a sementes transgênicas, relacionada à possível perda de sementes antigas. Tais agricultores alegam que, se aderissem às sementes transgênicas, teriam que, ano após ano, adquiri-las novamente, pois essas sementes não podem ser reproduzidas. Entende-se que a preocupação relacionada à perda das sementes antigas associa-se não apenas ao custo financeiro com que teriam que arcar ao comprar as sementes transgênicas, mas também a possíveis transformações no modo de produzir e, ainda, à perda de autonomia do agricultor⁶¹. Além disso, cultivar sementes transgênicas implica no emprego de uma grande quantidade de *venenos*, para eliminar o *inço*.

Aquilo lá, aquela soja nossa lá, não é essa soja transgênica daqui. Hoje tu planta milho e passa Roundup em cima, não sei se tu já ouviu falar essa conversa? [...] é, morre o inço e o milho não morre. O soja, a mesma coisa: passa o veneno, mata o inço e não mata o soja. [...] se tu fosse passar um veneno, tu dessecava tudo ai, né. Lá era o soja legítimo, o nosso soja antigo. (Rosino)⁶²

Pode-se sugerir que a preocupação de Rosino e outros agricultores não se encontra no consumo de alimentos derivados dessas sementes. A inquietação está relacionada com a manutenção das sementes antigas, com o dispêndio de recursos em sementes e agroquímicos, bem como com a perda de sua autonomia. Em estudo sobre representações de consumidores e agricultores gaúchos a respeito de alimentos e cultivos geneticamente modificados, Menasche (2003) destaca que, entre os agricultores por ela pesquisados⁶³, “o temor que mais expressivamente se manifestaria entre os informantes seria o referente à ameaça representada pela possibilidade de sua perda de controle sobre as sementes de soja” (MENASCHE, 2003, p. 137). Segundo a autora, nos depoimentos recolhidos, a preocupação com a qualidade dos alimentos produzidos era quase totalmente nula, pois quando o assunto era transgenia, os

⁶¹ Em estudos sobre o campesinato brasileiro, autores como K. Woortmann (1990a) – ao discutir o campesinato como ordem moral –, Godoi (1999) – em estudo sobre a terra e tradições sucessórias no sertão do Piauí – e Heredia (1979) – ao analisar o trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste –, apontam elementos constituintes da autonomia camponesa. Para K. Woortmann (1990a), a terra, enquanto patrimônio familiar, a organização do trabalho pelo grupo doméstico, a feira como espaço de venda e de compra são elementos constituintes da autonomia. Godoi (1999) destaca a casa e o roçado, conformadores e reguladores do grupo doméstico, como espaços que asseguram a autonomia. A casa e o roçado são também apontados como constituintes da autonomia por Heredia (1979), juntamente com o roçadinho, os animais domésticos e a comercialização e compra na feira. Assim, a partir dos elementos destacados pelos autores citados, ao mencionar a autonomia das famílias estudadas, referimo-nos à terra conquistada, ao trabalho realizado pelo grupo doméstico, à produção na lavoura e na horta, que garante o autoconsumo e o excedente para a comercialização e, ainda, à criação de animais (gado, porcos, ovelhas, galinhas).

⁶² Na fala de seu Rosino, pode-se perceber a valoração do lugar de origem em relação ao novo lugar, em que a melhor semente de soja (a antiga) é *de lá*. Para ele, parece não ter havido mudanças na produção de soja desde que deixaram o município de Três Palmeiras, há 15 anos. Como discutido anteriormente, esse processo está relacionado a um *tempo da memória*, que para Candau (2011) é um tempo que parece ser imóvel, é a ideologia dos velhos e bons tempos, a nostalgia de um passado idealizado.

⁶³ Os dados analisados neste estudo foram obtidos através de pesquisa etnográfica desenvolvida junto a agricultores das regiões norte e centro sul do Rio Grande do Sul.

agricultores falavam de lavoura (soja), não de alimentos, o que não deve causar surpresa, tendo em vista que, como apontado pela autora, a produção de soja é destinada à comercialização: não é comida.

Retomando as famílias escutadas para esta pesquisa, no que se refere à lavoura, cabe buscar evidenciar as simbologias que envolvem o fazer agricultura.

Ao discutir as consequências da modernidade, Giddens (1991) indica que a invenção e difusão do relógio mecânico foram chaves na separação entre tempo e espaço. O relógio representou a uniformização na organização social do tempo. Contudo, entre as famílias escutadas, percebe-se a lógica de quem *faz seu horário*, ancorados em um *tempo da natureza*. A lógica de seu tempo não é a do relógio ou do calendário oficial, mas sim do sol e da lua. É a partir da lua que seus calendários são pensados e operados, como se pode observar nas falas de seu Rosino e de Jair:

Olha, 99% do povo escolhe a lua. [...] Para plantar e para colher. [...] A melhor lua que tem, se for o milho, [é] a lua minguante, que não caruncha a cana e não dá quase caruncho na espiga, no grão. O fungo que vocês chamam aqui. E já para o comércio, que seria o feijão, nós plantamos é na nova. (Rosino)

Mas o bom mesmo, se é para fazer semente pra vender, pra ter um... é na nova, o feijão. O milho, nem pensar, o milho nem no último dia. Se tu botou... daí eles: “ah, deu uma broca, a terra está podre, tem inseto lá porque eu plantei o milho, a broca pegou”. Hã-hã, tu não cuidou a lua que tu plantou. Se tu plantar um pé de milho na lua nova, não importa se é o primeiro dia ou é o último dia, que a broca vai pegar ele. Vai comer a caninha, vai comer a palha, a palha vai ficar feia, aquela folha dele vai ficar toda mordida, ressecada. [...] O milho, daí o certo dele é plantar na minguante. Tu pegou a minguante, ele não vai crescer demais, ele vai produzir igual, tu vai poder guardar a semente dele, vai demorar mais para carunchar, não vai ter problema. (Jair)

Já na horta, não se deve plantar na lua nova, porque floresce muito rápido, como ensina seu Rosino: “[...] prefiro perder as luas, perder os dias de plantar e não plantar. Que é uma coisa que floresce muito rápido” (Rosino). O agricultor lembra, também, que há lua específica para o plantio das plantas *de cima da terra* e das *de baixo da terra*:

A minguante, principalmente a minguante, você pode semear a mandioca, batata-doce. A cheia também, isso são tudo frutas que dão embaixo da terra, né. Essa então, mais minguante e cheia. [...] porque a minguante, tu planta e ela dá, ela vem mais por cima da terra, ela não dá aprofundada, entendeu? Ela vem mais espalhada, em cima do chão, né. [...] na minguante e a cheia, ela já dá uma mandioca e uma batata-doce mais aprofundada, mais curta e grossa. (Rosino).

Os trechos de depoimentos acima reproduzidos foram de conversas com seu Rosino e com Jair, mas explicações semelhantes foram escutadas também nas outras famílias, quando os acompanhava na lavoura ou na horta. Não foram raras as vezes em que as respostas a meus “porquês” giraram em torno da lua. E. Woortmann e K. Woortmann (1997), ao discorrerem

sobre a importância da lua para agricultores sergipanos, mostram que entre os camponeses a lua merece respeito, assim como o processo de trabalho agrícola deve respeitar a lua. Pela fala de seu Rosino, percebe-se que o *seguir a lua* extrapola o espaço da lavoura, orientando toda a organização da família. Ele conta ter escolhido a lua inclusive para fazer a mudança do município de Três Palmeiras para o assentamento, em Canguçu: “vim com a mudança, já escolhi até a lua cheia, né, já saí de lá, cheguei aqui no dia da lua cheia, com o caminhão. Porque eu escolho muito a lua” (Rosino).

Assim como se deve plantar na lua certa, também há algumas restrições a serem seguidas de modo a ter uma boa lavoura. Uma delas é a que impede às mulheres de participar do plantio no período em que estão menstruadas, restrição respeitada pela família de Valaci, que relatou, em certa ocasião, fazer dias que não entrava na horta por essa razão. Perguntei o que aconteceria caso ela fosse trabalhar na horta durante esses dias e, como resposta, escutei que as plantas secariam, *queimaria* como se passasse fogo nos canteiros: “por onde a mulher passa, deixa um rastro de queimado” (Valaci). A agricultora lembra que o esposo sempre a orientou a não trabalhar na horta e na lavoura durante seu período menstrual, mas que ela não acreditava que isso tivesse alguma influência no plantio, até que um dia foi à lavoura e, por onde passou, todo o feijão *queimou*. Desde então, ela não circula mais por esses espaços em quando menstruada. E. Woortmann e K. Woortmann (1997) relatam fato semelhante entre os sítiantes sergipanos que estudaram, que consideram que mulher menstruada na lavoura é desordem, *empata* a plantação.

Assim, percebe-se que a terra, os objetos de trabalho, a semente de qualidade, o trabalho em família, assim como seguir o calendário lunar, plantar a semente no dia de determinado santo e, mesmo no caso específico de uma família, ter o cuidado para a mulher não trabalhar menstruada, são elementos importantes que conformam a lavoura atual das famílias estudadas. Compreende-se a lavoura atual como o resultado de uma (re)organização de saberes e práticas, a partir do fazer agricultura *de lá e daqui*, processo esse importante na (re)construção da identidade das famílias assentadas, tal como comenta Rodrigues (2001), ao analisar as formas de uso da terra entre famílias assentadas na Amazônia:

Esse processo envolve os saberes e conhecimentos herdados ao mesmo tempo em que ganham singularidades, que são enriquecidas com saberes dos sujeitos envolvidos neste processo. Neste sentido, o modo de vida de cada localidade contribui para a formação, (re)construção da identidade sociocultural desses sujeitos. (RODRIGUES, 2001, p. 03).

No mesmo sentido é construída a análise presente no estudo de V. Martins (2009), sobre as percepções de famílias assentadas em relação a sua morada. Para a autora, o

“agricultor não dispõe de um longo processo de interação com a natureza, tendo em vista que constrói seu lugar em uma terra desconhecida, um espaço ausente de significações e laços afetivos” (MARTINS, V., 2009, p.115). Contudo, esse processo de constituição do lugar da morada, planejamento e materialização será conformado pelos saberes e práticas camponesas ressignificados a partir do novo lugar de viver e pela troca de saberes com os demais assentados. Nessa perspectiva, Farias (2008) afirma que, no contexto do assentamento, conformam-se redes de relações entre as famílias, que procuram definir/redefinir estratégias de manutenção na terra. E, assim, os “sujeitos lançam mão de gestos e papéis internalizados desde a infância, sendo que existem momentos de superação e de conservação dos costumes e valores que estão arraigados na experiência pessoal” (FARIAS, 2008, p. 159).

No decorrer do capítulo, analisamos as permanências e rupturas do fazer agricultura das famílias pesquisadas, buscando ter presente os deslocamentos, no espaço e no tempo. Assim, as famílias acionaram na memória o tempo do fazer agricultura *de lá* para rearranjar no presente o calendário agrícola e o fazer agricultura praticado atualmente no assentamento. Pode-se dizer que, hoje, essas famílias lançam mão de um calendário agrícola híbrido, constituído a partir do fazer agricultura *de lá* e *daqui*, com práticas e simbologias que conformam a lavoura camponesa.

6 TRANSFORMAÇÕES NA LAVOURA E À MESA

Figura 33: Imagens Pesquisa de campo



Fonte: autor, 2013

Nota: O consumir: a cozinha, o preparo da comida, a comida, derivados da *criação*, a despensa de Carmen, as compras no supermercado.

Nas mais diferentes sociedades, os alimentos são não apenas comidos, mas também pensados; quer dizer, a comida possui um significado simbólico – ela expressa algo mais que os nutrientes que a compõem. A família, não se reproduz apenas biologicamente, nem reproduz apenas sua força de trabalho. Ela se reproduz também simbolicamente, e uma das dimensões dessa reprodução pode ser apreendida pelo modo de comer. (WOORTMANN, E., 2013, p. 6)

No capítulo anterior, lançamos o olhar para a lavoura das famílias estudadas, no lugar de origem e no assentamento, de forma a compreender permanências e rupturas no fazer agricultura. Tendo presentes as transformações nos modos de produzir e no que é produzido, entende-se que ocorrem mudanças à mesa. Assim, este capítulo busca compreender transformações nos hábitos alimentares das famílias estudadas, tendo a comida como fio condutor, pois, como afirmam Amon e Menasche (2004), “a comida e as práticas da alimentação podem se constituir como narrativa da memória social de uma comunidade” (AMON; MENASCHE, 2008, p. 13).

Ao propor compreender transformações à mesa das famílias estudadas, apontamos a comida como possibilidade de leitura das relações sociais⁶⁴. Para Lévi-Strauss (1979, p. 169), a comida configura-se como uma linguagem, a cozinha constituindo-se como forma de atividade humana universal: “tal como não existe sociedade sem linguagem, tão pouco existe nenhuma que, duma maneira ou doutra, não cozinhe pelo menos alguns de seus alimentos”. Para E. Woortmann (2013), comida e ingredientes necessários para seu preparo constituem uma linguagem, são organizados e “falam”. Ainda, a comida apresenta significações que extrapolam as necessidades nutricionais, afinal, como afirma Da Matta (1987), não apenas de pão vive o homem. De acordo com Maciel (2001, p. 145), alimentar-se é um ato vital e “ao se alimentar, o homem cria práticas e atribui significados àquilo que está incorporado a si mesmo, o que vai além da utilização dos alimentos pelo organismo”. Como propõe Fischler (1995), o homem é um onívoro que se alimenta de carne, de vegetais e de imaginário. Ao pensar que o homem se alimenta também de imaginário, vêm à tona os significados simbólicos e os valores que informam as escolhas alimentares de cada sociedade.

Garine (1987) afirma que o homem se alimenta de acordo com a sociedade a que pertence, isto é, de acordo com sua cultura, seus costumes. Nesse sentido, é possível afirmar

⁶⁴ A comida constitui-se no alimento transformado, preparado de acordo com as classificações de cada cultura. E. Woortmann (2013), ao distinguir comida de alimento, afirma que ambas as noções são socialmente construídas e devem ser compreendidas em seu contexto. Assim “no plano do espaço, o alimento passa da roça, da dispensa ou do supermercado, para a casa onde será processada na cozinha para depois, na forma de comida, ser consumida pela família. Portanto, para que o alimento se torne comida, ele deve, via de regra, sofrer um processo de transformação qualitativo, realizando a passagem do plano da natureza para o da cultura, mediado pela via da culinária” (WOORTMANN, E., 2013, p. 14).

que a “cultura define as opções sobre o que é comestível e as proibições alimentares que eventualmente o distinguem de outros grupos humanos” (GARINE, 1987, p. 4). Para (MINTZ, 2001, p. 31) “o comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social”. Segundo o autor o comportamento referente à comida revela a cultura a qual cada indivíduo pertence,

Devemos comer todos os dias, durante toda nossa vida; crescemos em lugares específicos, cercados também de pessoas com hábitos e crenças particulares. Portanto, o que aprendemos sobre comida está inserido em um corpo substantivo de materiais culturais historicamente derivados. A comida e o comer assumem, assim, uma posição central no aprendizado social por sua natureza vital e essencial, embora rotineira. (MINTZ, 2001, p. 31-32)

Partindo do que aqui foi exposto, propomos pensar a comida do lugar de origem e a comida de hoje para compreender transformações, implicações e significações nos hábitos alimentares das famílias envolvidas na pesquisa.

6.1 Lavoura e comida *de lá*

No capítulo anterior, analisamos o fazer agricultura praticado pelas famílias em seu lugar de origem, para agora lançar o olhar para a mesa, a comida e as práticas alimentares *de lá*. Ao contar sobre a lavoura, a produção e a comida, as famílias enfatizam a autossuficiência daquela época, como expresso nas falas de Jair e Maria:

Daí prevenia a boia, porque daí era mais fácil porque daí tu tinha tudo. Então tu tinha a batata, tu tinha o aipim, daí lá tinha o arroz, que tu não precisava se preocupar, tu tinha o milho, tu fazia aquelas canjicas, aquelas de socar no pilão, não sei se a senhora conhece. Botava um pouco de cinza ali, peneirava com uma cinzinha em cima e fazia aquilo ali. Daí tinha galinha, tinha porco, tinha ovos, tu tinha tudo. Então não tinha ruim. [...] A farinha de trigo, nós não comprávamos, não fazia fora, porque a gente fazia crioula. Colhia o trigo e daí ia na cooperativa, a cooperativa que fazia o processamento da troca, daí tu pegava em farinha. (Jair)

Com umas duas bolsas de feijão tu já comprava um eito. Porque parece que a comida era menos cara. Por exemplo, também, o arroz [a gente] não comprava, porque nós plantávamos também. Tinha o moinho que descascava, o pai levava meio saco de arroz por mês, descascava. [...] Só comprava açúcar. Melado, também, nós fazíamos. [...] Mas nós tirávamos tudo: o arroz, farinha de milho, farinha de trigo... Só comprava, a bem dizer, erva, café, essas coisas. Galinha, porco, tinha tudo. (Maria)

Como mencionam Jair e Maria, a produção visava *prevenir*, garantir a comida para o autoconsumo das famílias. Percebe-se uma diversificação na produção: arroz, feijão, milho (farinha de milho e canjica), trigo (farinha de trigo), mandioca, batata-doce, ovos, cana-de-açúcar (melado), porco e galinha. Na venda, compravam somente erva-mate, café e, possivelmente, produtos de higiene. Maria enfatiza que com a comercialização do feijão

garantiam os produtos de que não dispunham na propriedade. Ela acredita que era possível adquirir o que necessitavam a partir da comercialização de uma pequena parcela da produção porque a comida era mais barata do que nos dias atuais e não existia a variedade de produtos que se tem hoje no supermercado.

A criação de porcos e galinhas era importante na alimentação das famílias. Da criação de galinhas, conseguiam ovos e carne, e da de porcos, além de carne, obtinham banha, torresmo, toucinho defumado, linguiça, morcilha, patê e salame. Pela falta de acesso à luz elétrica e, conseqüentemente, impossibilidade de refrigerar os alimentos, a carne de galinha era consumida entre um e dois dias, enquanto que a carne de porco era frita e conservada em latas, na banha.

A gente matava um porco, a gente não tinha onde guardar a banha, sabe o que a gente fazia? Fritava toda a carne na banha e guardava nas vasilhas, nas latas a carne e a banha junto, daí ia tirando conforme ia comendo. [...] Com a família do pai era isso: eles carneavam porco para garantir a banha para direto, ninguém comprava azeite ou banha ou essas coisas, ninguém comprava, era tudo criado lá. Canjica, arroz socado no pilão, o arroz, tudo fazia lá. [...] E outra coisa, a gente fazia o salame, salame mesmo. E o torresmo prensado. Às vezes prensava, se não tinha prensa, não prensava. Comia assim o torresmo com vinagre. O torresmo recém-tirado do porco, comia com vinagre. (Eva)

A criação de porco garante uma diversidade de produtos na alimentação diária da família. Em estudo realizado na região gaúcha do Vale do Taquari, referente à história da suinocultura e dos hábitos alimentares, Terhorst e Schmitz (2007) afirmam que, no contexto estudado, a criação de porcos visava o abastecimento de carne e banha para a família. Segundo os autores, a banha era um importante alimento na dieta dos agricultores e também era utilizada na conservação de alimentos perecíveis, como a carne, pois não havia como conservá-los por resfriamento. Outras formas de conservação de carnes utilizadas eram a produção de embutidos e defumação. Percebe-se que essas eram práticas correntes entre os agricultores familiares nas diversas regiões do Rio Grande do Sul.

No contexto da lavoura, a soja, juntamente com o trigo e o milho, eram os principais produtos para comercialização. Com a venda desses grãos, as famílias compravam os alimentos que não produziam. E era a produção de soja que *matavam* para comprar produtos na venda. Raul explica que *matar a soja* significava negociar o grão, ainda na lavoura, com o comerciante, dono da venda. Então compravam os mantimentos, anotavam no caderno e quando colhiam a soja entregavam ao comerciante. O trigo era produzido e, após a colheita, levado até o moinho mais próximo para moer: entregavam o grão e recebiam a farinha. Como

relatam Rosino e Maria, o mesmo processo ocorria com o milho, parte da produção sendo destinada ao moinho, para transformar em farinha:

A farinha de trigo, farinha de milho nós não comprávamos, lá era tudo crioulo, né, vamos supor que os moinhos que moíam. [...] De trigo e de milho, quer dizer que não tinha o moinho ali, mas a gente levava o trigo na cooperativa, a cooperativa pegava o trigo, levava para fora e fazia a troca. (Rosino)

E trazia em farinha. Já deixava o trigo lá depositado, tirava a farinha que consumia por mês. Todos os meses ele tirava a farinha. [...] Às vezes, vinha outra safra de trigo e ainda tinha farinha na cooperativa. Conforme o trigo dava bem. (Maria)

A cana-de-açúcar era outro cultivo importante, pois os derivados – como melado, açúcar, rapadura e cachaça – estavam presentes à mesa das famílias. O processo do fabrico do melado e do açúcar (Figura 34)⁶⁵ inicia com o corte manual da cana, realizado com um facão. Logo a cana é moída em uma máquina para extrair o caldo, e seu bagaço, ou seja, o resíduo da cana após a extração do caldo, é destinado à alimentação do gado. O caldo da cana é colocado no tacho e levado ao fogo, que geralmente é preparado no chão, na rua ou no galpão. Com uma pá de madeira, se vai mexendo o caldo e retirando a espuma que se forma, até atingir o ponto do melado, como explica Rosino:

Quando ele fica grosso, fica grosso o melado, depois que passa do melado tem que ficar toda hora só mexendo, não pode parar de mexer. [...] Daí tu faz o teste, eu fazia o teste assim na água, tu faz o teste tu levanta ele na pá assim que faça um fiozinho, tu bate com a mão assim, sabe? Daí ele estrala, daí tu tira do fogo e continua mexendo até o [ponto] açúcar. [...] Ele vira uma bola e ele começa a se soltar, vai se soltando e fica bem soltinho. (Rosino)

Figura 34: Processo de fabrico melado: máquina de moagem da cana, o bagaço de cana para alimentar os animais, tacho com o caldo fervendo e o melado, açúcar e cachaça produzidos pela família de Ervino. Fonte: Autora, 2013



⁶⁵ As fotos do processo de fabrico do melado são da família de seu Ervino, no município de Três Palmeiras. Cabe destacar que não constam as fotos de todas as etapas do processo porque quando cheguei à sua casa o preparo do melado já estava em curso.



Na venda, o açúcar de cana podia ser trocado por açúcar branco e outras mercadorias – a troca se dava de alimento por alimento, não envolvia dinheiro. Seu Rosino conta que, em uma safra, chegou a trocar, no comércio da cidade, 600 quilos de açúcar de cana por açúcar branco. Mas o agricultor ressalta que “*eles não devolviam dinheiro, eles te devolviam mercadoria*” (Rosino). A partir dos relatos das famílias, percebe-se que o açúcar de cana estava presente na alimentação diária e, também, configurava-se em moeda de troca. Assim, através deste produto adquiriam o açúcar branco e outros alimentos de que necessitavam.

A rapadura é outro derivado da cana apreciado pelas famílias estudadas. O doce era preparado para o ano inteiro. O modo mais comum de preparo consiste em ferver o caldo de cana-de-açúcar até dar o ponto de rapadura. Segundo seu Rosino, para chegar ao ponto de rapadura, “ele [caldo de cana] não pode chegar ao ponto do açúcar e nem passar do [ponto] de melado”. O agricultor conta que sua mãe acrescentava amendoim ou soja torrada ao caldo:

O pai e a finada mãe ficavam a semana inteira torrando no forminho do fogão, o soja. Torrava e depois eles pegavam e esmagavam bem com a mão assim sabe, daí tiravam toda a casca. [...] Depois quando chegava no ponto, um pouquinho antes do ponto de tirar, tu botava, para deixar ferver um pouco, o soja. (Rosino)

Mas, para fazer uma boa rapadura, tem que saber o ponto, assim como no preparo de qualquer comida: “tem que ter um ponto, a mesma coisa [quando] tu vai fazer uma polenta, tem um ponto, tu vai fritar um ovo, tem um ponto, tem tudo o seu lugar” (Rosino). Assim como é importante saber o ponto, é necessário dispor dos utensílios adequados: tacho, pá para mexer o caldo e as tábuas de madeira quadradas, para colocar a rapadura.

Ao acompanhar o fabrico do melado na família de seu Ervino, no município de Três Palmeiras, percebi que o processo é praticamente o mesmo que aquele relatado por Rosino. Seu Ervino conta que, para cortar a cana, troca dia de serviço com o vizinho. Da cana-de-açúcar, seu Ervino produz melado, açúcar e cachaça, tanto para o consumo da família como

para comercialização. O processo de fabrico da cachaça consiste no corte manual da cana, moagem da cana para extrair o caldo da cana. O caldo segue por uma tubulação para um recipiente em que é aquecido, com o fogo de chão. No recipiente aquecido ocorre a fermentação e a destilação, daí o líquido é transferido por canos de cobre para bombonas, onde a cachaça fica armazenada⁶⁶ (figura 35). Segundo o agricultor, a cachaça pode ser consumida já no primeiro dia de preparo.

Figura 35: O alambique da família Friedrich. Fonte: Autora, 2013



6.1.1 Comida: de mãe, de trabalho, de festa

Ao falar da comida do passado, percebe-se que homens e mulheres acionam inúmeros elementos, como a comida da mãe, a comida de mutirão, a comida dos encontros entre vizinhos e a comida associada à identidade étnica. Quando perguntado a Maria se ela se lembrava de alguma comida que era apreciada por sua família e que hoje não se prepara mais, a agricultora contou que sua família é descendente de italianos e que nas refeições não podia faltar polenta, *brodo*⁶⁷, *agnolini*⁶⁸, salame, salada e vinho:

⁶⁶ Segundo seu Ervino, antigamente o alambique era de madeira e tocado a boi, o animal andava na volta, moendo a cana, levava meio dia para moer cana para uma tachada de garapa (caldo).

⁶⁷ *Brodo* significa caldo, em italiano. Entre os descendentes de imigrantes italianos, o brodo é preparado com carne de galinha ou de gado, algumas famílias costumam acrescentar legumes.

[comer] Polenta, e a mãe gostava muito de sopa. Carneava essas galinhas caipiras, era sopa. [...] É, brodo. E tem outro, o agnolini. Eu não sei te dizer em brasileiro o que é. É um que faz com recheio... Todos os domingos, quase, a mãe fazia. (Maria)

A agricultora diz saber preparar o *brodo* e o *agnolini*, mas como não carneia com frequência galinhas, base dos dois pratos, sequer lembra a última vez em que preparou os pratos. Ela afirma: “uma hora dessas eu quero começar a fazer de novo. Me lembrar das comidas do passado. A minha cunhada que gosta, tem saudade das comidas da mãe”. Percebe-se que, mesmo sabendo preparar os pratos, a agricultora os menciona como *comidas do passado*, relacionando-os ao período em que morava com seus pais, com a comida da mãe. E propõe prepará-los com a finalidade de relembrar, não de retomar ou inseri-los na alimentação da família. O salame e a polenta estavam presentes na alimentação diária da família, assim como saladas e vinho. A salada configurava-se como um prato importante na alimentação de sua família, sendo repolho e alface as verduras mais consumidas. O vinho era produzido pela família e estava presente no almoço e na janta. Após rememorar tantas comidas, Maria afirma que “depois deixamos tudo, só comprado”, referindo-se ao período do casamento, quando ela e seu esposo trabalhavam em terras alheias e deixaram de produzir parte dos produtos que eram base da alimentação de sua família. Esse mesmo processo está presente nos relatos de outras famílias: a migração após o casamento, para trabalhar de empregado em outras terras e/ou para o acampamento e depois para o assentamento, impossibilitou manter os hábitos alimentares da casa de seus pais.

A comida preparada nos dias de trabalho em mutirão é lembrada como a de um dia de fartura. Preparada pela dona da casa onde estava sendo realizado o mutirão, a base do prato era feijão, arroz e carne. Valaci conta que a família que recebia os vizinhos para trabalhar em sua propriedade carneava, com antecedência, galinha ou porco, pois não podia faltar carne neste dia:

Era feijão, arroz, o mesmo de sempre. Aí matava galinha ou carneava um porco, alguma coisa assim. Por exemplo, quando nós fazíamos mutirão e precisava de uma coisa que não tinha, um vizinho emprestava. (Valaci)

Em estudo sobre as dimensões culturais associadas à segurança alimentar em assentamentos do Rio Grande do Sul, Krone (2011) afirma que, no dia em que recebem vizinhos para trabalhar em seu lote, a dona de casa não cozinha sem carne. O autor ilustra esse processo com relato da visita a uma agricultora que mencionou ter recebido sua vizinha para auxiliar na lavoura e, então, preparou uma refeição especial. Ela optou por uma receita que

⁶⁸ O *agnolini* é uma massa recheada com carne de galinha ou de gado. As famílias a consomem, geralmente, na sopa.

aprendeu com uma nutricionista, denominada pastelão, à base de legumes. Mas como naquele dia sua vizinha iria almoçar na sua casa, preparou o pastelão com carne moída. Segundo o autor, com a presença da vizinha para o almoço, a refeição se tornou pública e, assim, a carne se torna indispensável para afirmar a honra e o prestígio da família (KRONE, 2011).

Para algumas famílias, a memória referente ao lugar de origem, à comida *de lá*, remete a tempos de fartura e, para outras, a períodos difíceis, de restrições alimentares, o que está presente de forma mais acentuada na fala do casal Raul e Valaci. Para a agricultora, o período de escassez foi marcado por não ter uma boa comida: “a gente só comia pãozinho de farinha de trigo em final de ano, final de semana quando tinha visita”. O pão de farinha de trigo era apreciado e valorizado pelas famílias, e quem não tinha condições de comer pão de trigo diariamente, considerava sua alimentação precária. Se, para a maioria das famílias, os derivados da cana-de-açúcar são valorizados, para Valaci o uso de melado remete a período de escassez: “e adoçar o café da gente com melado, coisa triste!” e enfatiza afirmando “nós fomos criados assim. Açúcar, minha filha, era dois quilos por mês”. Sua filha, que nasceu no assentamento, ao ouvir a fala negativa da mãe sobre o melado, comentou *amar melado*. Percebe-se que a aversão ao melado se restringe a uma geração, provavelmente por estar relacionada ao consumo diário em um período de poucas opções de comida. Para a filha, que valora o melado, esta é uma das opções para *melar o pão*, e não para adoçar o café. Se, para a sua mãe, o melado era apenas o que havia para comer, para a filha, esse é um produto escasso e valorizado, já que no assentamento são poucas as famílias que conseguem produzir cana-de-açúcar e preparar o doce.

Na falta da farinha de trigo e de milho para preparar o pão para o café da manhã, este era substituído por mandioca e abóbora. A salada para o almoço restringia-se ao almeirão, e a carne era de caça, como contam Valaci e Raul:

Valaci: É, se tivesse [café] era desses pós brabos que a gente toma hoje, que a gente nem gosta mais. E daí o pai assava até mandioca e fazia essas abóboras para a gente comer. O pai catava aquelas, não é serralha, como é que se chama? Aquela coisa que...

Raul: Almeirão.

Valaci: Almeirão do mato. A nossa salada era aquilo. Quando a gente tinha para comer. [...]

Valaci: E fria caindo na banha, Deus te livre! O pai caçava aqueles quatis para gente comer de carne. Daí o pai, a gente aproveitava a carne e a banha. (Valaci e Raul)

Para o almoço e janta, a base da alimentação era feijão, arroz e mandioca. Quando o arroz era pouco, cozinhavam-no no feijão. Valaci não gostava do modo como a mãe preparava o arroz com feijão: “chegava a me dar um arrepio quando via a mãe botar a panela

de feijão lá e largar aquele arroz dentro e mexer” (Valaci). Na sua concepção, arroz e feijão devem ser cozidos separadamente e somente misturar-se no prato. Além disso, sugere-se que o *arrepio* está relacionado ao fato de o arroz cozido no feijão ser a única opção para todas as refeições, tanto para o almoço como para o jantar. O cozimento do arroz no feijão é denominado por Valaci e Raul como *Pintacuiá* e *Carijó*. Para Raul, quando bem preparada, a mistura era saborosa: “quanto mais tu comia, mais tu queria”. Percebe-se que mesmo entre as comidas relacionadas a períodos de escassez, de restrições alimentares, para alguns o prato é lembrado como saboroso. Outro alimento consumido por Raul neste período de dificuldades foi o feijão miúdo,

Outra coisa que eu tinha nojo de comer era o feijão miúdo. [...] E daí a finada mãe, no tempo da miséria, cozinhava. Apoucava o feijão, misturava. Misturava com o preto, e às vezes que não tinha o preto, terminava o preto, era só aquilo. [...] Mas não posso nem ver! Aqui a gente plantava para pasto, para criação. (Raul)

Como mencionado por Raul, o feijão miúdo é comida da criação, então, comer feijão miúdo indica falta de opção de comida, o *tempo da miséria*.

Assim como a comida relacionada ao tempo da escassez está presente na memória, outros se lembram das comidas preparadas para as visitas e os pratos servidos nas festas. A comida dos encontros entre famílias é associada a momentos de fartura, como relembra seu Rosino, comentando que, quando morava em Três Palmeiras e reuniam os vizinhos para jogar *quadrilho*⁶⁹, o anfitrião era o responsável por oferecer a comida e a bebida:

Matava galinha, era arroz, massa, salada, fazia um quadrilho, aí uns tomavam caipira, uns tomavam um gole de vinho. Daí no outro final de semana, se não estivesse chovendo, ia lá na tua casa. (Rosino)

Assim como ao receber visitas não pode faltar a carne, nas festividades como aniversários, casamentos, festas da comunidade, o churrasco é citado pelas famílias como o prato principal, o que é evidenciado na fala de seu Rosino:

Rosino: é a mesma coisa, não tem churrasco, não tem festa. Eu acho que não, né.
Carmen: se tem outras comidas, também é festa?
Rosino: é, é festa, mas parece que não tem aquele mesmo sabor.

Para acompanhar o churrasco, eram preparados salada de batata com maionese, arroz e saladas, principalmente de tomate e repolho.

⁶⁹ O Quadrilho consiste em um jogo de cartas, com quatro participantes, que se caracteriza pela troca de parceiros durante a partida. A troca ocorre porque, a cada rodada, quem possui o mesmo naipe de cartas conforma a dupla de parceiros.

Até este ponto, observamos a comida *de lá*: do dia-a-dia, dos períodos de fartura e de escassez, assim como de reuniões festivas. Na sequência, voltaremos o olhar para a lavoura e a comida *daqui*, analisando as transformações à mesa das famílias estudadas.

6.2 Lavoura e comida *daqui*

Para E. Woortmann (2013), a comida também “fala” de mudanças ocorridas no tempo e no espaço. Assim, partimos da lavoura e da comida do lugar de origem das famílias estudadas para chegarmos a sua lavoura e a sua mesa no assentamento e, dessa forma, buscamos apreender as mudanças ocorridas no comer das famílias.

Permeando sua trajetória, do lugar de origem até o assentamento, há o acampamento, período relatado como caracterizado por restrições, em que a comida é classificada como *escassa*. Ao referir-se à época de acampamento, Raul conta que sua principal preocupação fora levar comida, “eu trouxe uma caixa igual a essa, cheia de comida, a primeira vez que saí de lá. Só tinha medo de passar fome” (Raul). Entende-se a preocupação em assegurar a comida, pois a família estaria longe de casa e contaria somente com a alimentação fornecida no acampamento. Nos relatos, percebe-se que nesse período ocorria, esporadicamente, o deslocamento de um membro da família até o lugar de origem, para providenciar alimentos, que lá eram produzidos entre as idas e vindas ou doados por familiares. Raul lembra que se deslocava até Redentora, enquanto a esposa permanecia no acampamento, com os dois filhos. Nas terras do sogro, que também estava acampado, plantava milho, feijão, mandioca e batata-doce, para alimentar a família no acampamento. Parte da colheita de feijão e de milho era comercializada, para garantir dinheiro para comprar leite, carne, velas, fósforos e remédios. A esposa relata, com orgulho, que Raul providenciava os alimentos para a família, de modo que não ficassem restritos à cesta básica provida pelo movimento.

Às vezes o Raul trazia para nós lata de banha, o Raul trazia lata de melado, trazia farinha de milho, feijão. Quando nós estávamos no acampamento, nós quase não comíamos coisa de acampamento. (Valaci)

A comida de acampamento a que se refere a agricultora consistia nas cestas básicas adquiridas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra para alimentar as famílias acampadas. As famílias mencionam que, por vezes, faltava comida e, por isso, os homens se deslocavam do acampamento para realizar trabalhos temporários e, assim, obter dinheiro para a compra de alimentos, que eram distribuídos entre as famílias acampadas. A cesta básica era composta por arroz, feijão, macarrão, farinha de milho, farinha de mandioca, açúcar, sal, óleo

e leite em pó. Carne, verduras e frutas eram consumidas eventualmente, quando recebiam alguma doação. Eva lembra que a cesta não continha farinha de trigo e geralmente o feijão oferecido não era bom para cozinhar. A agricultora conta que, com o dinheiro que haviam recebido quando deixaram a propriedade em que trabalhavam, compravam no supermercado um pouco de carne, linguiça, mortadela, verduras e frutas para incrementar as refeições. As famílias relataram que os alimentos da cesta, além de pouco variados, vinham em quantidade insuficiente, além de serem diferentes dos que costumavam consumir no lugar de origem. Não só os adultos percebiam as mudanças na alimentação, Jair conta do estranhamento da filha em ter que tomar leite em pó, pois a menina estava acostumada e apenas apreciava o leite da vaca Bragada:

A nenê [filha] dizia para a gente assim: “eu não vou tomar esse leite, eu quero leite da Bragada”. [...] Era como chamava a vaca que tirava leite. Mas eu falava que tinha que comprar de caixinha e mostrar aquela figura da vaca. (Jair)

O pai conta que comprava o *leite de caixinha* e mostrava a figura da vaca na caixa, afirmando ser aquela a vaca Bragada, de modo a convencer a filha a tomar leite. No caso de Eva e Valaci, que permaneceram no acampamento com os esposos e filhos, elas optaram por cozinhar no barraco, somente para a família, pois consideravam não saborosa a comida preparada coletivamente, opção de parte dos acampados. Além disso, os alimentos que traziam de fora do acampamento não eram suficientes para dividir com outras famílias, por essa razão preparavam suas próprias refeições, convidando, por vezes, os vizinhos de barraco para compartilhar.

A partir dos relatos, percebe-se que o período de acampamento foi marcado por alimentação escassa, tanto em variedade quanto em quantidade de alimentos, levando as famílias a criarem estratégias para manter, em parte, a alimentação do lugar de origem. Adquiriam, assim, alimentos em supermercados próximos ao acampamento ou deslocavam-se ao lugar de origem para acessar alimentos produzidos por eles mesmos ou por familiares.

Durante os primeiros meses no assentamento, as famílias recebiam cestas básicas do INCRA, tendo em vista que os agricultores não haviam ainda plantado suas primeiras lavouras e hortas. A cesta básica era composta por feijão branco, arroz, macarrão, farinha de trigo, farinha de mandioca, leite em pó, açúcar, sal e óleo. Entre os alimentos que compunham a cesta, a maior estranheza era causada pela presença do feijão branco, como expresso na fala de Rosino “eu não como feijão branco, isso na panela eu tenho nojo”. Porém, como era o único feijão de que dispunham, Rosino chegou a plantar parte do feijão recebido, para garantir o consumo do grão durante o ano,

De dois quilos, eu colhi um saco. Aí eu plantei, na outra vez plantei quarenta quilos daquele que veio. [...] E daí a finada Tereza misturava feijão branco com feijão preto para nós comermos. Não tinha que chegasse, nem um nem o outro, daí fazia misturado na panela. (Rosino)

O agricultor optou por plantar o feijão branco, nos primeiros anos de assentamento, por não possuir semente de feijão preto em quantidade suficiente para produzir e alimentar a família durante o ano. A estratégia da esposa, então, era cozinhar “os dois juntos, daí dá cor. Daí o preto passa um pouco de cor no branco” (Rosino). Assim que atingiu uma produção de feijão preto suficiente para o consumo e comercialização, o agricultor deixou de plantar o feijão branco. O feijão branco é considerado fraco e a combinação com arroz, também considerado fraco, torna a refeição fraca, como explica Rosino:

Agora, se tu mistura ele, misturado os dois, daí fica uma coisa boa, porque o feijão branco é fraco, bem fraquinho, e o preto é um feijão forte, né, daí fica uma coisa, não fica forte nem fraco, fica intermediário. A mesma coisa, tu cozinhar feijão branco e colocar arroz no meio, vira o quê? [...] a mesma coisa, a comida é fraca. E daí comida fraca para a gente que trabalha na lavoura, daí não adianta. (Rosino)

E. Woortmann (2013), ao referir-se ao consumo de feijão entre os colonos teuto-brasileiros, aponta que o feijão preto é classificado como forte, o que lhe confere uma posição hierárquica em relação às demais variedades:

O feijão, através de sua cor, expressa sua posição hierárquica e condição de ser mais forte do que o rajadinho, o mulatinho, etc. consumidos na região. [...] Para que haja equilíbrio no prato, combina-se o feijão preto forte com arroz branco, fraco, neutro, ao qual ainda se acrescentam legumes e picles, estes últimos para “cortar” a gordura. O feijão branco, por outro lado, é considerado fraco. Da mesma forma, o milho amarelo, destinado a compor pratos fortes e a ser consumido por adultos, é considerado mais forte do que o milho branco, destinado ao consumo de crianças, doentes e idosos. O seu consumo relaciona diretamente essas propriedades e qualidades ao trabalho despendido, sua relação ao corpo e a estados de saúde. (WOORTMANN, E., 2013, p. 15)

Assim como classificado pelo grupo estudado pela autora, as famílias interlocutoras desta pesquisa consideram o feijão branco e o arroz fracos, o que está diretamente relacionada com o trabalho tido como pesado, que demanda comidas fortes, ocasionando a valorização do feijão preto. Se a solução de misturar o feijão branco com o preto inicialmente lhes garantiu o consumo de feijão durante todo o ano, hoje em dia já não se encontra feijão branco nas lavouras e mesas das famílias estudadas, uma vez que os agricultores alcançaram autossuficiência de feijão preto.

A mandioca também é um alimento importante na alimentação das famílias. Para as famílias originárias do norte do estado, houve estranhamento, pois *aqui* a mandioca possui um ciclo curto de durabilidade para o consumo, entre quatro e cinco meses, o que difere de sua região de origem: “lá, um mandiocal dura de três a quatro anos”. A explicação dos

agricultores para o curto ciclo da mandioca está no clima frio e bastante úmido, “aqui dá a geadada e a areia segura a umidade, é o que apodrece a mandioca. Mandioca e batata, né, elas não se dão [com a umidade]” (Rosino). No relato das quatro famílias vindas do norte do Rio Grande do Sul, a mandioca compunha as refeições diárias o ano todo, além de fazer parte da alimentação de porcos e gado, principalmente das vacas de leite. Geralmente, reservavam a lavoura do ano anterior para os animais e a lavoura nova para a alimentação da família. No assentamento, as famílias mantêm a mandioca para sua alimentação e, também, para a dos porcos e do gado; no entanto, somente por alguns meses do ano, entre maio e setembro. Com a aquisição de refrigerador ou freezer, algumas famílias passaram a descascar, picar e guardar a mandioca congelada em sacos plásticos, para garantir o consumo da raiz por um período maior. Na época de mandioca, a maioria das famílias a consome todos os dias, principalmente preparada cozida na água e sal, com molho de carne ou frita, sendo que com esse último modo de preparo é consumida inclusive no café da manhã.

Para produzir mandioca, as famílias guardam a rama (maniva) de um ano para outro, cortada em pequenos pedaços. As ramas são guardadas na lavoura, cobertas com palha, geralmente de milho, até o período de plantio (setembro e outubro). Em meados do mês de maio, as famílias começam a colher a mandioca, de acordo com a necessidade de consumo da família. Como no período do inverno as famílias encontram dificuldade em alimentar os animais, principalmente vacas de leite, em função de ser um período chuvoso, frio e de pouco pasto, a mandioca é utilizada diariamente como complemento à alimentação dos animais.

A produção da cana-de-açúcar é um cultivo considerado como perdido pela maioria das famílias. Como já mencionado no início deste capítulo, a partir da cana-de-açúcar as famílias preparavam, em sua região de origem, melado, açúcar, rapadura e cachaça. Das famílias pesquisadas, somente Valdemir e Alessandra mantêm a tradição de preparar melado, pois a cana se desenvolveu no lote da mãe de Alessandra, onde o relevo é mais elevado e o solo não é tão úmido. Valdemir conta ter trazido a máquina para moer cana e o tacho de preparar melado do município de Três Palmeiras. O agricultor prepara o melado em conjunto com a sogra, a mãe e o irmão, que moram em lotes vizinhos, sendo o produto posteriormente dividido entre eles.

Para as demais famílias, percebe-se que o insucesso deste cultivo levou à supressão de seus derivados da alimentação diária. Rosino conta que no assentamento a cana se desenvolve nos lotes em que o terreno é mais elevado e com menos umidade, mas, como leva um tempo

maior para chegar ao ponto de corte, com a chegada do inverno e a formação de geada, a *cana azeda*:

Tu vê uma coisa, aqui a cana vai começar a brotar em outubro, novembro, tá? Daí ela só tem quatro meses, três, quatro meses para crescer, para fazer a vara. Daí quando ela vai querer fazer a vara, fazer uma doçura, vem o gelo, daí ela azeda, mata a ponta, cria o gelo, azeda. (Rosino)

Se, no lugar de origem, o açúcar de cana estava presente à mesa da maioria das famílias, no assentamento ele foi substituído pelo açúcar branco. Como relata seu Rosino: “usava muito pouco o branco. Só açúcar amarelo. Aqui estamos usando porque não existe, né” (Rosino). O mesmo se deu com a garapa (caldo de cana) e a rapadura:

A garapa de cana, a gente não toma, a gente tomava lá. Essas coisas de cana, o açúcar de cana a gente não come mais. A rapadura de cana, que a gente fazia lá com amendoim, a gente não faz mais... já não tem a cana, nós não produzimos a cana aqui. (Eva)

Percebe-se que estes alimentos eram importantes na alimentação, pois eram consumidos desde a infância. Mas sua importância está relacionada também ao saber que envolve o fabrico dos derivados da cana-de-açúcar, ao fato de se deixar de fazer algo apreendido ainda na infância. Sentimento de perda de um saber, expresso na frase de Rosino: “eu tenho saudade de chegar num tacho de açúcar”.

Assim como ocorreu a redução do consumo da mandioca, em função de seu curto ciclo de durabilidade, percebe-se o mesmo em referência ao consumo de frutas. Em estudo junto a famílias assentadas na região sul do estado, Krone (2011) descreve a relação de oposição relatada pelas famílias estudadas: quando viviam na metade norte do estado, havia fartura de frutas; contudo, ao migrarem para a região sul, a fartura antes existente transformou-se em escassez e conseqüente redução do consumo. Entre as famílias em estudo, é destacada a variedade de frutas do lugar de origem, em comparação ao que produzem e consomem hoje no assentamento:

Tem aquela maçã. Ah, eles têm direto aqueles cachos de banana debaixo do porão. Eles também não compram abacaxi. Direto, direto. Tudo que é tipo de fruta lá. Aqui, é bem diferente de lá. Aqui não tem todo o ano fruta, né. Lá é tudo. Eles têm mamão. O mamão também não vem aqui. [...] Aqui a geada mata. (Maria)

As frutas citadas por Maria, assim como por outros, não se desenvolvem no assentamento: maçã, banana, abacaxi e mamão. No assentamento, os agricultores produzem laranja, bergamota, pêssigo, goiaba e, em menor quantidade, uva. Amarildo e seu pai Rosino também relatam a dificuldade em produzir frutas, uma vez que as mudas de frutíferas não se desenvolvem. Entre as justificativas para a dificuldade na produção, eles mencionam que a

região não possui características de solo e de clima para a produção de frutas. Objetivando suprir a falta de frutas, as famílias as compram no supermercado, principalmente banana e maçã, mas não com frequência.

Também se percebem transformações à mesa em relação aos derivados do milho. A polenta é lembrada como uma comida *de lá* e que não está presente à mesa *daqui*:

Lá quase todo dia tinha polenta. Era difícil passar um dia sem fazer. Podia fazer como hoje de noite e amanhã assava ela no fogão. [...] Aqui, passa o mês inteiro que não como uma polenta. (Rosino)

Segundo o agricultor, quando chegaram ao assentamento, não preparavam polenta por não haver farinha de milho de qualidade, a farinha que compunha a cesta básica não dava o *ponto* da polenta. Com o tempo, deixaram de prepará-la porque não produziam mais o milho antigo, que dá boa farinha, e tinham de comprar farinha de milho industrializada:

Mais [consumo] era lá mesmo, porque aqui já tinha que comprar a farinha, né. E aqui tem dois, três tipo de farinha, né. Aqui tem uma bem fininha, que tu vai fazer polenta e não consegue acertar, não adianta. Não dá o ponto. Ou então um quirelão grosso, que nem eu digo, um quirelão que aí tu cozinha ela e fica a mesma coisa que tu comer uma quirela, aí então a gente não faz. (Rosino, 2013)

A mesma opinião dos agricultores assentados em Canguçu em relação à polenta é relatada por Wagner *et al.* (2007) em estudo junto a agricultores no Vale do Taquari, para os quais a farinha de milho proveniente das variedades antigas é identificada como melhor para a produção de pão e polenta. Na família de Valaci e Raul, lembra-se do milho antigo como o ideal para o preparo de uma boa canjica. Valaci relata que seu pai produzia esse tipo de milho e preparava a canjica, mas que agora já não possuem aquelas variedades do grão produzidas antigamente, optando por comprar a canjica já pronta.

Canjicão de milho. Aí o pai ia lá no galpão e escolhia aqueles milhos bem vidrados, sabe? Mais bonitos e que não eram estragados. E daí ele debulhava uma quantia, e aquela quantia a gente tinha que fazer em canjica. [...] Eu compro a canjica... Eu tenho paixão por canjica. (Valaci, 2013)

Segundo a agricultora, houve redução no consumo de canjica pelo fato do alimento ser hoje comprado. Por outro lado, percebe-se nas famílias de Maria e de Eva continuidade no preparo de polenta, mesmo com a farinha de milho comprada. Maria conta que não consome polenta semanalmente, mas que, quando consome, costuma prepará-la cozida na água e sal e, quando sobra, a frita no dia seguinte. No entanto, sua filha adolescente não aprecia o prato. Semelhante situação ocorre na família de Valaci, em que um dos filhos não come pão de milho nem polenta, enquanto o outro aprecia polenta com feijão, como relata a mãe: “o

Charles não come pão de milho, o Charles não come farofa, o Charles não come polenta. Já tem o César que gosta, adora polenta com feijão” (Valaci).

Na família de Eva e Jair, o preparo da polenta envolve os quatro netos, que costumam acompanhar o preparo das refeições junto ao fogão a lenha (Figura 36). Eva compra a farinha de milho produzida no moinho da Cooperativa Terra Nova e afirma preferir a polenta cozida na água e sal, como acompanhamento para carne (Figura 37). Percebe-se que parte dos jovens aprecia o prato, enquanto outros o rejeitam. No que se refere aos jovens que não consomem polenta, pode-se sugerir que ocorre um processo próximo ao que Menasche (2010) presenciou no norte do Rio Grande do Sul, quando observou que, entre jovens rurais escutados, a rejeição à polenta era associada ao fato de o prato remeter à própria condição de agricultor, identidade rejeitada por muitos dos que anseiam a vida na cidade.

Figura 36: Eva e os netos preparando a polenta. Fonte: Autora, 2013



Figura 37: Refeição: polenta e carne de galinha. Fonte: Autora, 2013



O leite e seus derivados são alimentos que se mantiveram à mesa das famílias estudadas. Contudo, afirmam que agora produzem queijo em menor quantidade e com menor frequência do que o faziam no local de origem e nos primeiros anos no assentamento. Os agricultores alegam que, com a chegada da luz elétrica, depois de oito anos residindo no assentamento, tornou-se possível armazenar o leite para comercialização, já não sendo necessário transformar o leite não consumido em queijo ou manteiga. Hoje, com menos frequência, as famílias preparam queijo, manteiga e doce de leite, assim como sobremesas à base de leite, como pudim, chico balanceado⁷⁰, ambrosia e mingau de chocolate.

6.2.1 A comida que hoje está à mesa

As refeições realizadas pelas famílias estudadas consistem em café da manhã, almoço, café da tarde e janta. Na primeira refeição, o café da manhã, são consumidos café preto e/ou leite, pão de farinha de trigo, manteiga, margarina, *Schmier* (de melancia, abóbora, abacaxi),

⁷⁰ Este doce consiste em um mingau de leite com gemas de ovos, açúcar e amido de milho. Em uma forma, carameliza-se o açúcar e coloca-se o mingau, que é coberto com as claras em neve (merengue). O prato é levado ao forno até dourar o merengue. Na família de Amarildo, o doce, que é preparado por ele, lembra sua mãe, já falecida, que o preparava aos domingos.

doce de leite, mandioca frita, ovo frito, mortadela ou revirado (uma mistura de arroz, feijão, ovo frito ou carne) ou, ainda, linguiça frita, morcilha e patê (os três últimos consumidos quando ocorre carneada de porco ou quando recebem de algum vizinho que carneou). No almoço, estão presentes feijão, arroz e carne, além de, como complemento à refeição, macarrão, polenta, couve refogada, mandioca, batata-doce, batatinha, abóbora e saladas (alface, repolho, cenoura, tomate, beterraba, pepino, etc.). Na ausência de carne, geralmente são preparados ovos fritos. É também bastante frequente o preparo de carreteiro (carne com arroz) e galinhada (galinha com arroz). O macarrão utilizado por quatro das cinco famílias pesquisadas é o caseiro, mas geralmente também compram macarrão de pacote, para ter como reserva, no caso de chegarem muito tarde da lavoura ou de receberem alguma visita inesperada no horário do almoço, por exemplo.

No café da tarde, são consumidos os mesmos itens do café da manhã ou, ainda, é preparado algum bolo doce ou salgado, principalmente quando recebem visitas ou quando o pão não é suficiente para a refeição. A maioria não realiza a refeição da tarde, preparando-a somente quando há visitas. Na janta, a base é o feijão, arroz e carne com algum complemento, como no almoço. Quando sobra comida do almoço, preparam algum prato para complementar o que sobrou. No inverno, é frequente, à noite, o consumo de sopas, principalmente de carne com legumes. Nas famílias de Carmen e Cristiane é comum, como janta, tomarem café com pão, carne frita ou ovo frito ou, ainda, preparar cachorro-quente ou pastel de carne.

Entre as famílias, a refeição considerada mais importante é o almoço, seguido do café da manhã. Mas para Rosino o almoço e a janta são as refeições principais:

É mais carne, feijão, uma mandioca, fazer algum revirado. Que nem eu não uso tomar café de manhã, mas gosto muito de revirado de noite, salada, ovo frito. Gosto de me alimentar bem de meio dia e de noite. (Rosino)

O agricultor conta que em sua casa ele e os filhos não tomavam café da manhã, mas se alimentavam bem à noite. Entretanto, percebe-se que a importância dada à janta manteve-se somente enquanto os filhos estavam morando com o pai. Seu filho Amarildo, depois do casamento, passou a acompanhar a esposa no café da manhã. Amarildo diz ter preferência por leite, juntamente com pão, ovo frito ou carne que sobrou do jantar. O que costuma preparar com frequência para o café da manhã é o revirado: uma mistura de feijão, arroz, carne e, quando sobra da janta, mandioca ou batatinha. Amarildo diz ter preferência pelo revirado no café da manhã porque depois trabalha até ao meio dia na lavoura e não sente fome. Para E. Woortmann e K. Woortmann (1997 p. 50), “o consumo alimentar expressa as concepções do grupo quanto à relação comida - corpo - trabalho”. Segundo os autores, alimentos *fortes*,

como feijão e carne, são consumidos em períodos de trabalho pesado, enquanto que alimentos *fracos*, como arroz, verduras e vegetais, são consumidos nos períodos de trabalho leve. No contexto estudado pelos autores, entre agricultores sergipanos, o alimento forte era consumido pela manhã, período em que realizavam tarefas consideradas pesadas. Entre as famílias assentadas interlocutoras desta pesquisa, percebe-se que o consumo de carne, ovo frito, mandioca frita e revirado no café da manhã é o que consideram *dar sustância* para trabalhar até próximo ao meio-dia. Na sequência, no almoço, são consumidos feijão, arroz, carne e complementos. E à noite, pode-se tomar um café com pastel, cachorro-quente ou sopa. Constatam-se exceções a esta rotina, representadas pela preferência pelo feijão, arroz e carne no período noturno.

Em atividades com alunos da 1ª e 2ª séries⁷¹, foi proposto a eles que descrevessem ou representassem em desenho o que haviam consumido no café da manhã, almoço e jantar do dia anterior. Apesar de os dados referirem-se a um número pequeno de crianças e a apenas um dia de refeição, a partir deles pode-se observar que os alimentos que compõem a mesa de suas famílias são os mesmos encontrados na mesa das cinco famílias assentadas estudadas.

6.2.2 A carne: alimentando o corpo e as relações sociais

De acordo com E. Woortmann e K. Woortmann (1997), entre os agricultores sergipanos, a carne constitui-se como a comida “nobre”, forte. Na concepção dos autores, o consumo de carne evidencia o *status* do pai de família, pois a ausência do alimento na refeição indicaria uma condição de fracasso. No contexto das famílias em estudo, nos últimos anos a carne passou a ser consumida quase que diariamente. Isso está relacionado à aquisição de refrigerador e freezer, que tornou possível armazenar uma maior quantidade de carne. Tal situação é evidenciada na fala de Eva, que acredita terem deixado de preparar derivados da carne de porco “por causa do freezer, né. Carneia o porco e bota lá para dentro” (Eva). Jair, esposo de Eva, referindo-se a aquisição de refrigerador e freezer, afirma que em virtude da modernização acabaram por abandonar práticas e hábitos cotidianos. O agricultor lembra que no café da manhã comiam pão com pedaços de toucinho defumado e broa de milho, preparada com torresmo, e recorda: “tu ia para a lavoura, tu trabalhava meio dia e não te dava fome” (Jair). Assim como já mencionado por Amarildo, sobre a saciedade ao consumir revirado ou mandioca e ovo frito no café da manhã, para Jair, a gordura está relacionada à *sustância* e permite trabalhar por horas.

⁷¹ Dados de atividade realizada junto a 14 crianças, de idades entre seis e oito anos.

A gordura, representada pela banha, toucinho e torresmo, é apontada como alimento que dá *sustância*, força para o trabalho, sendo considerada saudável, como menciona Eva, referindo-se à refeição matinal do esposo com toucinho: “mas eu acho que era saudável, não fazia mal” (Eva). As famílias continuam utilizando banha de porco para o preparo das refeições, mas, como a raça de porco criada hoje não é *porco de banha*, e o abate é realizado algumas vezes ao ano, a banha ocasionalmente não é suficiente e, então, utilizam óleo vegetal. Valaci relata a dificuldade em cozinhar somente com óleo vegetal, pois o esposo está com problema de saúde e lhe foi passada uma dieta. Raul reclama que lhe tiraram tudo de que gosta: carne gorda, frituras e banha de porco. A esposa não gosta de cozinhar e tampouco da comida preparada com óleo vegetal, então manteve a banha para preparar o feijão, porque não conseguem comer feijão sem banha.

Em estudo sobre saberes e práticas alimentares em famílias rurais, Ramos (2007) relata que, no processo de modernização da agricultura, foram introduzidas raças de porco “melhoradas” geneticamente, que produzem mais carne e menos banha. Ao mesmo tempo, a banha passou a ser desaconselhada pelo discurso médico, que incentivou o uso do óleo de soja ou de outros óleos vegetais. Percebe-se que, no caso da família de Valaci e Raul, está ocorrendo uma redução significativa no uso da banha em função de prescrições médicas, mas, assim como Eva, a grande maioria das famílias diz não acreditar nos malefícios da banha de porco e a mantém no preparo da comida.

Para E. Woortmann e K. Woortmann (1997) há uma relação entre comida e condição social, expressa pelas categorias *forte* e *fraco*. Como já mencionado, segundo os autores, a carne, comida forte, é frequentemente uma refeição pública. Percebe-se que a carneação, que pode ser considerada como pública para as famílias pesquisadas, demonstra a condição da família. Na família em que acompanhei a carneada do boi, o animal era comprado de um vizinho, porque a família não dispunha de um boi gordo. É interessante observar que poderiam ter comprado a carne no açougue, mas preferiram comprar o boi vivo e carneá-lo com a ajuda dos vizinhos. Entende-se que essa opção está relacionada ao custo econômico inferior ao do açougue, assim como, a garantia de procedência da carne, pois assim se sabe como o animal foi alimentado e que foi abatido com o devido cuidado e por o valor inferior ao do açougue. Mas se entende que essa opção também está relacionada ao ritual, ao significado simbólico da carneada para estes agricultores, pois a carne é o alimento por excelência e confere *status* ao pai de família. Entre as famílias pesquisadas, é mantida a

criação de suínos, galinhas e gado para o consumo de carne. A família de Carmen e Nestor também cria e consome carne de ovelha, peru e pato.

O abate de galinha é bastante frequente e realizado pela mulher, que seleciona uma galinha gorda, que não esteja *ponhando*, nem com pintos pequenos. O abate se dá pelo destroncamento do pescoço ou corte da cabeça. A seguir, a galinha é mergulhada em um recipiente com água quente, para facilitar a retirada das penas e, posteriormente, é sapecada no fogo, para queimar os pelos que restaram. A ave então é lavada na água corrente e carneada, sendo realizado um corte na lateral para retirada das vísceras, das quais se aproveitam a moela, o fígado e o coração (*miudezas*). Em cada família existe preferência por determinada parte da galinha, mas, em geral, as partes mais apreciadas são coxa, sobrecoxa e peito, por serem as que contêm mais carne. A carne normalmente é preparada com molho, com arroz (galinhada) e na sopa (Figura 38).

Figura 38: Processo da carneada da galinha e consumo da carne. Fonte: Autora, 2013



A carneada⁷² de porco e de gado é realizada pela família, com a participação de vizinhos e parentes, que são convidados a ajudar neste dia. Wedig (2009), ao analisar a carneada entre famílias rurais no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, afirma que esta atividade, além de garantir alimentos para o consumo da família, também nutre as relações sociais. Segundo a autora, este ritual reafirma os laços de sociabilidade e reciprocidade entre parentes e vizinhos, pois, ao convidar o vizinho para a carneada, o agricultor firma um compromisso de retribuir a ajuda quando for a vez desse vizinho carnear. Assim como narrado por Wedig (2009), entre as famílias assentadas aqui em estudo essa atividade não envolve remuneração em dinheiro, os vizinhos recebem um pedaço de carne pela ajuda, assim como as refeições daquele dia.

A carneada de porco e de gado envolve pelo menos dois dias de trabalho. No dia que antecede o evento, a família prepara a lenha para o fogo, reúne as ferramentas – em alguns casos, até mesmo emprestando-as de vizinhos –, e convida os vizinhos para ajudar. A esposa realiza a limpeza do freezer para armazenar a carne e limpa a tábua ou mesa a ser utilizada na *lida*. No dia da carneada, depois de cumprirem a rotina diária de alimentar os animais domésticos e tirar leite, preparam o fogo, geralmente na rua, para aquecer a água a ser utilizada na atividade. A pessoa com mais experiência em carneada é quem mata o porco, com uma facada no coração⁷³. Froehlich (2012), ao descrever a carneada de porco entre famílias rurais na região noroeste do Rio Grande do Sul, afirma que o matador deve ter prática na função e conhecer o ponto certo onde furar o animal, duas características fundamentais para o êxito do sangramento do animal.

Como observado por Wedig (2009) e Froehlich (2012), as mulheres não participam do primeiro momento em que o animal é morto, pois são sentimentais, *sentem pena do bicho*, o que causaria uma morte lenta. Caso decidam preparar morcilha, guardam parte do sangue, no ato do sangramento. Com água quente e facas, retiram o pelo, finalizando a limpeza com o auxílio de lâmina de barbear, de modo que o couro fique completamente limpo e sem pelos. O animal é aberto pela barriga e são retiradas as vísceras, das quais se aproveitam as tripas (intestinos), quando há a intenção de preparar morcilha, patê ou linguça. Atualmente, as famílias compram a tripa seca em supermercados, alegando a praticidade, já que a limpeza das tripas é bastante trabalhosa. São aproveitados o fígado, a passarinha (baço) e os rins, para

⁷² No campo participei apenas de uma carneada de boi e de um abate de galinhas. No entanto, será descrita a carneada de porco, a partir de relatos de interlocutores.

⁷³ Segundo relatos, há os que preferem dar uma marretada na cabeça do porco, com o lado oposto da lâmina do machado, para depois que o animal *perder a força*, então, sangrar.

o preparo de morcilhas e patê⁷⁴. O couro é retirado com a gordura, dela separando-se a pele, com uma faca. Esta última, costuma-se cozinhar no feijão, enquanto a gordura é cortada em pequenos cubos, que são levados ao fogo para derreter, para que se produza banha e torresmo. O animal é separado em pedaços, que serão embalados em sacos plásticos e guardados no freezer. Determinados pedaços são reservados para as pessoas que ajudaram na carneada e em retribuição aos vizinhos que costumam presentear a família com carne.

A carneada de gado bovino, macho ou fêmea, assemelha-se à do porco: os vizinhos são convocados, as ferramentas são organizadas e é realizada a limpeza do freezer para armazenar a carne. A atividade inicia pela manhã, após as tarefas matinais. A pessoa mais experiente, como na matança do porco, é quem abaterá o boi. Primeiro é dada uma marretada na cabeça do animal, que cai no chão e perde os sentidos, para então ser sangrado no coração. Assim como na carneada do porco, a mulher não participa deste momento, por considerar-se que tem piedade do animal, acarretando-lhe uma morte lenta. Após a morte do animal, este é suspenso no ar por uma corda, que pode ser pendurada embaixo de árvores ou em um galpão, para a retirada do couro⁷⁵. Na sequência, é realizado um corte na barriga, para retirada das vísceras, das quais algumas famílias aproveitam o estômago e a tripa grossa, para preparar mocotó. Da parte interna do boi, também são aproveitados o fígado, o coração e os rins (*miudezas*). Após a retirada das vísceras e *miudezas*, o animal é cortado em pedaços: quarto, paleta, costela, chuleta, peito e lombo (Figura 39). Entre as famílias estudadas, é comum moer parte da carne, na máquina manual, para ter guisado (carne moída) e, com a faca, preparar fatias de bife. Os melhores pedaços de carne são separados para o churrasco. O restante da carne é cortado, separado em porções e guardado em sacos plásticos, no freezer⁷⁶. Na etapa de corte dos pedaços, separa-se a carne que será oferecida aos vizinhos que ajudaram e em retribuição a outros.

⁷⁴ Wedig (2009) observa que as mulheres ocupam-se das vísceras (*miudezas*), alimento menos valorizado, enquanto que os homens ocupam-se em partir a carne, alimento mais valorizado.

⁷⁵ Na casa da família em que acompanhei a carneada, a retirada do couro se deu no chão, em função de a peça que permite suspender o animal pela corda ter sido emprestada e não ter sido devolvida. É considerado mais trabalhoso realizar a tarefa nesta condição, dada a necessidade de trabalhar agachado e a possibilidade de a carne entrar em contato com alguma sujeira.

⁷⁶ Os pacotes são organizados por gavetas, colocando-se em cada uma, separadamente, bife, guisado, chuleta, por exemplo, facilitando a escolha da carne no momento do preparo das refeições.

Figura 39: Processo da carneada do boi e consumo da carne. Fonte: Autora, 2013



No tocante à atitude de reservar parte da carne para retribuir aos vizinhos, Marques *et al.* (2007), em estudo sobre a circulação de alimentos entre agricultores no Vale do Taquari, afirmam que a troca e a doação de alimentos estão intrinsecamente relacionadas à sociabilidade e à identidade dos grupos sociais. No contexto estudado pelos autores, as carnes bovina e suína eram os principais alimentos que circulavam entre as famílias. O mesmo foi observado por Krone (2011), em estudo junto a famílias assentadas na região sul do Rio

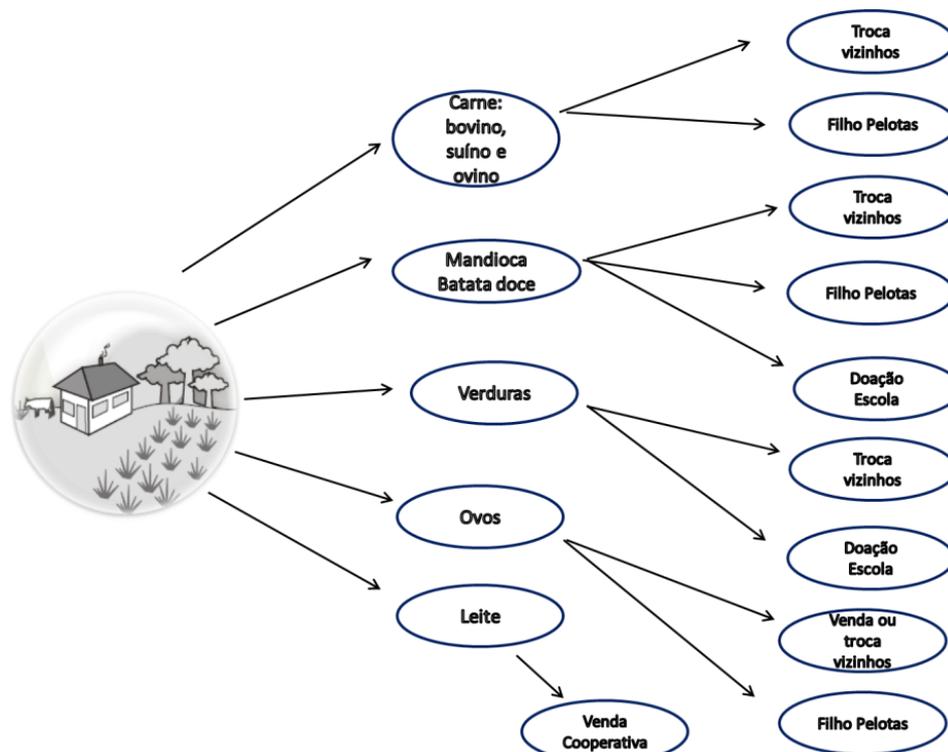
Grande do Sul, do mesmo modo que entra as famílias interlocutoras desta pesquisa: a carne é o alimento valorizado por quem dá e por quem recebe, sendo impensável não retribuir o pedaço de carne recebido.

Retomando o estudo de Marques *et al.* (2007, p. 159), foi observado o fornecimento de alimentos aos filhos que residem na cidade, prática corrente em que “os filhos ‘buscam’ na casa dos pais os mais diversos produtos, o que evidencia as diferenças nas trajetórias dos filhos em relação ao modo de vida dos pais”. Para os autores citados, o “dar e receber” assemelha-se a tecer fios e, embora a ida definitiva dos filhos pareça um destino provável, fornecer alimentos a eles é como um seguro contra o risco de rompimento desses “fios”. Como sabemos desde Mauss (1988), o ciclo dar-receber-retribuir implica em compartilhar significados e estabelecer e manter laços.

Ao observar o esquema esboçado a partir do relato de Carmen (Figura 40), pode-se notar a destinação de alimentos ao filho, que reside em outro município, assim como as trocas entre vizinhos e doação para a escola em que estuda o filho menor; processo que se repete nas cinco famílias estudadas. Os alimentos que aí circulam com mais frequência são as carnes suína e bovina, verduras (repolho, alface, cenoura, beterraba, etc.), mandioca, batata-doce, ovos, milho verde e frutas (bergamota, melancia, melão, etc.)⁷⁷.

⁷⁷ Cabe mencionar que, entre as famílias que produzem esses alimentos, as trocas se dão em função de uma família ter o milho verde em ponto de colheita antes dos vizinhos, por exemplo, ou ter mandioca por um período maior que os vizinhos. Ou, ainda, por produzir uma variedade de batata-doce não produzida pelos vizinhos.

Figura 40: Circulação de alimentos na família de Carmen. Fonte: Autora, 2013.



6.2.3 O cardápio híbrido: consumo de alimentos industrializados

A alimentação das famílias estudadas é conformada pelos alimentos produzidos no lote e pelos alimentos industrializados, configurando o que Ramos (2007) denominou como um “cardápio híbrido”. As compras do mês, o *rancho*, são realizadas no dia do recebimento do dinheiro da venda do leite. Em função da grande distância – 70 km, o que torna elevado o valor da passagem de ônibus –, a maioria das famílias se desloca à cidade de Canguçu apenas uma vez ao mês. Naquele dia, são realizadas as compras do mês. Das cinco famílias estudadas, três compram no mesmo supermercado, uma afirma não ter preferência por supermercado e a última faz as compras no minimercado próximo ao assentamento. As famílias que optam por fazer as compras sempre no mesmo supermercado justificam sua preferência em função de o local entregar as compras no assentamento, que são entregues no sábado, juntamente com todas as mercadorias destinadas aos moradores do assentamento. Na maioria das vezes, no entanto, os agricultores fazem as compras e um funcionário do supermercado as leva até a rodoviária, no horário especificado pelo cliente, possibilitando ao comprador levá-las até sua casa de ônibus. Como a linha de ônibus que vai até o assentamento

é percorrida somente duas vezes por semana⁷⁸, nas segundas e nas sextas, os moradores consideram esses os melhores dias para o deslocamento até a cidade e realização das compras.

No dia que antecede a ida à cidade, a dona de casa faz a lista dos alimentos e outros produtos a serem comprados, incluindo produtos de limpeza e higiene pessoal. É realizada uma vistoria nos armários para confirmar o que falta ou a quantidade de alimento que ainda há em casa. Ao deslocar-me com Cristiane de sua casa até a cidade para fazer as compras do mês, esta, por falta de tempo, deixou para fazer a lista já no ônibus e ressaltou a necessidade da lista para evitar compras em excesso ou a aquisição de itens supérfluos. A rotina das compras consiste em, inicialmente, realizar o pagamento das compras do mês anterior e seguir com o carrinho de compras para os corredores, seguindo a lista, que geralmente inicia pela farinha de trigo, arroz, açúcar, segue pelos produtos de limpeza (sabão em pó, sabão em barra, desinfetante, água sanitária, etc.) e termina nos produtos de higiene pessoal (creme dental, sabonete, shampoo, etc.). Ao fazer as compras, Cristiane comentou que após comprar os itens básicos iria comprar as *porcarias*, referindo-se a itens apreciados pelo filho de quatro anos, como iogurte, suco em pó, bolacha recheada, mortadela, ketchup, maionese, refrigerante e temperos prontos apreciados por ela e pelo esposo no preparo da comida. Nas compras são acrescentadas frutas, principalmente banana, maçã e abacaxi, e carne de galinha. A compra de carne de galinha⁷⁹ é frequente, pois parte da criação de galinhas é reservada para a produção de ovos e apenas pequena parcela da criação é destinada ao abate, não sendo suficiente para o consumo regular. As famílias afirmam optar pela carne de galinha em virtude do preço, mais barato em relação às carnes bovina e suína.

Ao longo do mês, as famílias recorrem ao minimercado próximo ao assentamento para comprar os produtos que faltam. Geralmente, como mencionado no capítulo dois, essas compras são feitas pelos filhos, quando o ônibus escolar realiza parada no minimercado. Tal como no supermercado da cidade, a grande maioria das famílias anota as compras no caderno, pagando no final do mês.

Em estudo sobre saberes e práticas alimentares entre agricultores no Vale do Taquari, Wagner *et al.* (2007) afirmam que a redução na produção e processamento de alimentos entre as famílias está relacionada à falta de tempo, principalmente quando esposa e/ou filhos exercem atividades remuneradas fora da propriedade. Da mesma forma, a facilidade de acesso

⁷⁸ Nos outros dias, a pessoa tem de se deslocar até a estrada principal para pegar o ônibus. No entanto, há famílias que residem a mais de 10 km da estrada principal.

⁷⁹ A galinha não é comprada inteira, somente o corte de coxa e sobrecoxa, partes do animal que são de preferência da maioria das famílias, mesmo quando abatem as aves em casa.

a mercados, a comodidade na aquisição de alimentos prontos e as mudanças de hábitos alimentares decorrentes da introdução de energia elétrica estão entre os fatores apontados como responsáveis pela redução do processamento caseiro de alimentos e da produção para o autoconsumo (WAGNER *et al.* 2007). Processo do mesmo tipo está presente à mesa das famílias assentadas estudadas, em que se tem, ora pelas transformações no fazer agricultura, ora pela falta de tempo, a substituição de alimentos antes produzidos de forma caseira pelos industrializados. Como visto ao longo do capítulo, exemplos disso são os casos da substituição do açúcar de cana pelo açúcar branco, da farinha de trigo do moinho pela farinha industrial, de derivados do milho como farinha de milho, polenta e canjica pelos industrializados, além da substituição parcial da banha de porco pelo óleo vegetal, da manteiga pela margarina, do salame pela mortadela. Assim percebe-se que as transformações presentes na lavoura e à mesa das famílias estudadas estão, também, aliadas aos fatores acima mencionados por Wagner *et al.* (2007).

Por fim, cabe mencionar que, assim como se percebe certa idealização do fazer agricultura *de lá* (que inclui a terra, a paisagem, as relações de parentesco e vizinhança, a produtividade do solo, a manutenção das sementes crioulas etc), com a comida o processo não é diferente. É notável a idealização da fartura, da autossuficiência da produção para o consumo, da comida forte e saborosa referente ao lugar de origem, à terra de seus pais. Tal processo, aliado aos fatores mencionados no decorrer do trabalho, podem ser associados ao estigma atribuído ao agricultor assentado da reforma agrária: o lugar de origem remete a um tempo em que eram agricultores, colonos⁸⁰. Cabe, ainda, mencionar que as transformações à mesa das famílias estudadas não são exclusivas a suas trajetórias, mas compartilhadas por aquelas que vivem as dinâmicas do rural no período, em que a conformação de um cardápio híbrido está presente à mesa dos camponeses.

⁸⁰ Inúmeros foram os relatos de preconceito sofridos por filhos na escola, de dificuldades para comprar a prazo em supermercados, agropecuárias e lojas em geral, ou ainda para realizar financiamentos em bancos. Em todos esses espaços, é claro o estigma que marca os assentados, ainda mais pesado do que o atribuído, de modo geral, a camponeses. Em conversa com uma agricultora, ela relatou que, até os dias atuais, quando compra a prazo em lojas na cidade de Canguçu, ao solicitarem o endereço, ela conta informar apenas o distrito e uma escola como referência, não mencionando ser assentada. A agricultora explica que age assim por receio de ter negado o crédito, como já ocorreu com outras pessoas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a compreender transformações no fazer agricultura e nos hábitos alimentares entre famílias rurais assentadas. Para tal, tomamos como foco da pesquisa os espaços de trabalho no lote, trajetórias de pessoas e objetos, a lavoura e a mesa de famílias no assentamento União.

Adotados como dado de pesquisa, desenhos de alunos assentados apontaram para elementos até então despercebidos. A identificação da perspectiva das crianças sobre o lote permitiu apreender que estes demarcam as atividades por gênero e que, ao integrarem essas atividades, ajudando seus pais, incorporam seus significados. O olhar dos pequenos sobre o lote parte do cotidiano, em que são produzidos e reproduzidos códigos herdados e que constituem os modos de vida das famílias. No contexto do lote, pode-se notar que homens e mulheres circulam pelos espaços de trabalho, independentemente do que é classificado como trabalho de homem e trabalho de mulher. Contudo, no plano do discurso público é mantida a hierarquia na delimitação desses espaços. As crianças estão presentes nesses espaços na condição de aprendizes. No processo de reprodução social camponesa, os pais transmitem a seus filhos os saberes na lógica do discurso público, no qual a menina se encontra no espaço de dentro e o menino no de fora. Nos desenhos, tem-se a representação do lote e dos espaços de trabalho, também elaborada a partir da lógica do discurso público, com mulheres trabalhando no espaço da casa e em seu entorno, enquanto que homens trabalham no espaço da lavoura.

Evidenciar os objetos no contexto de suas trajetórias e no cotidiano do assentamento demonstra que, para além de sua dimensão utilitária e funções técnicas, os objetos possuem funções simbólicas e operam entre si e com as pessoas. Quando o agricultor relata a funcionalidade de seu arado ou o formato de sua enxada, de certa forma ele fala também do fazer agricultura, dos saberes, de um modo de vida do qual pessoa e objeto são constituintes.

Pensar a trajetória das famílias, contada através das narrativas de pessoas e objetos, tendo a fotografia como ativadora da memória, evidenciou as relações e os significados de cada indivíduo nesse longo trajeto percorrido, desde o deslocamento de seu lugar de origem até o assentamento. Os fatores que levaram mais de uma geração de uma mesma família aos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra estão relacionados ao que E. Woortmann (1995) denominou condição camponesa e a uma ideologia em que a terra é o que viabiliza a reprodução social do grupo, com os filhos deixando a terra dos pais em busca de

novas terras, para constituir suas próprias famílias, renovando a interdependência entre terra, família e trabalho.

O espaço do acampamento foi vivenciado de forma diferenciada por cada família: para algumas, ter a família presente no acampamento foi importante para manter-se neste espaço e reivindicar a terra; para outras, é motivo de orgulho haver mantido a família fora do acampamento, tendo em vista que para estes o acampamento é lembrado como o tempo de privações, escassez de alimento, sofrimento, não sendo considerado espaço adequado para a família. O assentamento dos primeiros anos é considerado o tempo de trabalho, quando tudo estava por fazer: a casa, o galpão, a horta, o pomar e as lavouras. É, também, tempo de estranhamento, pois “até o arado é diferente” e, portanto, saberes e práticas precisavam ser repensados.

Para a família que trabalhava na fazenda que deu origem ao assentamento, o mesmo local onde foram assentados, a dificuldade estava em se adaptar a um espaço com uma lógica de organização até então desconhecida (lote, sede, frequentes reuniões de planejamento, famílias originárias de outras regiões), o que também requereu tempo, pois ainda que estivessem em terra conhecida, tinham de seguir uma lógica organizacional do espaço diferente da perpetrada até então no decorrer de suas vidas.

As primeiras lavouras preparadas na nova terra tiveram como base os conhecimentos e os tempos de plantio praticados no local de origem. Esse foi um dos fatores que levou as famílias a investirem recursos e não terem retorno, pois suas práticas e conhecimentos não condiziam com a realidade em que foram assentados. Além de tempos desconhecidos, suas ferramentas não lhes possibilitavam trabalhar a terra e, assim, foi sendo substituídos o *arado pula toco* pelo *arado virador*, a carreta de rodas de pneu pela de roda de ferro. Do mesmo modo, foi preciso repensar os cultivos a serem plantados, pois a soja e o trigo, principais produtos destinados à comercialização no local de origem, não se desenvolveram na nova terra ou demandavam alto investimento em correção de solo e maquinário, recursos que os recém assentados não dispunham. O mesmo ocorreu com a cana-de-açúcar, cujos derivados tinham grande importância na alimentação diária, mas cujo cultivo não se desenvolveu na maioria dos lotes.

No contexto da lavoura, percebem-se permanências e rupturas, uma vez que, à conjugação de saberes e práticas do fazer agricultura trazido do lugar de origem, foram se somando técnicas que viabilizassem a produção no assentamento. Dentre as rupturas, identificam-se a substituição de ferramentas de trabalho e a mudança no tempo de produzir –

pois na nova terra não era possível realizar as duas safras que se faziam *lá* (*plantio do cedo e do tarde*). No que se refere aos cultivos, como já mencionado, na lavoura *daqui* praticamente não são produzidos soja, trigo e cana-de-açúcar. Se na lavoura *de lá* a lavoura de mandioca se mantinha durante todo o ano, na lavoura *daqui* seu consumo se restringe a alguns meses do ano, em função da umidade e do frio. O leite, antes comercializado por poucos, torna-se produto para comercialização para a maioria das famílias, sendo vendido pelas cinco famílias pesquisadas. Contudo, na forma de tratar com as vacas, são mantidas as práticas *de lá*, dado que, mesmo nas famílias que dispõem de ordenhadeira, são os terneiros que realizam as primeiras mamadas para que depois seja instalada a máquina. Dentre as permanências, destacam-se a produção de mandioca, mesmo que restrita a alguns meses do ano, batata-doce, amendoim, abóbora, melancia, milho, feijão e verduras, bem como a criação de animais, como bovinos, suínos e galinhas. Verifica-se, também, a manutenção das carneadas e da sociabilidade e reciprocidade entre parentes e vizinhos que nelas se realizam, pois, ao convidar o vizinho para a carneada, a família firma o compromisso de retribuir a ajuda, além da troca de dia de trabalho entre parentes e vizinhos.

A comida, compreendida para além de sua materialidade e dimensão fisiológica, constitui-se como uma possibilidade de leitura das relações sociais. Ao voltarmos o olhar para a mesa, analisamos a comida do local de origem, onde a produção estava direcionada para a autossuficiência das famílias, sendo adquirido na venda apenas o que não se produzia em casa, a própria comida constituindo-se como moeda de troca. Era através da troca do açúcar de cana, por exemplo, que as famílias adquiriam açúcar branco, sal, café, entre outros. Em tempos mais recentes, ainda no local de origem, a soja, através da comercialização, passou a ser o produto que proporcionava o acesso a alimentos que não eram produzidos na propriedade. Já no assentamento, é principalmente através da comercialização de leite que são adquiridos os produtos no supermercado.

No local de origem, os derivados da cana-de-açúcar (açúcar, melado, rapadura, cachaça) e do milho (pão, biscoitos, canjica, polenta) estavam presentes nas refeições diárias das famílias, assim como o feijão, o arroz, a mandioca e a batata-doce. A carne não era consumida diariamente, tendo em vista que a maioria das famílias não possuía luz elétrica para conservar o alimento.

Já no contexto do assentamento, percebe-se que determinados alimentos consumidos *lá* não compõem as refeições das famílias assentadas, como os derivados da cana-de-açúcar, dadas as dificuldades em sua produção. Outros alimentos passaram a ser consumidos com

menor frequência, como as frutas, cujas variedades produzidas e consumidas no local de origem não se desenvolveram no assentamento. Ocorreu, também, a redução no consumo de derivados do milho, em virtude da perda de sementes que produziam farinha de milho de qualidade. Assim, derivados como farinha de milho, canjica e canjiquinha passaram a ser adquiridos no supermercado. Outro processo evidenciado se refere à aquisição de eletrodomésticos, em especial o refrigerador, apontado como responsável pela diminuição no preparo de linguiça, patê, morcilha, queijo, manteiga, visto que tanto a carne como o leite agora são refrigerados. Além disso, à aquisição do refrigerador é, também em boa medida, atribuído o aumento do consumo de carne.

A mesa das famílias estudadas é hoje composta por alimentos produzidos no lote e alimentos industrializados. Da produção da lavoura, são consumidos feijão, milho, mandioca, batata-doce, batatinha, abóbora, amendoim; da horta, verduras (alface, repolho, beterraba, cenoura, couve); do pomar, frutas (laranja, bergamota, goiaba e pêsego); e, da produção animal, carnes (bovina, suína e de galinha), além de leite, ovos, banha e outros produtos. Do supermercado, são consumidos produtos como farinha de trigo, arroz, açúcar, café, produtos de limpeza e higiene pessoal e os classificados como *porcaria* (iogurte, suco em pó, bolacha recheada, mortadela, ketchup, maionese, refrigerante e temperos prontos), constituindo o que Ramos (2007) denominou “cardápio híbrido”, conformado por alimentos produzidos no lote e industrializados, adquiridos no supermercado.

Por fim, cabe mencionar que este trabalho buscou dar visibilidade ao cotidiano, à lavoura e à mesa de famílias rurais assentadas por entender que a partir de estudos locais podemos compreender processos e relações que envolvem o desenvolvimento rural em geral e, em particular, dos assentamentos de reforma agrária. Neste trabalho, abordamos apenas um recorte do universo diverso e complexo que envolve os assentamentos de reforma agrária. Assim, esperamos que as reflexões aqui desenvolvidas sirvam para instigar novas propostas de estudo e que possam subsidiar futuros programas e políticas públicas, que venham a intervir na realidade destas pessoas tomando em conta suas trajetórias e modos de vida.

REFERÊNCIAS

- AMON, Denise; MENASCHE, Renata. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 13-21, 2008.
- ALVES, Caleb Farias. A agência de Gell na Antropologia da Arte. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 14, n. 29, p. 315-338, 2008.
- APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2008. p. 15-88.
- ARONI, Bruno Oliveira. Por uma etnologia dos artefatos: arte cosmológica, conceitos mitológicos. **Revista Proa**, v. 1, n. 2, p. 1- 27, 2010.
- BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: TOMKE, Lask. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000, p.107-139.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Diário de campo. **A antropologia como alegoria**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 11-14.
- _____. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, n.1, v. 10, p. 11-27, 2007.
- BRASIL. Decreto DNN 140 de 24 de julho de 1998. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda Santa Fé”, situado no município de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 jul. 1997. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=127877&norma=149623>> . Acesso em 21 out. 2012.
- BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu reencontro com a história: um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. 2. ed. Rio de Janeiro: ACANDHIS, 2007. 350p.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Uma incursão pelo lado “não-respeitável” da pesquisa de campo. **Ciências Sociais Hoje**. Recife, n.1 p. 333-353, 1981.
- CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011. 223p.
- CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 7. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: _____. **O Trabalho do antropólogo**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2006. p. 17-35.
- CARVALHO, Márcia Siqueira de. Da economia do excedente à sujeição da renda ao capital: um breve comentário sobre a obra de José de Souza Martins. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 37- 48, 1999.

CHAMPAGNE, Patrick. La fête au village. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 17, n. 18, p. 73-84, 1977.

CONTERATO, Marcelo Antônio. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS**: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 192f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CUNHA, Julio Araujo Carneiro da; RIBEIRO, Evandro Marcos Saidel. A etnografia como estratégia de pesquisa interdisciplinar para os estudos organizacionais. **Qualitas**, Paraíba, v. 9, n. 2, p. 1-17, 2010. Disponível em:

<<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/692>>. Acesso em 23 de jun. 2013.

DAMATTA, Roberto. O ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A Aventura Sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 23-35.

_____. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 22-23, 1987.

DAVID, César de. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos**: Limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

FISCHLER, Claude. **El (h)omnívoro**: el gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama, 1995.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento** – desafios e rumos das políticas de desenvolvimento rurais. Brasília: MDA, 2008, p. 151-170.

FELIZARDO, Adair; SAMAIN, Etienne. A fotografia como objeto e recurso da memória. **Discursos fotográficos**, Londrina, v. 3, n. 3, p. 205-220, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta *et al.* Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Org.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013, p. 195-216.

GARINE, Igor de. Alimentação, cultura e sociedades. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 4 – 7, 1987.

GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena Agricultura em Crise**: o caso da “Colônia Francesa” no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1990, 209p.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. 156p.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **Trabalho da Memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí, Campinas, SP: Unicamp, 1999, 165p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Teorias antropológicas e objetos materiais. In: **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007, p. 14-42.

GURAN, Milton. Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica. **Discursos Fotográficos**. Londrina, v.7, n.10, p. 77-106, 2011.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: **etc..., espaço, tempo e crítica**: Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, Rio de Janeiro, n. 2, p. 39-52, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf>. Acesso em 17 de jul. 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 163p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 1950/2010**. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1993, vol. 53, 1993. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>>. Acesso em 17 dez. 2013.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. 229p.

KRONE, Eloí Evander. **As dimensões culturais da segurança alimentar: um estudo realizado entre as famílias rurais gaúchas assentadas**. 107f. Monografia (Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo) – Departamento Ciências Sociais Agrárias, Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O triângulo culinário. In: SIMONIS, Yvan. **Introdução ao estruturalismo**: Claude Lévi-Strauss ou “a paixão do incesto”. Lisboa: Moraes, 1979, p. 169-176.

MACHADO, Carmen Janaina Batista. **Comida, simbolismo e identidade**: um olhar sobre a constituição da italianidade nas colônias Maciel e São Manoel – Pelotas – RS. 2011. 91f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

MACHADO, Carmen Janaina Batista; MENASCHE, Renata. Trajetória de pessoas e objetos: o fogão a lenha e o arado no cotidiano de famílias assentadas. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 15., Pelotas, 2013. **Anais...** Pelotas: UFPEL, p. 1-4, 2013. Disponível em: <http://cti.ufpel.edu.br/cic/arquivos/2013/CH_01110.pdf>. Acesso em 21 fev. 2014.

MACHADO, Carmen Janaina Batista; MENASCHE, Renata. Trabalho de homem, trabalho de mulher: olhares sobre a organização do lote a partir da produção. In: FAZENDO GÊNERO

10: Desafios atuais dos feminismos, Florianópolis, 2013. **Anais...** Florianópolis: UFSC, p. 12-24, 2013.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.7, n. 16, p. 145 – 156, 2001.

MAIA, Cláudia J. Trabalho, família e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequitinhonha. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 4, p. 89-103, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 1-14.

_____. O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. 2ª edição, Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 11-52.

MARTINS, Viviane Santi. **Lugar da morada**: a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos da Reforma Agrária. 235f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARTINELLO, André Souza. **Cotidiano em mudança**: o rural brasileiro a partir da obra de Carlos Rodrigues Brandão. 251f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MARQUES, Flávia Charão *et al.* Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 154-176.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, [1950] 2003, p. 183-294.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Re-territorialização e identidade. O significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha. In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica: los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales, Porto Alegre, 2007. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, p. 1-11, 2007. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/9porto/rosamed.htm>. Acesso em 23 set. 2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Territórios e luta pela terra no Rio Grande do Sul. **Boletim Data Luta**, Presidente Prudente, n. 55, p. 1-8, 2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; MONTEBLANCO, Felipe; ROBL, Douglas Machado. Agricultores assentados: atores sociais reconstruindo seu novo território a partir da interação entre práticas e formas de organização com o ambiente. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – territórios em disputas: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia, 2012. **Anais...** Uberlândia: UFU, p. 1-17.

Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/gts/1331_1.pdf>. Acesso em 23 set. 2012.

MENASCHE, Renata. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa**: um estudo antropológico das representações sociais sobre os cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. 279f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, n. 53, p. 25-33, 2004.

_____. Campo e cidade, comida e imaginário: percepções do rural à mesa. **Ruris**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 195-218, 2010.

MENEZES, Marilda A; MALAGODI, Edgard; MARQUES, Francisco R. Juventude e educação em assentamentos do brejo paraibano. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Consuelo Andreatta. **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, São Paulo: Uniara, 2008, p. 131-150.

MERENCIO, Fabiana Terhaag. A imaterialidade do material, a agência dos objetos ou as coisas vivas: a inserção de elementos inanimados na teoria social. **Cadernos do LEPAARQ**: textos de antropologia, arqueologia a patrimônio, Pelotas, v.10, n.20, p. 183-204, 2013.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001.

MIRASSE, Jone Januário. **O consumo de batata-doce de polpa alaranjada entre famílias rurais do nordeste de Moçambique**: um estudo sobre percepções de comida e segurança alimentar na província de Nampula. 177f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

NASCIMENTO, Kelli Faustino do; MENEZES, Marilda Aparecida de. O trabalho das crianças nas famílias camponesas. In: VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010. **Anais...** Porto de Galinhas, p. 1-15, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/08/GT13-Kelli-faustino-do-Nascimento.pdf>>. Acesso em 20 out. 2013.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996, p. 62-105.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, p. 225-270, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, Mariana Oliveira. “**A comida da roça**” **ontem e hoje**: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquiné (RS). 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, Débora Cristina. A relação homem-natureza nas formas de uso e propriedade da terra na Amazônia: um estudo baseado nas comunidades do assentamento Iporá. In: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - trabalho, direitos e democracia: assistentes sociais contra a desigualdade, Rio de Janeiro, 2001. **Anais...** Rio de Janeiro: CFESS, p. 1-4, 2001. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/eventos/br-cbass-con-10-po-15.htm>>. Acesso em 03 jan. 2013.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, n.1, p. 73-100, 2013.

SALEM, Tania. Entrevistando famílias: notas sobre o trabalho de campo. NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 47-64.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **Geografia**, Rio de Janeiro, n.1, p. 7-13, 1999.

SAUER, S. A luta pela terra e a reinvenção do rural. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, p. 1-25, 2003. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/institucional/Textos_Digitais>. Acesso em 29 out. 2012.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 18, p. 78-95, 1992.

SILVA, Marcelo Saturnino da; MENEZES, Marilda Aparecida de. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares – PB. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 281-311.

TERHORST, Karin Inês Lohmann; SCHMITZ, José Antônio Kroeff. De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores familiares do Vale do Taquari. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 100-119.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Paraná, v.10, p. 31-45, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 288p.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A Aventura Sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 36-46.

VELTHEM, Lucia Hussak van. Farinha, casas de farinha e objetos familiares em Cruzeiro do Sul (Acre). **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 605-631, 2007.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002. 231p.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**: guia prático. Brasília: SAF-MDA, 2006. 61p.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Entre memórias e identidades (étnicas). **História Unisinos**, São Leopoldo, v.11, n.1, p. 40-48, 2007.

WAGNER, Saionara Araújo; MARQUES, Flávia Charão; MENASCHE, Renata. Agricultura familiar à mesa. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007, p. 58-77.

WEDIG, Josiane Carine. **Agricultoras e agricultores à mesa: um estudo sobre campesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação**. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FIAMENGUE, Elis Cristina. O método hoje. In: WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002, p. 99-114.

WILLE, Danielle Neugebauer; ROSA, Rogerio Reus Gonçalves da; MENASCHE, Renata. Mitologia e ritual da Caá-I: atribuições de significados do chimarrão representados em embalagens de erva-mate. In: II JORNADA ACADÊMICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, Pelotas, 2011. **Anais...** Pelotas, p. 1-4, 2011.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Família, mulher e meio ambiente no seringal. In: NIEMEIER, Ana Maria de; GODOI, Emília Pietrafesa de (Org.). **Além dos territórios**: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado das Letras, 1998, p. 167-200.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sítiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995. 336p.

_____. Cambios de tiempo y espacio: cambios sociales, bajo el impacto de la modernización. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 476-484, 2007.

_____. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emília Pietrafesa de *et al.* (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. v. 2. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 119-129.

_____. Práticas eco-agrícolas tradicionais: ontem e hoje. **Retratos de Assentamento**, Araraquara, v.14, n.2, p. 15-32, 2011.

_____. A comida como linguagem. **Habitus**, Goiânia, v. 11, n.1, p. 5-17, 2013.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 7, n. 1 p. 35-53, 1990a.

_____. "Com parente não se neguceia": o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990b.

_____. O selvagem na história: Heródoto e a questão do outro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.43, n.1, p. 13-59, 2000.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. UNB, 1997. 192p.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA⁸¹

Nome do entrevistado:

Data da entrevista:

Local de realização:

Membros da família:

Bloco I: local de origem

1. Onde vivia a família antes do acampamento (município)? Qual a origem étnica da família?
2. Onde vivia antes era zona rural? Trabalhava com agricultura?
3. Como era o jeito de cultivar a terra?
4. O que plantavam para o consumo e para a comercialização? O que plantavam na lavoura e na horta?
5. Qual era a comida do dia-a-dia?
6. E qual a comida para visitas e de final de semana?
7. Quais eram as comidas das festas?

Bloco II: acampamento:

8. Como ficou sabendo da possibilidade de acampar e conquistar a terra?
9. Quanto tempo ficou no acampamento? Toda a família acampou?
10. Como era morar no acampamento?
11. No acampamento cultivavam roça ou horta?
12. Porque vieram para esse assentamento?
13. Como era o sorteio das famílias?

Bloco III: assentamento

14. Quando fizeram a mudança, veio toda a família? O que trouxeram na mudança?
15. Na mudança trouxeram alguma variedade que produziam na sua região?
16. Como foi a chegada ao assentamento?

⁸¹ Adaptado de V. Martins (2009).

17. Como você descreve o lugar?
18. Moraram onde quando chegaram?
19. Foram logo para o lote?
20. Como foi para decidir onde ficaria o lote de cada um?
21. Está no assentamento há quanto tempo?
22. Aqui é muito diferente de onde moravam? A terra, relevo, o que produzem, as pessoas?
23. A maneira de cultivar e trabalhar na terra mudou após o assentamento? Mantém práticas agrícolas que praticavam no lugar de origem?
24. Como era a produção nos primeiros anos no assentamento?
25. Como é a produção atualmente? Produzem grãos para beneficiamento no moinho?
26. O que plantam na roça, o que plantam na horta?
27. O que você gostaria de produzir e que não é possível? Em função do solo, por exemplo?
28. E a comida, mantém algum prato que costumavam comer no lugar de origem?
29. Qual é a comida do dia-a-dia? E do final de semana e/ou quando chegam visitas?
30. Costumam fazer festas no assentamento? Quais as comidas das festas?
31. Quem trabalha no lote? Como são distribuídas as tarefas no interior do lote?
32. Algum membro da família trabalha fora do lote? Em qual atividade?